

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

GABRIELA PEREIRA MELO

ENSINO E ATUAÇÃO DOS JORNALISTAS NA REGIÃO NORTE DO
BRASIL E EM PORTUGAL

PALMAS-TO

2019

GABRIELA PEREIRA MELO

**ENSINO E ATUAÇÃO DOS JORNALISTAS NA REGIÃO NORTE DO
BRASIL E DE PORTUGAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, como requisito parcial das exigências da elaboração da dissertação com vistas à obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Jr.

Linha de pesquisa: Comunicação, Poder e Identidades

PALMAS-TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M528e Melo, Gabriela Pereira.

Ensino e atuação dos jornalistas na Região Norte do Brasil e em Portugal.
/ Gabriela Pereira Melo. – Palmas, TO, 2019.

129 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Comunicação e Sociedade, 2019.

Orientador: Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

1. Ensino em jornalismo. 2. Formação jornalística. 3. Atuação do jornalista.
4. Mercado de trabalho. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIELA PEREIRA MELO

“Ensino e atuação dos jornalistas na Região Norte do Brasil e em Portugal”

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 25/06/2019

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Universidade Federal do Tocantins
Orientador

Prof.^a Dra. Dione Oliveira Moura
Universidade de Brasília (Webconferência)
Primeira avaliadora



Prof.^a Dra. Liliam Deisy Ghizoni
Universidade Federal do Tocantins
Segunda avaliadora



Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Ministério Público Estadual do TO
Terceiro avaliador

*À pessoa que Deus, a vida, meus pais e a
Universidade me tornaram e à pessoa que ainda
ei de ser...*

*Ninguém que não tenha nascido para isso e
esteja disposto a viver só para isso poderia
persistir numa profissão tão incompreensível e
voraz, cuja obra termina depois de cada notícia,
como se fora para sempre, mas que não concede
um instante de paz enquanto não torna a
começar com mais ardor do que nunca no
minuto seguinte.*

Gabriel García Márquez

AGRADECIMENTOS

Carrego tanta gratidão por este processo, que vou me esforçar para que os agradecimentos não ultrapassem a dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me acompanhar em cada passo, dando a certeza de que sempre vai acabar da melhor forma possível.

Ao marido, amor da minha vida, amigo, parceiro, homem que convive diariamente com minhas dores e alegrias, que sempre me incentiva a buscar mais, a ser independente e a sonhar. Juntos, vamos nos tornando melhores, fazendo dar certo até dar certo com um amor que me desmancha ao descrevê-lo.

À minha mãe e ao meu pai que me ensinam a olhar a vida com mais amor, vibram por cada conquista minha e têm o colo que me protege de tudo.

À minha irmã, Pâmela, ou melhor, Pam Pam que tem amadurecido de uma forma inspiradora e tem sido a cada dia mais minha amiga, torcendo por mim e sendo por mim.

Aos meus irmãos, Cássio e Vinícius que perto ou longe, me enchem de alegria e me dão forças neste processo.

Ao meu cunhado e afilhado, Guilherme, à minha cunhada Juliana, à minha concunhada Mariana, ao sobrinho Dudu e à sogra, que também é uma mãe para mim.

Ao orientador, professor Gilson que sempre acreditou em mim, até mesmo em momentos que nem eu mesma acreditava. Ele me acalmou nos momentos de ansiedade e desespero, me ensinou a respeitar meu processo de construção e me mostra que eu posso ir longe, um grande professor e ser humano.

À Capes pela bolsa concedida, por um período, que possibilitou a pesquisa.

À universidade pública por todas as oportunidades que me oferece.

Ao Opaje que me ensinou melhor a caminhar no mundo científico.

À banca de qualificação e de defesa, ao professor Luiz, ao professor Geraldo, à professora Dione e à professora Líliam pelos apontamentos.

À professora Liliam novamente e à Rosana que me apoiaram e acompanharam a minha passagem pelo PPGCom com muitas boas energias.

À minha psicóloga, Juliana Marinho, que tem me ajudado a ser melhor, que acompanhou cada momento, antes, durante e depois do mestrado.

Ao Professor Júnior Geo que sempre torce e celebra minhas conquistas. Aos colegas de trabalho que me acompanham, em especial, à Isadora, que também está em construção por este processo. À Ludimila que tanto me ouve, Lucélia, Pri, Dr. Rodrigo e todos os outros.

À Alessandra que sempre esteve comigo, que me ensinou a não desistir e me inspira por sua garra.

À orientadora da graduação, Celene, que muito me ensinou e se tornou uma grande amiga, contribuindo com o meu ingresso no mestrado sem medir esforços, torcendo por mim e me ouvindo.

À Rose que com sua doçura também acompanhou minha luta, estudamos juntas para entrar no mestrado e cada uma em seu tempo chegou lá.

Ao Sinomar que me ajudou muito, estando sempre de prontidão, dividindo experiências e conhecimentos.

Aos colegas de mestrado, em especial, Maria Lúcia, Luciana e Lucas que estão sempre por perto, torcendo por mim, presentes, como na qualificação.

À também colega de mestrado, Jordanna, que me ajudou a ver o quanto amo a minha profissão, apesar das dificuldades, desempenhando seu trabalho de forma linda com os jornalistas.

À família laranjada, SuperAção, que compreendeu minha ausência e torceu por mim, sempre com aquele amor insuperável.

À amiga Bel que chorou junto comigo quando soube da minha aprovação no mestrado. Às amigas Thamilly, Giselle e Poli que dividiram esses momentos comigo, me ouvindo e me incentivando. Ao Yago que me ensinou muito, acompanhou minha luta, e sempre demonstrou torcer por mim.

Conforme eu escrevo, vão surgindo nomes. Eu só posso dizer, obrigada a todos que também não citei, mas que fazem parte deste momento e que venham mais lutas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da metodológico	11
Figura 2 - Mapa da pesquisa	12
Figura 3 - Quadro Europeu de Qualificações para aprendizagem (QEQ)	21
Figura 4 - Um breve histórico da formação do jornalista no Brasil.....	28
Figura 5 - Crescimento dos cursos de jornalismo por região.....	31
Figura 6 - Total de cursos até 2010.....	32
Figura 7 - Composto da comunicação	47
Figura 8 - Objetivos do curso na Universidade de Coimbra.....	51
Figura 9 - Trabalho após a conclusão do curso.....	53
Figura 10 - Planos para desenvolvimento profissional	58
Figura 11 - Média de salário por formação em Portugal	60
Figura 12 - Exigência do diploma.....	63
Figura 13 - Preparo para atuar nas áreas propostas.....	66
Figura 14 - Competências do jornalista	67
Figura 15 - Competências relacionadas às palavras	70
Figura 16 – Hipótese 1	74
Figura 17 – Hipótese 2	75
Figura 18 – Hipótese 3	77
Figura 19 – Hipótese 4	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 Justificativa.....	4
1.2 Objetivos	4
1.3 Hipóteses	5
2 METODOLOGIA	8
2.1 A construção da pesquisa	6
2.2 Trajetória Metodológica.....	9
2.3 Análise de resultados.....	12
3 INDICATIVOS FORMATIVOS NA UNIÃO EUROPEIA	14
3.1 Formação acadêmica e as relações com o meio profissional no Processo de Bolonha .	17
3.2 Formação de jornalismo em Portugal.....	19
4 INDICATIVOS FORMATIVOS NO BRASIL.....	25
4.1 Histórico da formação legal curricular em jornalismo no Brasil	25
4.2 O atual cenário das universidades brasileiras.....	29
4.3 Teoria e prática no ensino de jornalismo	33
5 O TRABALHO DO JORNALISTA	35
5.1 Rumos e discussões sobre o diploma no Brasil.....	35
5.1.1 O diploma e as liberdades.....	37
5.1.2 As tentativas frustradas para a volta da obrigatoriedade	40
5.2 As mudanças estruturais do jornalismo e a inovação/renovação	42
5.3 As funções / competências do Jornalista e a disposição das diretrizes	44
5.4 Assessoria de imprensa e o jornalismo	47
6 DESVENDANDO OS A(U)TORES	50
6.1 Analisando as perspectivas sobre a profissão e o mercado.....	52

6.1.1 A inserção no mercado de trabalho	53
6.1.2 Perspectivas profissionais.....	57
6.1.3 A exigência do diploma e o sentimento de preparo no mercado.....	63
6.1.4 O conhecimento das competências formativas.....	67
6.1.5 Sintetizando as análises	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE I PERGUNTAS AOS EGRESSOS.....	90
APÊNDICE II TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	91
APÊNDICE III ENTREVISTAS EM PORTUGAL.....	92
APÊNDICE IV ENTREVISTAS NO BRASIL.....	106

MELO, Gabriela Pereira. **Ensino e atuação dos jornalistas na Região Norte do Brasil e de Portugal**. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa amplia o debate sobre a relação da universidade com o mundo do trabalho, considerando o caminho percorrido pelo indivíduo da graduação à atuação profissional e seus atores sociais e entendendo a responsabilidade dos inclusos nesse processo de formação. O presente trabalho objetiva, de modo geral, conhecer a relação do ensino em jornalismo com o mercado de trabalho; compreender como a formação do jornalista corresponde ou não às competências profissionais exigidas dos egressos no mercado de trabalho; investigar como os jornalistas egressos têm se adaptado às mudanças advindas do mundo do trabalho na construção de suas competências profissionais e entender como o mercado valoriza ou não a formação acadêmica para o desenvolvimento das competências profissionais exigidas pelas funções laborais. Como material investigativo, recorre-se aos dados obtidos em uma pesquisa de campo após um levantamento bibliográfico e documental em sítios oficiais. Realizou-se entrevistas com egressas que se interessaram em participar. Para analisar as entrevistas e confrontar as hipóteses, foram realizados os três passos da análise de conteúdo, a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Autores como Lopes (2013), Pôrto Júnior (2017) e Silva (2018) serviram de referência para as reflexões. Conclui-se a necessidade do diálogo entre a academia e o mercado de trabalho, observando as demandas e estabelecendo questões comuns no Brasil, como feito no segundo ciclo em Portugal. Outra questão é que nenhuma das entrevistadas de Portugal parou de estudar no primeiro ciclo, o que possibilita o amadurecimento das escolhas profissionais com o apoio da universidade. Outra questão pontuada no Tocantins e nem sequer mencionada em Portugal, é a falta de incentivo da universidade ao empreendedorismo, à abertura autônoma de novos campos de trabalho. Entende-se que essa cultura do empreendedorismo não foi criada na formação do jornalista no Brasil e os egressos aguardam se encaixar no mercado, não construir um novo. Portanto, é preciso rever a responsabilidade do indivíduo e, principalmente, a contribuição de quem o forma neste processo.

Palavras chave: **Ensino em Jornalismo, Formação Jornalística, Atuação do Jornalista, Trabalho do Jornalista, Inovação no Jornalismo.**

MELO, Gabriela Pereira. Teaching and acting of journalists in the Northern Region of Brazil and Portugal. 2019. 129f. Dissertation (Master degree) - Master in Communication and Society, Federal University of Tocantins, Palmas, 2019.

ABSTRACT

This research expands the debate about the relationship between the university and job's career, considering the path taken by undergraduates to professional performance and their social actors and understanding the responsibility of those included in this process. The present work aims, in a general way, to know the relation of teaching in journalism with the labor market; understand how the career of journalist corresponds or not to the professional skills required of the graduates in the labor market; to investigate how graduated journalists have adapted to the changes in the world of work in the construction of their professional competences and to understand how the market values or not the academic formation for the development of the professional competences required by the job functions. As an investigative material, the data obtained in a field research are used after a bibliographical and documentary survey in official sites. Interviews were conducted with graduates participants interested in participating. To analyze the interviews and compare the hypotheses, the three steps of content analysis, pre-analysis, material exploration and treatment of results were performed. Authors like Lopes (2013), Pôrto Júnior (2017) and Silva (2018) served as reference for the reflections. It concludes the need for dialogue between academia and the labor market, observing the demands and establishing common issues in Brazil, as done in the second cycle in Portugal. Another issue is that none of the interviewees from Portugal stopped studying in the first cycle, which allows the maturation of professional choices with the support of the university. Another issue pointed out in the state of Tocantins, Brazil, and not even mentioned in Portugal is the university's lack of incentive to entrepreneurship, the autonomous opening of new fields of work. It is understood that this culture of entrepreneurship was not created in the training of the journalist in Brazil and the graduates wait to fit in the market, not to build a new one. Therefore, it is necessary to review the responsibility of the individual and, especially, the contribution of those who form it in this process.

Keywords: Teaching Journalism, Journalism Training, Journalist Work, Journalist Work, Journalism Innovation.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisadora passou por um percurso que a fez optar por este tema para analisar determinadas hipóteses identificadas posteriormente. A escolha do curso de jornalismo ocorreu próxima à discussão pela inexigibilidade do diploma com desdobramento em 2009, quando iniciou o primeiro semestre. Muito se ouvia questionamentos sobre o porquê dessa escolha, tendo em vista que a formação universitária não era uma exigência.

Após a graduação, veio a necessidade de buscar uma colocação no mercado de trabalho, entrevistas e entrevistas, mas a ansiedade fazia parecer que muito tempo se passava e o emprego não tinha sido alcançado. Um *freelancer* foi feito, trabalhou-se como voluntária em uma revista colaborativa, fez cursos complementares, foi atrás dos donos das empresas pessoalmente, até que em um momento em que o foco não estava na procura, surgiram propostas que trouxeram muitos aprendizados.

Mas a ânsia por entender este cenário o qual está inserida despertou questionamentos. A pesquisa seguiu na especialização, no Núcleo Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje-UFT). Como o conhecimento gera mais questionamentos, aprimorou-se até chegar ao Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Comunicação e Sociedade e agora, esta história acadêmica continua.

Ainda em busca de compreender este cenário, a presente pesquisa centra-se na relação da universidade com o mundo do trabalho, considerando o caminho percorrido pelo indivíduo da graduação à atuação profissional e seus atores sociais e entendendo a responsabilidade de todos os inclusos nesse processo de formação. Torna-se necessário verificar como se dá o processo de formação em nível de graduação em jornalismo na perspectiva do o objeto deste estudo, o egresso, diante das exigências encontradas no mercado de trabalho.

Para isso, são estudados dois países, Portugal e Brasil, de modo mais específico, a universidade do Tocantins e a de Coimbra. A graduação no Brasil que se dá no nível de bacharelado e em Portugal estudará o primeiro ciclo, nomeado como licenciatura no país, mas correspondente ao bacharelado no jornalismo brasileiro e diferente do que o Brasil nomeia como licenciatura.

De modo a contextualizar esse estudo com os egressos que se disponibilizarem a responder a pesquisa nas duas universidades e utilizar como base para a análise das

informações obtidas, há um levantamento bibliográfico sobre assuntos que envolvem a relação da formação universitária com o mercado de trabalho.

O primeiro capítulo teórico, após os aspectos introdutórios e metodológicos, traz os indicativos formativos da União Europeia. O contexto da formação acadêmica, as relações com o meio profissional no Processo de Bolonha e a formação de jornalismo em Portugal são relatados de modo a entender as similaridades com o ensino e o mercado no país.

O segundo capítulo discute os indicativos formativos no Brasil, o histórico de formação de jornalistas no país, o atual cenário das universidades brasileiras, a teoria e a prática no ensino de jornalismo. A formação na área no Brasil envolve uma série de fatores e tentativas, definições feitas e desfeitas até que se possa chegar ao cenário de formação e atuação no mercado de trabalho.

Por fim, o terceiro capítulo teórico aprofunda em questões que envolvem o trabalho do jornalista como a inexigibilidade do diploma para a atuação profissional; as mudanças estruturais do jornalismo, a inovação e renovação impostas ao profissional por essas constantes mudanças envolvendo questões sociais e tecnológicas; além das funções e competência dos jornalistas de acordo com as diretrizes dispostas ainda na formação para o desempenho profissional.

Por fim, esta pesquisa segue para o entendimento dos autores e atores envolvidos na posterior análise a que se atribuíram entrevistas buscando analisar a veracidade ou não de hipóteses dispostas nos itens subsequentes. Após essas contextualizações, a pesquisa dispõe de suas análises de acordo com a metodologia utilizada com os oito entrevistadas, coincidentemente, todas são mulheres que se dispuseram a participar e contribuíram com suas histórias distintas, possibilitando a visão de personagens em diferentes contextos neste cenário de formação e atuação profissional.

Quatro das entrevistadas são egressas da Universidade de Coimbra, escolhida de modo a compreender o modelo de ensino utilizado em Portugal a partir das bases do Processo de Bolonha que busca um conceito de conhecimento útil para a atuação profissional e para a economia do país; além de quatro egressas da Universidade Federal do Tocantins, escolhida de modo a compreender o modelo aplicado na Região Norte do Brasil com comprovada similaridade local por estudos desenvolvidos pelo próprio programa a que se realiza esta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este tema, primeiramente, foi de grande valia para o enriquecimento pessoal, psicológico e profissional da autora. Tendo em vista que a perspectiva sobre o contexto em que se está inserida envolve todos esses aspectos, foi possível enxergar as cargas de responsabilidade do estudante, do profissional, da universidade e do próprio mercado. Foi possível conhecer outras realidades, outra cultura de ensino, as similaridades e diferenças, ver os prazeres e sofrimentos da profissão além do contexto local, bem como refletir sobre o reflexo do ensino nesses contextos.

A necessidade de inserção no mercado de trabalho vai além da subsistência, inclui realização pessoal e contribuição de um trabalho, se bem desenvolvido, capaz de contribuir a sua maneira com o desenvolvimento social em cada setor. A pesquisa levanta a discussão da efetividade do ensino, e as responsabilidades envolvidas à profissão, permitindo, a partir de então, uma discussão e o repensar dos rumos tomados pela academia e pelo mercado de trabalho.

A inserção na linha de pesquisa ocorre em razão da afinidade e relevância da contribuição para o aprimoramento e o repensar do ensino em jornalismo e a recepção dos egressos no mercado de trabalho. Os resultados poderão contribuir com a reflexão em relação a variáveis para atender às necessidades sociais, tendo em vista a importância da universidade e do próprio profissional preparado para contribuir com o exercício da cidadania.

O jornalista desenvolve um trabalho que dá voz ao mundo e para o mundo, contudo, é necessário pensar em como é realizado o processo de formação desse profissional, como ele é inserido no meio e como funciona esse meio diante de constantes mudanças vividas a nível social, cultural e tecnológico. Diante da inexigibilidade o diploma, o fechamento de postos de trabalho, a constante mudança dos meios de comunicação, a universidade continua formando pessoas que idealizam contribuir socialmente.

1.2 OBJETIVOS

A partir da delimitação do objeto de estudo, estabeleceu-se os objetivos gerais e os objetivos específicos a serem alcançados. Como primeiro objetivo geral, busca-se conhecer a

relação do ensino em jornalismo com o mercado de trabalho. Fundados nesse objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Levantar fontes, documentos e referências que permitam a compreensão da relação do ensino com o mercado de trabalho.
- Descrever a construção do mercado de trabalho do jornalista, por meio da formação preceituada nas novas diretrizes curriculares para o jornalismo praticadas pelas universidades estudadas no Brasil, e pelo processo de Bolonha em Portugal.

Em uma segunda etapa, a pesquisa é aprofundada em busca de uma análise, tendo como segundo objetivo geral, compreender como a formação do jornalista corresponde ou não às competências profissionais exigidas dos egressos no mercado de trabalho. Seguindo esse objetivo geral, serão trabalhados os seguintes objetivos específicos correspondentes:

- Investigar como os jornalistas egressos têm se adaptado às mudanças advindas do mundo do trabalho na construção de suas competências profissionais.
- Entender como o mercado valoriza ou não a formação acadêmica para o desenvolvimento das competências profissionais exigidas pelas funções laborais.

1.3 HIPÓTESES

As hipóteses¹ levantadas para esta pesquisa foram definidas do seguinte modo, correspondendo respectivamente aos objetivos específicos posteriormente definidos:

H1- O levantamento das fontes permite que se compreenda a relação da formação com o mercado de trabalho. Há um desconhecimento de fontes nessa área e poucas pesquisas em anais de congressos brasileiros sobre a temática de modo a agregar o ensino ao mundo do trabalho. O levantamento dessas fontes é essencial para fundamentar esta pesquisa, de modo a compreender um contexto e conseqüentemente, compreender esse processo. Mais do que entender a inserção do egresso no mercado, é necessário entender também qual é a participação da universidade nesse processo econômico.

¹ As hipóteses estabeleceram a problemática em questões afirmativas que poderão ou não serem confirmadas ao final do trabalho. Deste modo, não se usará problemas em formato de perguntas para nortear o trabalho, apenas hipóteses.

O Processo de Bolonha, em seu desenvolvimento, foi pensado de modo que o ensino pudesse contribuir com a economia na Europa. Consequentemente, surge um ensino preocupado em preparar além de pesquisadores, profissionais que possam atuar no mercado de trabalho, contribuindo com essa economia. No Brasil, há uma tentativa ainda tímida pelas mudanças nas diretrizes dos cursos de jornalismo e da pressão causada pela inexigibilidade do diploma de fazer com que a academia reveja seus conceitos.

H2- Entender o mundo do jornalista permite definir quais as competências formativas que são a ele demandadas e por ele manipuladas, transformadas, executadas no exercício da sua profissão. Além disso, permite que ele se desenvolva melhor profissionalmente, porém, o jornalista não compreende seu passado, presente ou futuro em práticas profissionais e essa não identificação contribui para a desvalorização da profissão.

O indivíduo estudante, egresso e profissional jornalista tem sua responsabilidade nesse contexto de aprendizagem e execução. Para percorrer esse caminho é necessário compreender o cenário profissional para que o indivíduo se situe no mercado de trabalho, sinta-se parte do meio em que vive e saiba ao que é preciso corresponder para desenvolver sua função com ética e efetividade. A ausência desse autoconhecimento, ou do conhecimento de quem é o profissional diante do todo pode gerar frustração ao longo da carreira ou mesmo ter como consequência uma atuação que vá além de suas competências, envolvendo desvalorização do profissional e, portanto, do ensino superior.

H3- Os egressos têm enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela alta exigência de prática e insegurança no desenvolvimento do trabalho. Na Região Norte do Brasil, o ensino em jornalismo não tem sido repensado de modo a desenvolver e formar um egresso seguro para a inserção no mercado de trabalho. O Processo de Bolonha, por sua vez, é feito tendo como um dos objetivos a possibilidade de se empregar, contribuindo para a economia, o que também não é uma solução efetiva, gerando frustrações, mas ainda possui resultados melhores que os do Brasil, a exemplo de Portugal.

É preciso entender qual é o papel da universidade para a formação do profissional que atuará no mercado de trabalho. A profissão do jornalista exige o exercício da prática e conhecimento do mercado para a sua inserção ou inovações, além de uma formação teórica que sustente o desenvolvimento do trabalho. Ecoa um discurso de desvalorização do estudo teórico em favor da atividade laboral como se fosse possível haver essa dissociação, o que confunde ainda mais as prioridades do profissional ao buscar seu desenvolvimento pessoal.

Investigar esse cenário contribui para que as universidades entendam o que pode ser revisto na formação e que os próprios egressos entendam o que é necessário desenvolver para se adaptarem às mudanças advindas das relações de trabalho.

H4- Os profissionais formados pela academia não possuem preparo para ingressar no mercado de trabalho. Apesar da inexigibilidade do diploma, o mercado de trabalho valoriza a formação, mas valoriza ainda mais a experiência, o trato com a prática, dificilmente adquirido até o final da graduação.

Entender a relação do mercado de trabalho com o diploma é crucial para identificar a valorização da formação diante da sociedade. O jornalismo por formação não é mais uma regra no Brasil, mas ainda há uma preferência por quem possua o diploma. Porém, há questões que diferenciam o profissional experiente sem formação do profissional recém-formado. O egresso tem sua responsabilidade no desenvolvimento pessoal, as universidades em contribuir e repensar uma preparação dos jornalistas para o ingresso no mercado, e o próprio mercado pode contribuir em diálogo com a universidade, para o desenvolvimento de profissionais qualitativamente.

As hipóteses esplanadas serão fundamentos para o desenvolvimento desta pesquisa, estabelecendo a problemática em questões afirmativas que poderão ou não serem confirmadas ao final do trabalho.

2 METODOLOGIA

Conforme elucidado na Introdução, esta pesquisa busca verificar como se dá o processo de formação em nível de graduação em jornalismo na perspectiva do egresso diante das exigências encontradas no mundo do trabalho. Alguns percursos metodológicos são necessários para compreender tais processos, na formação dos jornalistas na Região Norte do Brasil, com a análise da Universidade Federal do Tocantins, e em Portugal, com a análise da Universidade de Coimbra. Esses percursos nortearam o presente estudo e possibilitaram alcançar as descobertas almejadas.

2.1 A construção da pesquisa

Diante da complexidade do que se busca compreender nesta pesquisa e pela pouca frequência de trabalhos que abordem todas as vertentes, os passos metodológicos foram desenvolvidos em etapas. As análises foram feitas nos processos de formação realizados na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade de Coimbra, em Portugal.

A primeira foi realizada a partir de dados primários por documentos oficiais disponíveis nos sítios das universidades, em seus bancos de dados e repositórios institucionais, bem como teses, dissertações, artigos publicados e disponíveis em acesso aberto, além de um levantamento bibliográfico inerente ao tipo de pesquisa abordado posteriormente. As figuras com infográficos e tabelas foram realizadas pelo site <https://www.canva.com> e a figura com nuvem de palavras foi feita pelo site <https://wordart.com/create>.

A segunda etapa integrou esta pesquisa qualitativa com entrevistas² com participantes não identificados com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino público superior de ensino, aplicados a quatro egressos de cada uma das universidades escolhidas, totalizando oito participantes que tenham terminado a graduação no período de cinco a dois anos, tendo como critério de exclusão por cuidado ético, as pessoas que estejam com a saúde debilitada. Para Gonsalves (2011, p. 68) a pesquisa qualitativa é voltada para a compreensão e

² As perguntas utilizadas nas entrevistas com os egressos estão presentes no Apêndice I.

“interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são representados pelo possível retorno de memórias ruins da participação no processo de relação do egresso com o mercado de trabalho, constrangimentos, inibição ou ansiedade. Os benefícios da participação, por sua vez, são indiretos. Ao responder as perguntas, estará contribuindo para conhecermos melhor a realidade do ensino e sua relação com o mercado de trabalho na área do jornalismo.

Os egressos foram selecionados por meio de grupos dos cursos pela rede social *Facebook*, foram encaminhadas mensagens de modo privado para identificar o interesse em colaborar com a pesquisa. Após se dispuserem, a entrevista aplicada presencialmente em locais privativos próximos da Universidade de Coimbra e próximos da Universidade Federal do Tocantins. É necessário lembrar que não se trata de uma amostragem, e sim um quantitativo ilustrativo de uma determinada realidade empírica já levantada através da pesquisa documental e bibliográfica para contribuir com a pesquisa qualitativa.

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá [...] ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma “descrição detalhada” de um meio social específico; pode também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica. (GASKELL, 2012. P. 65)

Abordando a entrevista e os itens anteriormente citados como parte das etapas desta pesquisa, é necessário compreender a estruturação e de que modo a pesquisa percorrerá as etapas citadas. Percorridos todos esses caminhos, será possível confirmar ou não as hipóteses listadas que nortearão este estudo.

2.2 Trajetória Metodológica

Dentre os tipos e estruturações, além da tipologia qualitativa, do caráter documental e bibliográfico, da utilização do questionário como um instrumento, uma abordagem descritiva e explicativa, esta pesquisa se classifica como empírica e de campo. A pesquisa empírica

ocorre pelo tipo de pesquisa se dedicar ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (DEMO, 2000, p. 21). Para Demo (1994, p. 37) a pesquisa é enriquecedora tendo em vista a: "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, [...] estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática". Gonsalves (2011, p. 65) também define a pesquisa exploratória como "pesquisa base", por oferecer "dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados".

Gonçalves (2005, p. 64) explica que a pesquisa de campo, por sua vez, se interessa "pela indagação sobre determinada comunidade, sociedade, instituição ou grupo social, caracterizado por uma estrutura suficientemente explicitada". Trata-se do objetivo de estudar o grupo social dos profissionais jornalistas egressos e sua relação com o mercado de trabalho por meio da formação.

Os questionamentos feitos aos egressos buscaram perceber o conhecimento deles a respeito das competências formativas, o tempo que o jornalista está ou não no mercado de trabalho após a sua formação, a segurança que a universidade lhe proporcionou para se desenvolver enquanto profissional e o que lhes é cobrado ao disputar uma vaga. Outro aspecto levantado foi a utilidade da graduação em sua vida profissional face às cobranças do trabalho e a cobrança do diploma ao para exercer a função.

Com as informações já levantadas pela pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins, a pesquisa buscou entender se na elaboração das diretrizes de ensino, as demandas do mercado de trabalho foram ouvidas e consideradas, se de algum modo, ele participou da construção do Projeto Político Pedagógico do curso.

Figura 1 – Mapa metodológico



Fonte: Elaborada pela autora.

Como base para esses questionamentos, informações sobre como a história da formação em jornalismo ocorreu no Brasil e em Portugal foram levantadas. Considerou-se a necessidade de entender a trajetória da profissão de jornalista nos dois países e sua relação com o diploma. Além da formação do jornalista durante a trajetória profissional.

2.3 Análise de resultados

Utilizando a análise de conteúdo, método científico definido por Bardin (1977), Vergara (2004), Laville e Dionne (1999), foi definido o tema e a problemática de pesquisa a partir das hipóteses elaboradas. Em seguida, foi realizada uma revisão da literatura pertinente à problemática de investigação. Foram definidas as suposições para a investigação, os meios de coletas de dados, conforme o tipo de pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas com questões abertas em que os participantes poderiam responder livremente as perguntas. Utilizou-se da coleta de dados por meio das entrevistas gravadas e suas transcrições. A presente pesquisa realiza, portanto, as três fases da análise de conteúdo, a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Figura 2 – Mapa da pesquisa

<i>Objetivos Gerais</i>	<i>Objetivos Específicos</i>	<i>Hipóteses</i>
1. CONHECER A RELAÇÃO DO ENSINO EM JORNALISMO COM O MERCADO DE TRABALHO.	1. Levantar fontes, documentos e referências que permitam a compreensão da relação do ensino com o mercado de trabalho.	1. O levantamento das fontes primárias e secundárias permitirão que se compreenda a relação da formação com o mercado de trabalho.
	2. Descrever a construção do mercado de trabalho do jornalista, por meio da formação preceituada nas novas diretrizes curriculares para o jornalismo praticadas pelas universidades estudadas no Brasil, e pelo processo de Bolonha em Portugal.	2. Entender o mundo do jornalista permite definir quais as competências formativas que são a ele demandadas e por ele manipuladas, transformadas, executadas no exercício da sua profissão. Permitirá que ele se desenvolva melhor profissionalmente, porém, o jornalista não compreende seu passado, presente ou futuro em práticas profissionais e essa não identificação contribui para a desvalorização da profissão.
2. COMPREENDER COMO A FORMAÇÃO DO JORNALISTA CORRESPONDE OU NÃO ÀS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS EXIGIDAS DOS EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO.	3. Investigar como os jornalistas egressos têm se adaptado às mudanças advindas do mundo do trabalho na construção de suas competências profissionais	3. Os egressos têm enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela alta exigência de prática e insegurança no desenvolvimento do trabalho. Na região norte do Brasil, o ensino em jornalismo não tem sido repensado de modo a desenvolver e formar um egresso seguro para a inserção no mercado de trabalho.
	4. Entender como o mercado valoriza ou não a formação acadêmica para o desenvolvimento das competências profissionais exigidas pelas funções laborais.	4. Os profissionais formados pela academia não possuem preparo para ingressar no mercado de trabalho. Apesar da inexigibilidade do diploma, o mercado de trabalho valoriza a formação, mas valoriza ainda mais a experiência, o trato com a prática, dificilmente adquirido até o final da graduação.

Fonte: Elaborada pela autora.

A pesquisa de campo foi realizada em Coimbra, buscando egressos pelos grupos do curso em redes sociais. Conforme surgiu o interesse em colaborar com a pesquisa, foram marcadas as entrevistas e gravadas. No Brasil ocorreu da mesma forma, buscou-se pelas fotos das turmas formadas, contatos com os egressos e conforme as respostas surgiram, foram marcadas e realizadas as entrevistas.

Definiu-se como tipo de grade aberta, categorizando por palavras, frases e analisando e interpretando os parágrafos em complemento. “Identificam-se categorias de análise, conforme vão surgindo ao pesquisador. Procede-se ao rearranjo das categorias durante o andamento da pesquisa. Estabelecem-se categorias finais de análise.” (VERGARA, 2004, p. 17).

Nos apêndices desta pesquisa é possível encontrar respectivamente as perguntas feitas às egressas, o termo de consentimento utilizado para a realização da coleta de dados e todas as entrevistas feitas na íntegra. Com o contato feito pela rede social, foi combinado o local de encontro e realizada a entrevista gravada. Após serem colhidas as respostas, foram transcritas.

A pesquisa seguiu com a análise com base em procedimentos interpretativos e estatísticos. Resgatou-se o problema que instigou a pesquisa, os resultados foram confrontados e, por fim, foi elaborada a conclusão. Para permitir que se acompanhe o andamento da concretização dos passos metodológicos, a pesquisa segue com a compreensão teórica sobre os assuntos envoltos às hipóteses definidas.

3 INDICATIVOS FORMATIVOS NA UNIÃO EUROPEIA

Há uma tensão no meio formativo, fruto das relações políticas, comerciais e pós-crise mundial que pressiona os países menos desenvolvidos, a exemplo dos países africanos, asiáticos e dos países da América Latina no que diz respeito a formatos de ensino e resultados econômico-sociais (APPLE, 1989; ARANTES, 1984).

O Brasil, pela grande proximidade, tende a aceitar modelos estrangeiros com maior presteza, especialmente de Portugal, pela colonização que implica em uma proximidade cultural e histórica. Além disso, Brasil e Portugal possuem tratados e acordos de cooperação em busca do desenvolvimento econômico, social e cultural, considerando o dever do tratamento igualitário dos cidadãos de um país no outro. Partindo dessa perspectiva, este capítulo busca discutir e elucidar os conhecimentos sobre o desenvolvimento do Processo de Bolonha na União Europeia.

A sociedade baseada no conhecimento trouxe impactos profundos não só na economia, mas principalmente nos processos produtivos e nos processos de formação e gestão de pessoas. Características como flexibilidade, criatividade e a capacidade de iniciativa têm sido atributos essenciais do profissional da nova economia bem como é exigido deste profissional o aprender a aprender e a atualização constante (BERNHEIM; CHAUI, 2008; DUARTE, 2001; DRUCKER, 2002). Esperam-se profissionais com conhecimento vasto em todo processo para muitas vezes, desenvolver diversas funções.

Este novo ambiente tem propiciado também mudanças em relação à percepção do tempo e das relações sociais. Nesse sentido, Zygmunt Bauman (2001) destaca essas mudanças e relaciona a instabilidade com a modernidade líquida, conhecida por ser passageira e instável como um líquido que não se pode segurar, mas escorre entre os dedos. A relação se dá pelas mudanças na sociedade, no mundo do trabalho e da própria comunicação.

Para Gaudêncio Torquato (2004) “o conhecimento holístico, capaz de integrar as partes do todo, constitui uma exigência do mundo competitivo e globalizado” (TORQUATO, 2004, p. 6). Ainda para o autor, com essas mudanças na sociedade, é necessário se ter um conhecimento integrado para entender o meio. A necessidade da visão generalista acontece tanto no trabalho integrado, contexto da equipe, quanto no trabalho pessoal do jornalista, que exige um conhecimento amplo nos ambientes social, político e econômico.

A ideia de sujeito unificado atualmente parece ser um tanto frágil, haja vista que com as atuais mudanças as pessoas passam a ser construídas visando atender às necessidades instantâneas e a cada dia entendemos ser possível a reformulação de nós mesmos e de nossas práticas sociais. Afinal:

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos à grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter juntos por um momento, mas não há muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 26)

Liquidez que também atinge o mundo do ensino, no caso estudado, da formação dos estudantes de jornalismo que passa por uma dicotomia entre teoria e prática, ora buscando atender demandas de pesquisa da própria academia, ora formando para a atuação no mercado de trabalho (FIDALGO, 2008; MARINHO, 2006; MARINHO, 2011; PÔRTO JUNIOR, 2012).

Um conjunto objetivado a atender o todo, incentivando a continuidade da teoria e maior qualidade na inserção do mercado de trabalho como propõe o processo de formação advindo da declaração de Bolonha segundo Pôrto Junior (2012), assinada por países europeus, incluindo Portugal. Com a globalização, o crescimento econômico e da competitividade nos países, veio a necessidade de se pensar em novos modelos que sustentassem essa dinâmica.

O Processo de Bolonha (PB) surgiu em 19 de junho de 1999 com esse propósito, quando responsáveis pelo Ensino Superior (ES) de 29 países³ fizeram um acordo de unificação do ensino por meio da Declaração de Bolonha. Com o passar dos anos, mais países têm aderido ao processo e buscado os ideais propostos por ele.

Outra necessidade a ser suprida e objetivada pela criação do PB era unificar os países diante do crescente processo de globalização que envolvia a grande competitividade e a necessidade de uma economia e sociedade sustentável, o que conseqüentemente, reflete em

³ Em 2018 esse número chegou a 49 países da Europa, tendo mais duas dezenas de países africanos, asiáticos e latino-americanos aguardando autorização da União Europeia para adentrar no Processo de Bolonha.

uma necessidade emergente no mercado de trabalho que move esse sistema político e econômico.

A globalização, que começou por ser uma estratégia económica, chegou ao ES [Ensino Superior]. Bolonha deve, pois, ser entendido como um desafio que surgiu da necessidade de se estabelecer até ao ano de 2010 uma Área Europeia de Ensino Superior compatível, competitiva e atrativa. (MELO, 2017, p. 20)

Para Reis (2017, p. 145) o acordo entre os países busca a aplicabilidade de organizações de estudos que resultem no trabalho final “aprendizagem de competências transversais; foco na prática – saber fazer – o que exige o contato ativo e precoce com os campos de ação”. É o momento na Europa de repensar o ensino de modo que fosse além da academia, mas repensassem as demandas sociais e financeiras. Que a visão acadêmica atendesse além da mera teoria, visasse a aplicabilidade, contribuindo para o crescimento profissional do aluno e com o coletivo do país (MELO, 2017; PORTO JUNIOR 2017; SOARES, CASTRO, 2017).

Ressalta-se a necessidade de um pensamento crítico para a aplicação de um conhecimento que seja útil às necessidades profissionais do indivíduo, sendo que o mercado de trabalho exige a capacidade de resolução de conflitos e as funções de modo geral não são meramente operacionais. A necessidade de uma visão humana surge diante da já comentada necessidade de realização, que quando não alcançada gera adoecimento no trabalho, tanto psicológico como físico. Portanto, o conhecimento se coloca como fundamental distante de ser um solucionador, mas um item potencializador na formação de seres pensantes, capazes de fazer escolhas e contribuir para uma sociedade mais desenvolvida.

Uma das características principais do PB é o fato de ter o ensino como estratégico, tendo em vista a aplicabilidade do Ensino Superior para o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, consolida-se o conhecimento, conseqüentemente, a necessidade de competências voltadas para as demandas sociais, atendendo ao desenvolvimento individual do ser e a sua contribuição com sociedade. Segundo Pôrto Junior (2017, p. 232) “a crise na União Europeia achou na educação um caminho para a sua superação”.

Como explana Porto Junior (2017, p.232) os primeiros países do processo formularam ao egresso uma graduação com ensinamentos generalistas que durasse em torno de três anos,

permitindo continuidade em pós-graduações e breve inserção no mercado de trabalho. Após esse primeiro ciclo, o segundo durava dois anos com maior profundidade e foco em pesquisa. Seguindo o terceiro ciclo, concluía-se o processo de doutoramento em mais três anos. Ou seja, a formação da graduação ao doutorado que no Brasil é prevista para em dez anos (em alguns cursos mais) concluir os três ciclos, com esse novo formato europeu, foi possível reduzir a oito anos aos países envolvidos no PB. Dessa forma, haveria doutores mais cedo⁴ no mercado, contribuindo com as funções esperadas para o desenvolvimento pessoal, profissional e econômico.

No início, o Tratado de Bolonha previa uma duração de 10 anos para o processo de formação, mas houve o entendimento de que se refere a um processo permanente, desenvolvido ao longo da vida. Afinal, os resultados buscados por meio de Bolonha são mudanças estruturais que não ocorrem instantaneamente. Em 2018, o processo completou 20 anos de existência e já se fez um planejamento para os próximos 10 anos.

Entende-se, portanto, que o Processo de Bolonha ainda tem no que se desenvolver e se aperfeiçoar. Não se trata de uma fórmula mágica para reerguer o processo econômico e social de um país, mas um esforço conjunto para que isso aconteça. O egresso não sai necessariamente empregado no mercado de trabalho. Há mecanismos para contribuir com a inserção no trabalho e contribuição social, como o suplemento ao diploma, mas não significa ainda uma garantia exata de excelência.

3.1 Formação acadêmica e as relações com o meio profissional no Processo de Bolonha

Embora o Processo de Bolonha tenha como fundamento a possibilidade do ingresso no mercado de trabalho, em seu início, houve um crescimento na taxa de desemprego para pessoas mais qualificadas e esse índice contribuiu para a diminuição do interesse dos jovens em se qualificar. Apesar do foco na formação superior, os países envolvidos com o tratado ainda precisam relacioná-lo a soluções diante das demandas ensino/trabalho, contribuindo

⁴ Essa inversão no ciclo formativo, isto é, chegar ao doutoramento mais cedo e logo no início da vida profissional, levaria o egresso a maiores níveis formativos e econômicos, o que ajudaria ao próprio desenvolvimento e superação da crise (Pôrto Junior, 2012, 2017).

efetivamente para a sustentabilidade econômica e social de um país. (MELO, 2017; PORTO JUNIOR, 2017; SOARES, CASTRO, 2017) .

Tendo em vista a necessidade de um desenvolvimento estratégico para Portugal, Simão, Santos e Costa (2002 apud MELO, 2017, p. 24) traz aspectos fundamentais: Realização pessoal e profissional; Liberdade de aprender; Desenvolvimento e qualidade do ensino superior; e Dimensão europeia da educação e espaço. A última se refere ao reforço do ensino por programas de mobilidade, para uma política de cooperação.

O modelo por si só não garante um mercado de trabalho acessível e quiçá, um mercado ideal com alto índice de possibilidades de se empregar⁵ aos que possuem formação devida. O acesso ao ensino gera, não só no Processo de Bolonha, a falsa expectativa de um emprego certo após a conclusão de ciclos formativos. Porém, entende-se que este modelo se aproxima da possibilidade de inserção e desenvolvimento no mundo do trabalho, tendo em vista a transmissão de um conhecimento útil.

Por outro lado, para Wielewicki e Oliveira (2010, p. 10), o Processo de Bolonha de pode ser visto como “uma comoditização da educação superior” por ver o ensino como um bem, ao invés de um direito⁶, com foco na economia europeia e não especificamente na qualidade da formação do indivíduo: “O aligeiramento da formação e a possibilidade de agregar “competências” ao percurso formativo podem ser vistos, nesse sentido, como elementos prototípicos desse alinhamento” (WIELEWICKI; OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Ainda assim, ao próprio indivíduo, o mercado impõe mais do que ensino para o seu ingresso. Termos como *networking*, a agenda de contatos profissionais, tornam-se essenciais para um desenvolvimento na carreira. A possibilidade do ingresso no mercado de trabalho depende mais do que da sala de aula, mas do contato com o mercado de trabalho para que se possa entender o seu contexto e a partir de então buscar espaço.

Da procura por novos caminhos surge a Estratégia de Lisboa com objetivo de contribuir para uma Europa mais efetiva no processo econômico, com maiores garantias de emprego e “coesão social”.

⁵ No contexto desta pesquisa, entende-se que o conceito de empregabilidade, utilizado frequentemente nos estudos sobre o Processo de Bolonha, não se aplica, pois responsabiliza o indivíduo por se empregar e se manter empregado (MINARELI, 1995).

⁶ A educação no Brasil é um direito assegurado pela Constituição Federal enquanto na Europa não é uma garantia, mas um bem adquirível na maioria dos países. Entendendo as diferentes perspectivas, nesse aspecto, há de se considerar a dificuldade de aproximar as expectativas dos modelos de ensino.

O objetivo fundamental do ES [Ensino Superior] passa a ser o de dotar os seus alunos de conhecimentos baseados na lei de mercado, defendendo-se a noção do saber útil como eixo unificador de toda a estruturação e organização dos cursos. (MELO, 2017. P. 29)

O “saber útil” deu sentido ao curso estudado em Portugal, contexto pertinente ao estudo da profissão de jornalista que tanto demanda o fazer e ao mesmo tempo exige conhecimentos humanísticos. O modo de ensinar comunicação e jornalismo pós Bolonha implica vários elementos inclusos no processo e traz experiências dignas de serem analisadas para que se entendam os aspectos negativos e se utilize dos positivos.

3.2 Formação de jornalismo em Portugal

As mudanças estruturais causadas pelo processo de Bolonha influenciam diretamente o ensino em comunicação e jornalismo em Portugal. Trata-se de uma profissão que acompanha uma sociedade em constante mudança, portanto, adequar-se às necessidades da realidade com inovação é o mínimo para que se tenha qualidade em seu papel financeiro e social enquanto jornalista.

Como elementos dessas inovações pedagógicas e curriculares, estão: o Sistema de Ciclos, o *European Credit Transfer System* (ECTS) e o Quadro Europeu de Qualificações (QEJ). O Sistema de Ciclos, como tratado anteriormente, tem o objetivo de garantir a rápida inserção do egresso no mercado de trabalho, possibilitando o término da graduação em torno de três anos (primeiro ciclo), o término do mestrado em torno de dois anos (segundo ciclo) e o doutorado em três anos (terceiro ciclo⁷).

Para Mota e Ferreira (2017) esse novo Sistema de Ciclos permite uma formação generalista a partir do primeiro e segundo ciclo para a docência, capacitando também para a carreira acadêmica. Além disso, “pretende valorizar as dimensões do conhecimento disciplinar, a fundamentação da prática de ensino na investigação e a iniciação à prática profissional” (MOTA; FERREIRA, 2017, p. 19).

⁷ Os ciclos podem ser diferentes em cada país, mas o de três anos é o mais utilizado. A Espanha ainda utiliza quatro anos, mas passa por um processo de ajuste para três anos.

Já o *European Credit Transfer System* (ECTS) ou Sistema Europeu de Transferência de Créditos foi instaurado em 1999 buscando a aproximação curricular entre os países e padrões mínimos de qualidade. Foi parte dos campos de aproximação estabelecidos no decorrer do Processo de Bolonha de modo a desenvolver uma estrutura, Estabeleceram-se quatro campos de aproximação: “1) mudança da estrutura do Ensino Superior; 2) sistema de títulos homologáveis em nível europeu; 3) organização de sistemas de créditos; e 4) mobilidade de estudantes e docentes” (PORTO JÚNIOR; MORAES; SILVA, 2015, p. 151).

O objetivo era garantir uma comunicação próxima entre os currículos nacionais e os currículos europeus, buscando maior inserção e envolvimento acadêmico. Uma das dificuldades desse instrumento e de todo o processo foi atingir o consenso entre os países, pois estabelecer esses créditos envolve interesses diversos. Ainda assim, Bolonha proporcionou reformulações para processos educativos e serve como indicativo para o “Brasil e os países da América Latina, que já começaram a discutir aproximações com o bloco regional europeu” (PORTO JÚNIOR; MORAES; SILVA, 2015, p. 162).

Por fim, é necessário pontuar o Quadro Europeu de Qualificações, que segundo Pôrto Junior (2017, p. 89) é um “quadro de quadros de competências” que “engloba todos os níveis de ensino, do básico ao superior”.

Figura 3 - Quadro Europeu de Qualificações para aprendizagem (QEQ)

O QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Indicadores de definição dos níveis do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)

Cada um dos 8 níveis é definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados da aprendizagem correspondentes às qualificações nesse nível em qualquer sistema de qualificações.	CONHECIMENTOS	APTIDÕES	COMPETÊNCIA
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 1:	Conhecimentos gerais básicos	Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão directa num contexto estruturado
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 2:	Conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou de estudo	Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão, com um certo grau de autonomia
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 3:	Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de Problemas através da selecção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 4:	Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho	Gerir a própria actividade no quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas susceptíveis de alteração Supervisionar as actividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das actividades em contextos de estudo ou de trabalho
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 5:	Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudos ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos	Uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstractos	Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 6:	Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios	Aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho	Gerir actividades ou projectos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e colectivo
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 7:	Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho, que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos numa área e nas interligações entre várias áreas	Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação, para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas	Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos, imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas
Resultados da aprendizagem correspondentes ao NÍVEL 8:	Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas	As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e de avaliação, necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e/ou da inovação ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes	Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso no que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho, inclusive em matéria de investigação

Fonte: Comissão Europeia (s.d)

Esses e outros aspectos do PB contribuem para o desenvolvimento do curso de jornalismo já em amadurecimento em Portugal. Para entender esse desenvolvimento, é necessário entender o contexto da formação em jornalismo no país que iniciou tardiamente e vem progredindo concomitante aos elementos de Bolonha.

A construção mais importante exercitada por Bolonha, e principalmente nos cursos de Comunicação e Jornalismo, foi a cultura da modernização. Dezenas de universidades e sistemas educativos foram atualizados com dinâmicas mais inclusivas, que permitiram uma maior mobilidade. Essa é uma conquista inegável do Processo de Bolonha. (PÔRTO JUNIOR, 2017, p. 92)

Segundo Pinto (2004) o ensino em Comunicação Social surgiu nos anos posteriores à Revolução de Abril em 1974, mas o primeiro curso com o foco em jornalismo surgiu em 1993 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra seguindo em 2000 com o de Jornalismo e de Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto.

Apesar da tardia criação do curso, a discussão sobre formação do jornalista já existia em Portugal. Em 1940, o Sindicato Nacional dos Jornalistas se propôs a iniciar a busca pela formação, porém, não houve o apoio suficiente pela discussão pelas opiniões que defendiam ou não a necessidade do ensino na área.

Após 20 anos, com a “Primavera Marcelista”, o sindicato obteve forças e criou uma comissão com profissionais renomados para discutir a proposta que foi aprovada em 1970. A ideia era um curso de graduação em cinco anos com disciplinas teóricas e práticas, focando os primeiros anos no social e os últimos na própria comunicação.

Em 1990 surgem duas linhas de pensamento sobre o assunto, uma que incentiva o surgimento de cursos específicos em universidades e outra é voltada para um ensino de curta duração pensado para o mercado de trabalho pelas instituições de Ensino Politécnico públicas e privadas.

O professor Nelson Traquina, teórico renomado nos estudos em comunicação atuais, teve participação na criação dos primeiros cursos de graduação em comunicação no país. No final da década de 90, contribuiu para a criação do primeiro curso de mestrado na área pelo Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de Coimbra. Em seguida, a Universidade do Minho segue com pós-graduação, formando especialistas em Informação e

Jornalismo no seu curso de mestrado em Ciências da Comunicação. Subsequente, surgem os doutoramentos e a continuidade da abertura de cursos pelo país.

Com a mudança dos cursos para adaptar-se ao Processo de Bolonha, após 2005, conforme Canavilhas (2009) deixam de existir as distinções entre os ensinos Universitário e Politécnico e as licenciaturas passam a se organizar em ciclos como elucidado anteriormente neste trabalho.

A redução na duração das licenciaturas fez com que parte significativa dos estudantes sentisse necessidade de continuar a sua formação para 2º ciclo (antigo Mestrado), o que permitiu as escolas construir planos de estudos com mais disciplinas ligadas às novas práticas jornalísticas. (CANAVILHAS, 2009, p. 61)

Surge um novo cenário de ensino em comunicação, conseqüentemente, um novo cenário profissional a ser estudado. Busca-se a unificação entre países europeus, bases curriculares e métodos, ensinos que contribuam ao mercado e ao ser de forma psíquica e social. Trata-se de inovação na comunicação e no próprio ensino. São avanços a serem considerados, pois “a formação universitária e a construção do conhecimento têm sido bons exemplos de que é possível o diálogo, mas não fácil.” (PÔRTO JUNIOR, 2017, p. 92).

Apesar dos esforços, o diploma chegou a ser cogitado como obrigatório em Portugal com o surgimento do curso em 1971, mas a ideia não vigorou. “O acesso à profissão deixaria de ser feito pelo sistema de «porta aberta», passando a ser um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência e por um diploma académico” (SOBREIRA, 2003, p. 16). Traquina (2007) defende que o Brasil estava à frente de outros países quando se diz respeito à exigência do diploma para o exercício legal da profissão. Mal sabia ao conceder tal análise que após dois anos não seguiria nesse sentido.

Apesar disso, Portugal não se diferencia do Brasil, quando se diz respeito aos interesses econômicos envolvidos à obrigatoriedade do diploma que apontam para outros desdobramentos. “Para os donos de veículos, certamente, não há interesse na exigência de uma formação específica em jornalismo, pois podem encontrar mão-de-obra mais barata que aquela licenciada” (TRAQUINA, 2007, p. 1).

A discussão ainda caminha para a diferenciação entre uma atuação em jornalismo que pode se caracterizar como ofício, enveredando para a valorização da prática, ou profissionalização, valorizando o conhecimento teórico e prático para o desenvolvimento qualitativo da profissão. Conforme Traquina (2005, p.94), diferente de ocupação, a profissão traz uma gama de direitos. Ocupação “designa atividade remunerada, enquanto o termo *profession* é reservado para atividades mais prestigiadas e tradicionais”.

Discussões pertinentes aos interesses expostos por caracterizar ou descaracterizar a formação. Ora em busca de uma categoria valorizada, ora em busca de interesses econômicos ou sociais quando se diz respeito ao poder (CAMPONEZ, 2011; CASCAIS, 2008; SOBREIRA, 2003; TEIXEIRA, 2009). Para entender essa contextualização e discussões latentes no Brasil, a pesquisa apresentará um estudo sobre os indicativos formativos no país com grande influência social portuguesa.

4 INDICATIVOS FORMATIVOS NO BRASIL

O jornalismo, dentre sua construção histórica no Brasil, teve diversos desdobramentos no ensino e a sua valorização para o exercício legal da profissão. Diante desse contexto, este capítulo busca debater as inquietações quanto ao ensino brasileiro, perpassando desde a história da formação⁸, ao atual cenário das universidades brasileiras, não deixando de levantar os debates sobre a relação da teoria e prática na profissão, parte da discussão quando se refere ao diploma em Portugal e frequente também nas discussões do Brasil.

4.1 Histórico da formação legal curricular em jornalismo no Brasil

Como observado em Portugal, o ensino em jornalismo surge como uma necessidade da categoria de jornalistas, representada por sindicatos e envolvida por interesses de diversos atores sociais, na tentativa de qualificar ou intelectualizar a profissão. No Brasil, a história não foi muito distinta, apesar de haver outras questões e interesses envolvidos e possuir outros desdobramentos quanto ao ensino superior e sua aplicação no trabalho. “Convicções acerca do valor da imprensa uniram-se ao desejo de alguns jornalistas que, no final do século XIX e início do XX, pleiteavam a autonomização de sua atividade num contexto em que as redações de jornais abrigavam desde analfabetos a literatos, juristas e políticos. Para isso, acreditavam que era necessário, entre outras coisas, promover a qualificação intelectual aos trabalhadores dos periódicos.” (LOPES, 2013, p. 53)

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi criada em 1908 por Gustavo de Lacerda, que embora tivesse planos para a criação de uma Escola de Jornalismo e ideais quanto à profissionalização do jornalismo em busca de melhores salários e condições de trabalho, faleceu antes das ideias irem adiante, em 1910. “Gustavo de Lacerda foi um visionário, nutrindo ideias políticas que o estigmatizaram no interior da corporação jornalística” (MELO, 2004, p. 79).

Seu sucessor, Dunshee de Abranches deu continuidade com reelaborações nos planos iniciais em 1913. Em 1917, a primeira proposta curricular foi escrita para a Escola de

⁸ Que a ocorria em âmbito universitário, mas tinha a formação em ofício, pelo exercício prático da profissão acontecendo nas redações com os novos jornalistas, a princípio, sem diploma.

jornalismo pelo membro da associação, Raul Pederneiras. (MAGALHÃES, 1954; LOPES, 2013; SÁ, 1999).

Em 1918, a ABI promoveu o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, o qual discutiu temas como “identidade profissional e escola de jornalismo, profissão de jornalista, ação da imprensa e liberdade de imprensa” (SEGISMUNDO, 1988 apud LOPES, 2013, p. 55). Apesar de todo esforço e mobilização, a ABI não conquistou a implantação de nenhum curso, se tornando realidade após décadas por meio de outros atores como será elucidado a seguir.

O primeiro curso universitário surgiu em 1935 no Rio de Janeiro pela Universidade do Distrito Federal (UDF), mas não era considerada uma escola profissional para formar jornalistas em nível superior como buscavam. Criada no mesmo ano do curso de jornalismo, a Universidade do Distrito Federal era idealista quanto à educação, destacando a busca da inovação e a importância do processo formativo. Apesar dos ideais, a Universidade sofreu perseguição política e fechou em 1938 por esse motivo. (PORTO JÚNIOR, 2012)

Legalmente, as escolas de jornalismo foram criadas em 1938 por meio do Decreto-Lei 910 que tentou tornar o diploma obrigatório, mas não obteve sucesso. Além da tentativa da obrigatoriedade do diploma, o decreto trazia regulamentações como obrigação de registro no Ministério do Trabalho, jornada de trabalho de cinco horas, direitos previdenciários e a determinação de que o governo criasse as escolas de jornalismo. Apesar da tentativa, os donos de empresas jornalísticas começaram desde então a se manifestar contra a exigência e o decreto não vigorou. (LOPES, 2013; SEGISMUNDO, 1995)

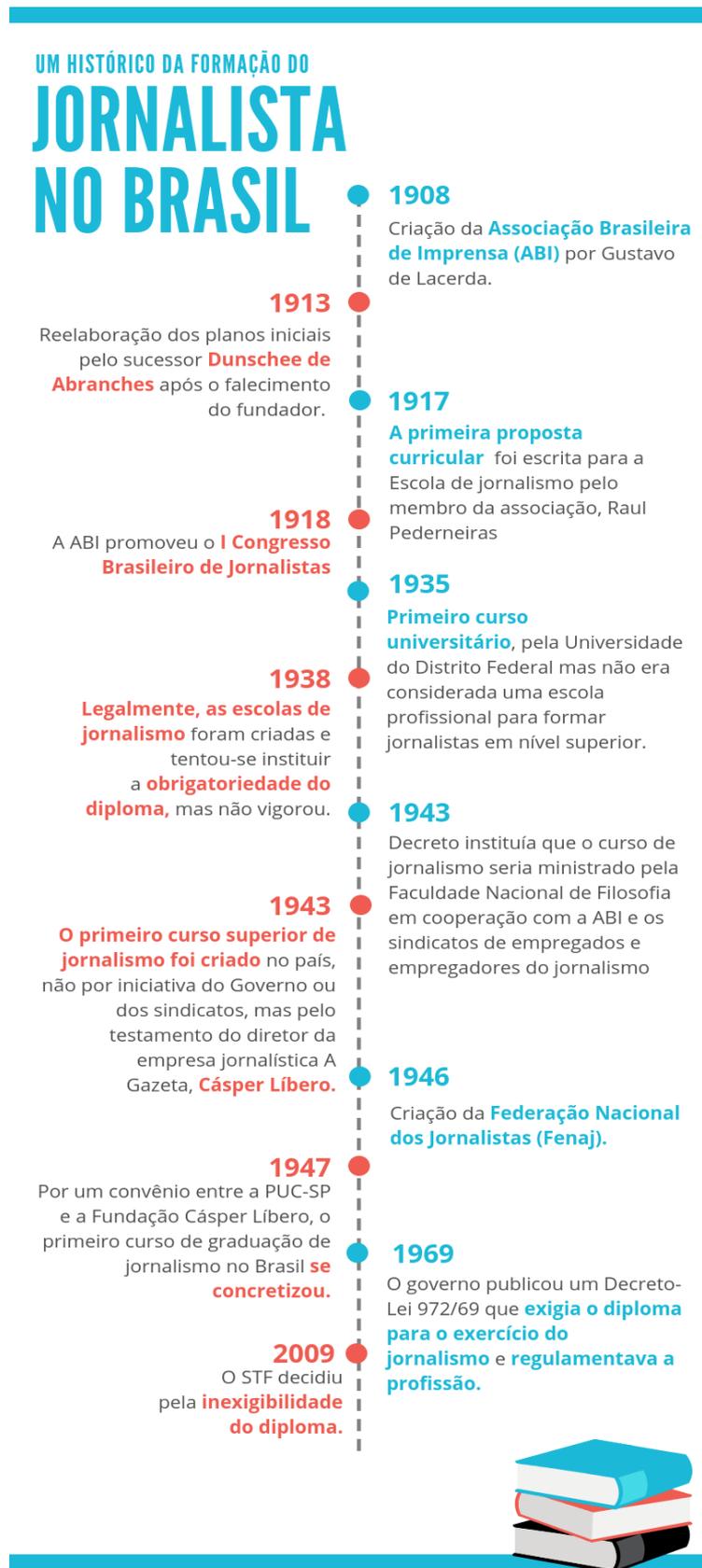
No mesmo ano, o governo Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei 421, de 11 de maio, exigindo que todo curso superior, fosse privado ou público, necessitaria da autorização do Governo Federal e o reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) para ser instaurado. Mais tarde, em 1943, o Decreto 5.480 era publicado, definindo que o curso de jornalismo seria ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia em cooperação com a ABI e os sindicatos de empregados e empregadores do jornalismo.

Finalmente, em 1943, o primeiro curso superior de jornalismo foi criado no país, não por iniciativa do Governo ou dos sindicatos, mas pelo testamento do diretor da empresa jornalística A Gazeta, Cásper Líbero. Apesar de idealizar o curso, morreu antes que pudesse concretizá-lo, mas em 1947, por um convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Fundação Cásper Líbero se concretizou o primeiro curso de graduação de jornalismo no Brasil.

Em meio à Ditadura Militar, o governo publicou o Decreto-Lei 972, de 1969, que regulamentava o exercício da profissão de jornalista e exigia o diploma para o exercício da profissão de jornalista. Os caminhos tomados com o passar dos anos e discussões políticas, a favor ou contra a exigibilidade do diploma serão discutidos posteriormente, por hora, atenta-se ao marco do decreto pelo diploma, que segundo Lopes (2013, p. 13), apesar da polêmica e insatisfações, como já ocorreu em outro momento de tentativa, o Decreto atendeu aos “anseios de organizações de classes jornalísticas” e pelo percurso em busca da formação jornalística, não condiz por ser mero “resquício da ditadura” como argumentado posteriormente.

A figura a seguir tem o objetivo de ilustrar esse percurso de informações pertinentes ao histórico pela criação e exigência de um curso de nível superior para o exercício da profissão. Um campo de disputa de interesses retratado posteriormente, mas já subentendido pelo envolvimento da categoria em prol da formação pela exigência do diploma e dos empregadores pela inexigibilidade.

Figura 4 - Histórico da formação do jornalista no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora.

Entende-se, portanto, que todas as tentativas de qualificar a profissão em nível de ensino foram também uma forma de fortalecer os jornalistas enquanto categoria. A partir desse percurso histórico, o ensino se encontra na função de preparar um profissional apto para desenvolver o trabalho de jornalista e inicia o trajeto de afirmação do jornalismo dentro das áreas de estudos na academia.

Após o percurso para a construção das escolas de jornalismo de nível superior de modo a intelectualizar o exercício profissional, é necessário entender o atual cenário das instituições de jornalismo, as discussões acerca do ensino e atuação como será delineado a seguir.

4.2 O atual cenário das universidades brasileiras

Em meio a esse percurso de luta pela criação de um curso superior para formação de jornalistas graduados e com a conquista do primeiro dele, outras regiões se desenvolveram em diferentes proporções na criação de mais graduações na área. Além disso, novos marcos históricos que não constam na linha do tempo anterior ocorreram para que se chegasse à realidade que se tem hoje no ensino de jornalismo no Brasil.

Antes das novas diretrizes que norteiam os cursos de jornalismo atualmente, vigoravam as diretrizes estabelecidas em 2001 que extinguiu o currículo mínimo⁹ adotado pelas diretrizes anteriores, permitindo uma liberdade a cada curso de estabelecer as disciplinas de acordo com as necessidades locais e o perfil do egresso estabelecido. Em 1946, 1948, 1949 e 1950 foram aprovados pelo Ministério da Educação, currículos diferentes, ora privilegiando o impresso, ora o rádio, ora aspectos culturais. Em 1962, 1966 e 1984 aprovou-se um currículo mínimo para os cursos de jornalismo, contendo no último, informações detalhadas sobre as disciplinas, os equipamentos e laboratórios. (ANTONIOLI, 2014).

Em fevereiro de 2009, o Ministério da Educação instituiu sob a presidência do professor José Marques de Melo, a Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria com “a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação” (BRASIL, 2009, p.1).

⁹ O currículo mínimo estabelecia e unificava os cursos de jornalismo no Brasil, com a extinção e o norteamento dos cursos pelas diretrizes curriculares, é possível considerar as demandas locais sem prejudicar um padrão mínimo estabelecido nacionalmente.

O repensar dos modelos de ensino de jornalismo teve em seus fundamentos, a necessidade de unificar o ensino no Brasil, estabelecendo padrões e atendendo às necessidades teóricas e práticas de modo a possibilitar a interação da universidade com as necessidades econômicas:

Entende a Comissão que esses instrumentos legais balizam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício. Contribuirá também para esse aperfeiçoamento a restauração do estágio supervisionado, que corresponde à antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo. (BRASIL, 2009, p.2)

No mesmo ano em que se instaurou a Comissão, mas alguns meses depois, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pela não obrigatoriedade do diploma. Ainda assim, o trabalho teve continuidade e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais foram instituídas pelo MEC em setembro de 2013, estabelecendo caminhos para a elaboração da grade curricular dos cursos de jornalismo, definindo competências do profissional, dentre outras questões. Entende-se que, teoricamente, o governo demonstrou preocupação em unir as necessidades da academia com o desenvolvimento pessoal profissional, com conseqüente influência na economia do país.

A não obrigatoriedade do diploma, decidida em 2009, não impediu que os trabalhos seguissem, pelo contrário, o momento prevê a necessidade de se aperfeiçoar ainda mais o ensino, adequando às necessidades teóricas e de mercado, de modo a não ser substituído por outras áreas ou retroceder ao modelo inicial de jornalismo existente no século passado.

Nesse contexto, é importante observar o crescimento dos cursos ao longo dos anos. Infere-se que as primeiras tentativas de instituir a obrigatoriedade do diploma, em 1938, não teve efeito sobre a criação de cursos, tendo o desenvolvimento do primeiro curso apenas em 1943. A definição pela obrigatoriedade do diploma em 1969, por sua vez, veio acompanhada de um curso superior já consolidado no país e apesar de debates sociais acerca dos interesses em haver ou não essa exigência, houve impacto no crescimento de cursos até o ano anterior do decreto não ser recepcionado pelo STF.

Figura 5 - Crescimento dos cursos de jornalismo por região

REGIÃO	Até 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2008	TOTAL
Norte	-	-	1	1	-	2	21	25
Centro-Oeste	-	-	1	2	1	6	21	31
Nordeste	-	1	3	5	2	2	46	59
Sul	-	3	1	4	2	18	33	61
Sudeste	2	2	6	21	5	46	107	189
TOTAL	2	8	20	53	63	137	365	

Fonte: Lopes (2013, p. 137).

A Região Norte, objeto na presente pesquisa, cresceu de modo lento, com o menor número de cursos, dentre as regiões até 2008. Para entender o contexto da universidade pesquisada representando a Região Norte do Brasil é necessário situar a realidade do curso no norte do Brasil. Em universidades públicas, são ao todo sete cursos de jornalismo, na Universidade Federal do Acre (UFAC), na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Universidade Federal do Amapá (Unifap), na Universidade Federal de Rondônia (Unir), na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT) com similaridade comprovada conforme os resultados dos estudos de Silva (2018) por suas questões curriculares.

Escolhida a Universidade Federal do Tocantins para ter seus egressos como objeto de estudo no Brasil. É imprescindível entender o contexto de criação do curso, oito anos após a criação do Estado, um dos mais novos do Brasil. O Tocantins foi criado no dia 5 de outubro de 1988 por meio do artigo 13 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil que definia o desmembramento da área antes pertencente ao Estado de Goiás.

Em meio a diversos argumentos, a luta pela autonomia do Tocantins, o norte goiano, já perdurava por séculos, intensificada na metade do século XX com Lysias Rodrigues, em 1940 e por Feliciano Machado entre 1956 e 1960 (ANJOS, 2015). Em 1980, o então deputado federal e posteriormente, o primeiro governador do Estado, José Wilson Siqueira

Campos apresentou Projetos de Lei, pela autonomia, rejeitados pelo então presidente, José Sarney. Em 1987 a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada e incluiu a nova Carta promulgada a criação do novo Estado em 1988, com 139 municípios nos dias atuais (TEIXEIRA, 2003).

Após discussões e transições da capital do Estado, a cidade de Palmas começou a ser construída no dia 20 de maio de 1989, o local em que foi criado o primeiro curso de comunicação social com habilitação em jornalismo do Tocantins. Em 1997 foi instalado na Universidade do Tocantins (Unitins) o primeiro curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Em 2003 o curso foi transferido para a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Na necessidade de atualizar esses dados do crescimento dos cursos, buscou-se a pesquisa de Jacques Mick (2012) com foco na expansão do ensino de jornalismo no Brasil.

Figura 6 - Total de cursos até 2010

Regiões	Total de cursos até 2010
Norte	22
Centro oeste	33
Nordeste	58
Sul	59
Sudeste	144
Total	316

Fonte: Mick (2012, p. 7)

É possível perceber que após um ano de inexigibilidade do diploma, o número de cursos existentes que apenas crescia, chegou a diminuir em todas as regiões, com exceção da Região Centro-Oeste que aumentou em dois cursos. A Região Norte continua sendo a que possui menos cursos de jornalismo. Numa perspectiva total do país, os cursos reduziram em 49 de 2008 a 2010. O dado mais atual encontrado foi do Ranking Universitário Folha (2017) que trouxe uma classificação de cursos em todo o Brasil por avaliações diversas, totalizando 301 cursos em 2017. Ou seja, entende-se que ainda houve uma diminuição de 15 cursos nos

últimos sete anos, menos brusca que a diminuição ocorrida nos dois anos após 2008. Subentendem-se dos dados que os anos anterior e posterior à queda do diploma foram anos de maior queda nos cursos existentes do Brasil.

A “crise” do campo jornalístico, contudo, não é exclusividade da questionável – “politizada” – decisão do STF. O mesmo modelo expansionista que abriu centenas de escola em menos de 10 anos possibilitou que IESs criassem cursos em cidades ou regiões sem qualquer especificidade de atuação, sem vislumbrar qualquer referência a um perfil regional ou se preocupar ao menos, em atender eventuais demandas específicas de uma cidade ou de municípios próximos e de abrangência. (GADINI, 2009, p. 7)

A falta de referencialidade quanto às precisões regionais foi uma deficiência no ensino apontada por Gadini (2009), a qual ainda há a necessidade de ser sanada, pois cada região possui sua realidade de trabalho, veículos de grande ou pequeno porte, assessorias de imprensa voltadas para empresas públicas, privadas possibilidade de atuação em *freelancers*, em jornalismo independente e a necessidade de se alimentar os conhecimentos teóricos que sustentarão de algum modo, todos esses fazeres produtivos, trazendo a necessidade de um curso estratégico, como já citado anteriormente e explanado a seguir.

4.3 Teoria e prática no ensino de jornalismo

Desde a história da instituição de um curso superior de jornalismo no Brasil, quando se discutia o que era necessário conter na grade curricular desses cursos, quando já existia o curso e buscava-se afirmar o jornalismo como área de conhecimento no meio acadêmico, já havia o debate sobre essa linha tênue entre a teoria e a prática no ensino de jornalismo. Portanto, “a tensão entre teoria e prática- e eventuais acirramentos de um antagonismo que não deveria existir – é o ponto nevrálgico que perpassa toda a história do ensino no Brasil” (LOPES, 2013, p. 14).

Não se pode ignorar a necessidade de um conhecimento teórico sustentável à prática da profissão, capaz de fornecer os estudos básicos para o senso crítico, interpretativo e até mesmo laboral, além da contribuição quanto às legislações e éticas pertinentes no jornalismo. A necessidade de alinhar esse conhecimento não se distingue ao desenvolver na academia

enquanto área de conhecimento ou no mercado enquanto profissionais qualificados e seguros para atuar. No que se refere ao mercado de trabalho, essa união é um desafio, considerando a “atual conjuntura econômica e política global que hoje põem o mundo em uma situação de amplas e rápidas mudanças” (SOUSA; BERTI, 2013, p. 14).

Entende-se, portanto, como legítima, a tentativa da União Europeia com o Processo de Bolonha de se repensar o ensino não só em jornalismo de modo a pensar também na economia do país, mas há de se pensar nas necessidades teóricas de modo indissociável. No Brasil, as novas diretrizes curriculares também foram um modo de estabelecer um curso superior útil à aplicação no mercado produtivo. O estágio obrigatório como parte desse novo currículo é um exemplo claro de essa preocupação tem existido. Resta saber de que modo as Instituições de Ensino têm adequado essa união.

Gadini (2009, p. 10) entende essa dicotomia entre teoria e prática como um velho e falso dilema:

Se, por um lado, a clareza em torno das especificidades do campo jornalístico o, com todos os seus problemas, peculiaridades, conflitos e dificuldades, assegura uma crescente legitimidade do campo, por outro, não se pode entender que tal perspectiva abra espaço ao criticado empirismo tecnicista e meramente operacional. É necessário avançar na (re)definição de perfis profissionais capazes de ver e agir além dos viciados, e já saturados, espaços de trabalho, que pouco acrescentam aos jovens que saem das escolas sem perspectiva de atuação.

Avançando nessa discussão antiga e já resolvida entre os estudos sobre ensino, é necessário entender a realidade que vai além do espaço de estudo, que como já visto, deve voltar os olhares, tanto para as necessidades teóricas quanto práticas, porém, sem desconhecer o contexto social do jornalismo no país.

5 O TRABALHO DO JORNALISTA

Ciente de que o ensino superior de jornalismo no Brasil foi uma reivindicação da classe trabalhadora, é necessário entender as discussões acerca da obrigatoriedade do diploma e o contexto que o levou judicialmente a não ser uma exigência para o exercício legal da profissão no Brasil. Entendido esse jogo de interesse, como será explanado a seguir, será necessário entender as realidades vividas pelo jornalista na atualidade em um contexto de violência, precarização e renovação e por fim, compreender suas funções e competências colocadas na relação do conhecimento acadêmico à construção das relações com meio profissional.

5.1 Rumos e discussões sobre o diploma no Brasil

Como já citado anteriormente, chegou o momento de elucidar a decisão pela inexigibilidade do diploma. O trajeto de decisões sobre o assunto foi extenso até que se chegasse a uma conclusão jurídica sobre os fatos. O Ministério Público Federal travou dura batalha contra a União Federal para definir o futuro a cerca da legalidade da exigência de formação superior.

Sendo o diploma um mecanismo de autoridade que confere às universidades e à comunidade acadêmica o poder de definir perfis ao formar os jornalistas, entram em tensão outros grupos – do mercado de trabalho do poder público, dos empresários da mídia; enfim, outros atores sociais que também querem ter algum poder e acesso À construção de um profissional com um capital simbólico tão importante para a sociedade (LOPES, 2013, p. 12).

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão final negativa referente à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Para chegar à conclusão da inexigibilidade, houve um extenso curso de decisões judiciais em diferentes instâncias, bem como discussões sobre o livre exercício da profissão e liberdade de expressão.

O trajeto teve início quando a União, representada pelo Ministério do Trabalho, fiscalizadores do exercício regular das profissões, aplicava multas para os jornalistas que

exerciam a profissão sem a qualificação exigida, na época assegurada pelo Decreto Lei nº 972/69. A situação originou os processos administrativos nº 1.34.001.002285/2001-69 e nº 1.34.001.001683/2001-68.

O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo Procurador da República André de Carvalho Ramos, com o respaldo constitucional de defender os interesses do grupo atingido, tendo em vista a conduta da União, questionou e solicitou a não recepção do Decreto Lei nº 972/69 pela Constituição Federal de 1988 por meio de uma Ação Civil Pública, ou seja, a não recepção do decreto que assegurava a exigência do diploma.

Neste momento, o Sindicato dos trabalhadores e Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de São Paulo se apresentou como interessado na ação juntamente com MPF. Em contrapartida, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo apresentavam-se em conjunto com a União.

A ação possuía como argumento a razoabilidade e a proporcionalidade, ou seja, a justiça, o equilíbrio, a decisão justa das leis que restringem a disciplina e a qualificação profissional. O decreto definia a qualificação profissional como condição ao livre exercício das profissões, o que, segundo o MPF, feria o direito à liberdade de expressão, tendo o jornalismo como uma profissão diferenciada, intimamente ligada ao pleno exercício de liberdade de expressão e informação.

Em resposta à Ação Civil Pública de iniciativa do MPF, a juíza federal da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, de primeira instância, Carla Abrantkoski Rister, julgou o pedido parcialmente procedente. Segundo a decisão, a União deveria exigir o diploma do curso superior para o registro em todo o país; seriam nulas todas as multas pendentes de execução registradas pelo Ministério do Trabalho contra quem exercia o jornalismo sem o diploma; e a envio de ofício a todos os tribunais de justiça estaduais para apreciar a pertinência de trancar os inquéritos policiais ou as ações penais em curso sobre o tema. Ou seja, a primeira decisão extinguiu a obrigatoriedade de formação superior em jornalismo para o exercício regular da profissão.

A União Federal entrou com um recurso nomeado por Apelação/Reexame Necessário Nº 2001.72.00.009861-8 (TRF) contra a sentença da juíza, o que levou ao julgamento no tribunal de segunda instância, o Tribunal Regional Federal. A 4ª turma, em conjunto, lançou

decisão (chamada de acórdão) sobre o tema, teve como relator o Desembargador Federal Valdemar Capeletti e apresentou-se favorável à exigibilidade do diploma.

O MPF, considerando uma violação à liberdade de expressão prevista na Constituição Federal, encaminhou o Recurso Extraordinário 511.961 São Paulo ao Supremo Tribunal Federal. O recurso argumentava em acréscimo que ao fazer o controle prévio da profissão possibilitava a criação de um órgão para fiscalizar e seria o mesmo que aplicar censura prévia, ferindo a liberdade de expressão pela possível regulação estatal.

O apelante (MPF) argumentou também que, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista viola o art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que protege a liberdade de expressão, definindo que o posicionamento não seria apenas brasileiro.

Após a discussão, o Superior Tribunal Federal apresentou decisão, posicionamento adotado atualmente, o decreto não foi recepcionado, logo, não se exige o diploma para o exercício da profissão desde 17 de junho de 2009. Para obter o Registro Profissional basta levar documentos pessoais ao Ministério do Trabalho e comprovar o vínculo com a profissão dentro do formato exigido.

Ultrapassadas as questões sobre o curso das decisões acerca da exigência do diploma, adentra-se no tema referente às interpretações sobre o termo liberdade de expressão. Os argumentos dos juristas, do Ministério Público Federal e interessados no caso para defenderem que a exigência da formação dos profissionais pode ferir o direito à livre manifestação do pensamento e a liberdade de imprensa, dentre outros argumentos.

5.1.1 O diploma e as liberdades

Um dos argumentos do MPF e do próprio STF para a negativa é de que o decreto que regulamentava a profissão foi feito na época do regime militar. Portanto, seria ilegítimo diante da repressão aplicada na época, inclusive à comunicação limitando, consequentemente, a liberdade de expressão.

Apesar do questionamento, o Decreto-Lei 972, aprovado em 17 de outubro de 1969, dentro do período da Ditadura Militar do Brasil, foi modificado posteriormente. A modificação se deu pela Lei 6.612 de dezembro de 1978 e Decreto 83.284 de março de 1979, segundo a Fenaj (2002, p. 40), atendendo às reivindicações dos jornalistas feitas desde 1918. Para Lopes (2013, p. 85), o fato de a exigência ter ocorrido em meio à ditadura “não consegue demonstrar qualquer tipo de inconsistência nela, nem é justificativa suficiente para desacreditá-la”, pois como visto anteriormente nesta pesquisa, há um contexto histórico de discussões sobre o assunto e anseios da categoria.

Nas discussões sobre o tema rente aos períodos de decisão, muito se fala em liberdade de expressão e liberdade de informação, direitos inclusos na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, Incisos IV e XXXIII. Porém, segundo doutrinadores citados a seguir e a própria definição em lei, não se trata do mesmo conceito.

O primeiro inciso a que se referencia é a “livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Segundo Barroso (2004, p. 18), trata-se do “direito de externar ideias, opiniões, juízos de valor, em suma, qualquer manifestação do pensamento humano”. O segundo afirma que

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (CF, 1988, art. 5º Inciso XXXIII)

Como explana Barroso (2004, p. 18), refere-se “ao direito individual de comunicar livremente fatos e ao direito difuso de ser deles informado”. Portanto, nem a liberdade de expressão, como argumentado, nem mesmo a liberdade de informação está limitada ao exercício da profissão de jornalista e não se prejudica com a exigência de formação, pelo contrário, permite a qualificação.

Ser jornalista vai além da mera expressão, dentre outros requisitos, implica técnica, formação de senso crítico entendimento dos contextos sociais e históricos e o exercício da ética, exigido em todas as profissões. “O jornalismo é um ambiente de macro-interloquções. E com elas elabora significados e constrói sentido” (CHAPARRO, 1996, p. 1). Em

contraponto, ter o direito de livre expressão e manifestação não implica em ser jornalista, mas na não repressão desse direito que pode ser exercido frequentemente, ausente de técnica, pelas redes sociais físicas e tecnológicas.

É preciso bem mais do que talento no trato com as palavras. É preciso ter um conhecimento amplo sobre cultura e legislação; uma formação sólida sobre os valores éticos que fundamentam a vida em sociedade e que consolide as conquistas da civilização; o conhecimento das regras deontológicas da profissão, como por exemplo ouvir sempre as várias partes interessadas em uma disputa; uma disciplina quase que doentia para checar as informações antes de divulgá-las. Além disso, é preciso que o profissional adquira conhecimentos técnicos necessários para entrevistar, reportar, editar, e pesquisar os assuntos mais variados. (FENAJ, 2002, p. 43)

O cidadão tem o direito e garantia de livre manifestação do pensamento e possui meios para tal fim. O jornalista, enquanto cidadão e profissional, também o possui, mas se exercido de forma qualificada e consciente, é inegável a diferença na credibilidade da informação transmitida, não como uma mera expressão de opinião ou pensamento e sim como reflexo dos fatos ocorridos diariamente em diversos setores.

O profissional deve ter acesso também ao direito de liberdade de imprensa, contanto que não fira outros direitos existentes. A relação profissional-cidadão não interfere nos direitos fundamentais ou na ética atribuída a todos os níveis e funções.

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida dos direitos dos indivíduos a uma informação correta e parcial (SILVA, 2010, p. 247).

Outro argumento dos próprios ministros do STF durante a discussão é de que a certificação não é garantia de ética profissional. Porém, a ausência ou presença de ética estão relacionadas à formação pessoal e profissional/acadêmica, que apesar da não exigência de certificação, vem se modificando para adequar às necessidades do mercado, a exemplo do novo Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo (PPC) implantado nas graduações do Brasil por regulamentação do Ministério da Educação.

A formação acadêmica do jornalista ainda é valorizada pelo mercado de trabalho, afinal é dentro da academia que a base dos jornalistas é formada, ainda que não se deva descartar que, apenas a teoria por si só seja suficiente na formação de todo e qualquer profissional. (STURZA, 2015, p, 64)

Desse modo, a contribuição de um jornalista para a liberdade de imprensa e o acesso à informação de qualidade, é evidente quando trabalhada diante de todos os aspectos técnicos, estéticos, éticos para que se atinja o mais próximo da verdade. O acesso a esse tipo de informação possibilita o conhecimento amplo e a credibilidade dos fatos, contribuindo para a liberdade de pensamento e manifestação com qualidade.

5.1.2 As tentativas frustradas para a volta da obrigatoriedade

Diante da decisão do STF, do novo cenário jurídico e das novas demandas, senadores e deputados se manifestaram com Propostas de Emendas Constitucionais (PECs). O senador Antônio Carlos Valadão iniciou as proposições com PEC nº 33 de 2009.

A proposta visa acrescentar o artigo 220-A à Constituição Federal exigindo: que o exercício da profissão de Jornalista seja específico do portador de diploma do curso superior de comunicação social com habilitação em jornalismo reconhecido pelo Ministério da Educação; que aqueles, até a data de promulgação da Emenda, com o efetivo exercício da profissão comprovado e também os jornalistas com registro profissional não serão obrigados a possuir diploma para o exercício da profissão; que o diploma não é exigido para o colaborador, o que não possui vínculo empregatício, mas produz trabalho técnico, científico ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado como o nome e qualificação do autor.

A PEC foi aprovada pelo Senado Federal e está em tramitação na Câmara dos Deputados, nomeada por PEC 206/2012 na Casa, necessitando, porém, de alteração quanto à mudança de nomenclatura dos cursos que passaram a receber o nome de Jornalismo e dispensar o termo Comunicação Social. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou seguida pela Comissão de Constituição e Revisão (CCR) e aguarda ser colocada em pauta pelo presidente para votação.

Apesar da morosidade dos processos legislativos com a primeira PEC, a própria Câmara propôs Emendas que prezam pela obrigatoriedade, a PEC n° 386, n° 388 e n° 389 de 2009, todas anexadas a 386. A fundamentação era de que para a liberdade de informação são a favor da exigência do diploma.

Nesse caso, quais sejam as decisões, a realidade independe de graduação para o exercício do jornalismo. Como consequência desse percurso de decisões, o mercado se abriu há oito anos para a possibilidade de contratar não graduados desde 2009. Entende-se que não basta querer ser jornalista sem ao menos ter noção mínima do exercício da profissão, mas permite outras formas de ingresso que não atribuídas à formação superior.

Desse modo, a academia é cada vez mais pressionada pela responsabilidade de formar egressos que saibam lidar com a sociedade, cultura e a necessidade de experiência e conhecimento técnico. Atendendo às necessidades, uma das alternativas é inserir os acadêmicos no mercado antes mesmo da conclusão do curso, permitindo oportunidades a depender também da abertura do mercado, como explana (CATANI, 1996, p.203):

Os cursos de graduação em geral dão a formação básica, dependendo de cada um a continuidade da sua construção acadêmica. A maioria dos conhecimentos que as empresas valorizam são adquiridos na prática ou em cursos extracurriculares, o que revela a importância de o mercado estar aberto a estes futuros profissionais desde a época da graduação, oferecendo-lhes oportunidades que acrescentem à sua formação.

Partindo do pressuposto de que a obrigatoriedade do diploma foi uma reivindicação da categoria por anos em busca de valorização, entende-se que a busca por essa valorização ficou ainda mais complexa. Apesar dessa questão, os sindicatos buscam pisos salariais por em cada estado, o respeito a direitos mínimos como horas de trabalho e a luta pela formação. Mas diante desse cenário, há uma série de violências a serem enfrentadas diariamente por jornalistas que impactam no trabalho desenvolvido.

5.2 As mudanças estruturais do jornalismo e a inovação/renovação

O jornalismo vive um momento um tanto quanto conturbado, quando se refere a profissionais que lidam com inúmeras mudanças e encaram constantemente notícias de demissões dos colegas ou deles próprios. Trata-se de um momento de “ ‘crise’: de valores, de formatos, de credibilidade, de quebra de paradigmas profissionais”. (VENTURA; ITO, 2017, P. 88).

Ainda entendendo que há uma crise de diversos fatores, Pereira e Adghirni (2011, apud Ventura; Ito, 2017, p. 88) consideram que é necessário evitar “generalizações simplistas”, portanto, defendem um cenário atual complexo, em que o jornalismo passa por “mudanças estruturais”, usando a nomenclatura para substituir o termo crise.

Como consequência das características estruturantes e ideológicas presentes no jornalismo, observa-se um dismantelamento das relações de trabalho dos jornalistas, demissões em grandes proporções nas empresas tradicionais (no Brasil foram denominadas de “passaralhos”), aumento da carga de trabalho com redução de pessoal na redação, multifuncionalidade, contratos precários, aumento do número de free-lancers, de jornalistas prestadores de serviço (“pejotização”), realização de trabalho por projetos, dependência dos contadores de clicagem, alta rotatividade dos profissionais e abandono da profissão. (PONTES; MICK, 2012, p. 6)

Fígaro e Nonato (2017) consideram uma crise existente e a nomeiam dessa forma, mas condizem com Ventura e Ito (2017) no que diz respeito às mudanças que o jornalismo perpassa em seus diversos formatos. “A justificativa das empresas para a precarização do jornalismo e do emprego do jornalista é a crise. No entanto, a crise do impresso é acompanhada pela elevação das vendas de assinaturas das edições digitais”. (FIGARO; NONATO, 2017, p. 52)

O que não se pode deixar de considerar é que acompanhada dessas mudanças, o profissional jornalista enfrenta uma precarização, como dito anteriormente, e desvalorização do trabalho, enfrentando as crises citadas. Esse contexto pode afetar o profissional, diante das competências, pelas próprias mudanças estruturais que vão além do que havia aprendido na formação quando não existiam inúmeras inovações tecnológicas que se atualizam constantemente.

A partir dessas crises, alguns jornalistas e veículos se destacam por novas formas de fazer jornalismo. Dogruel (2017, p. 11) considera que quando se trata dos veículos, essa necessidade de inovação de formatos e “conteúdo midiático, a necessidade contínua de novidade (*newness*) pode ser ressaltada como a principal característica da inovação midiática”.

Já os profissionais, em busca de um sustento financeiro, acabam tendo que escolher entre aceitar as formas de trabalho a eles impostas, sejam elas precárias ou não, ou pensar em novas possibilidades de carreira. Nesse cenário, Ventura e Ito (2017, p. 88) destacam a “autonomização dos atores, que publicam narrativas de maneira independente em blogs e perfis em redes sociais, muitas vezes alternativas e até contrárias à mídia tradicional”.

Além desses atores autônomos, surgem novas formas de financiamento, conhecidas como *crowdfunding*, ou popularmente chamadas de “vaquinha virtual”. O *crowdfunding* é uma das possibilidades escolhidas pelos jornalistas e pessoas de diversos ramos que buscam desenvolver projetos independentes pelas redes sociais, permitindo um financiamento coletivo por pessoas que acreditam no projeto desenvolvido.

Nonato (2015, p. 51) constata que “este modelo de arrecadação, que prioriza a liberdade de quem está idealizando o projeto, está atraindo cada vez mais os jornalistas”. Ou seja, a crise na profissão ou mudanças estruturais, têm possibilitado um novo fazer jornalismo para os profissionais, além de novas formas de estruturas para os veículos.

Fígaro e Nonato (2017, p. 59) reconhecem o ambiente de crise ou mudanças estruturais propício para novas possibilidades: “A busca do exercício profissional alinhado aos ideais do jornalismo independente e/ou alternativo tem aglutinado jovens e experientes profissionais em busca de utopias possíveis no exercício com dignidade do trabalho do jornalista.”

O conjunto de mudanças afetou, antes de tudo, o público consumidor do jornalismo. “Além da busca dos jornalistas por novos métodos de trabalho, vale destacar que há uma inovação no perfil e no consumo do público, principalmente a partir das redes sociais” (FIGARO; NONATO, 2017, p. 55).

Vive-se, portanto, um ciclo em que se busca agradar um público e garantir a subsistência. As mudanças tecnológicas mudam o comportamento e os gostos do público; os veículos diante de toda contextualização mundial de crises financeiras precisam manter-se funcionando e agradar o público consumidor, necessitando mudar e adaptar-se, mas também

buscam atender ao sistema capitalista. Por fim, as redações se enxugam, os profissionais enfrentam a desvalorização legal do diploma no Brasil e menos espaços nas redações, deixando a profissão, vivendo a precarização imposta, trabalhando nos postos tradicionais ou desbravando o fazer jornalismo a partir de novos formatos.

5.3 As funções / competências do Jornalista e a disposição das diretrizes

Em discussão sobre as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2013, é necessário entender como essas novas diretrizes definiram os novos rumos da formação em jornalismo, desenvolvendo competências que podem contribuir com a formação da jornalista e para o meio profissional. Neste tópico, de modo a possibilitar uma análise, serão discutidas as competências gerais e os eixos de formação estabelecidos no documento.

É necessário destacar que com a publicação das novas diretrizes, duas mudanças consideráveis ocorreram, em busca de um olhar voltado às necessidades do profissional e do jornalismo enquanto área acadêmica de estudo. Primeiro o curso passou a se chamar Bacharelado em Jornalismo e não mais, Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. O argumento da Comissão de Especialistas era de que o antigo formato em nada contribuía com a consolidação da área ou a formação do jornalista. Outra questão que gerou uma mudança considerável nos termos estudados nesta pesquisa foi o estágio supervisionado obrigatório como parte da grade de ensino dos jornalistas. Há de se compreender que as mudanças buscam uma colocação maior, tanto no jornalismo enquanto área de conhecimento, como no jornalista enquanto profissional que busca sua colocação no trabalho.

A partir das diretrizes estabelecidas, as Instituições de Ensino tiveram o prazo de dois anos para se adequar às mudanças estabelecidas. Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) deveriam ser adaptados então às novas exigências estabelecidas. Para alcançar os objetivos propostos, “algumas disciplinas devem permear o processo formativo e [...] contar com aspectos práticos desde o começo do curso” (PORTO JÚNIOR; SILVA, 2016, p. 242).

Com o conceito de equilíbrio estabelecido e a atenção desta pesquisa voltada para a Região Norte do Brasil, além da Perspectiva do Processo de Bolonha aplicado em Portugal, há de se entender de que modo a universidades da região estudada aplicara a regra estabelecida. A Universidade Federal do Tocantins destinou 48% da carga horária às atividades práticas. (PORTO JÚNIOR; SILVA, 2016).

Partindo dessa premissa de teoria e prática em equilíbrio volta-se à necessidade de uma formação generalista e ao mesmo tempo específica. Termos aparentemente contraditórios, mas necessários diante da complexidade do ensino. “O jornalista é aquele profissional que deve entender um pouco pelo menos sobre muito. Nesse sentido, o currículo deve ser amplo, para que possa contemplar todos esses conhecimentos.” (DAHER; PORTO JUNIOR, 2017, p. 11).

É imprescindível compreender que os interesses sociais envoltos ao ensino desse profissional, presente em toda a história de formação e nos argumentos contrários ou favoráveis à inexigibilidade do diploma, continuam presentes no que diz respeito à estruturação do ensino. Conforme Pôrto Júnior (2012, p. 188), os processos formativos são um “terreno instável” em que “interesses de grupo e/ou individuais são potencializados quando se discutem espaços nas estruturas curriculares”.

Entendendo as análises já ocorridas sobre o contexto e especificidades do ensino, a partir do processo de Bolonha, no Brasil, com atenção na Região Norte, é necessário entender quais são as competências exigidas desses profissionais. Segundo Duarte e Fonseca Júnior (2003, p. 327) o objetivo da atividade profissional do jornalista é “investigar, reunir, contextualizar criticamente e transmitir com regularidade ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade”.

As competências gerais estabelecidas pela Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, trazem o perfil que as universidades devem se preocupar em formar tanto na perspectiva do conhecimento teórico, como prático.

A começar, exige-se um conhecimento histórico, social, cultural, econômico e político, considerando os direitos humanos, o pluralismo de ideias e as diversidades regionais, seja no contexto nacional ou internacional. Conceitos inerentes a disciplinas como antropologia cultural, sociologia, filosofia. Além disso, as diretrizes determinam que o egresso deva saber identificar a relevância e o interesse público de temas da atualidade, competência que exige um saber contextualizado e pertinente aos valores notícia ensinado em disciplinas específicas sobre jornalismo.

O domínio da língua portuguesa escrita e oral, além do domínio instrumental de mais dois idiomas, preferencialmente, inglês e espanhol é exigido. Entende-se, portanto, pela amplitude subjetividade na escolha do idioma, que não se trata de uma responsabilidade

exclusiva da universidade de ofertar as possibilidades de conhecimento dos idiomas, mas também do aluno de buscar o aperfeiçoamento, como é colocado mais adiante quando coloca que o egresso deve compreender que o aprendizado é permanente. Conceito que pode ser plantado no ensino, mas deve ser desenvolvido pelo aluno, egresso e profissional a partir de suas perspectivas de carreira.

É exigido que o egresso seja capaz de interagir com pessoas diversas, entendendo a variedade de grupos sociais e níveis de escolaridade. Questão inerente a quem deve ter acesso à sociedade para produzir notícias com conteúdo. Além disso, como exigido pelo meio profissional, deve saber trabalhar em equipe diante de sua diversidade.

O jornalista formado na atualidade deve também saber lidar com as novas tecnologias, diante das mudanças estruturais, buscando a inovação. Nesse contexto, há de se destacar o “multitarefa”, um termo não utilizado explicitamente nas novas diretrizes estabelecidas, mas exigido pelo trabalho aos profissionais reflete uma realidade precária de trabalho que merece atenção nesta pesquisa. Segundo Canavilhas (2008, p. 51) “tendencialmente, o trabalho dos jornalistas passará a ser multitarefa, e orientado para multiplataformas, pelo que o ensino só tem uma saída: formar profissionais para esta nova realidade”. Bertolini (2017, p. 214) complementa que, apesar de inerente a essas mudanças estruturais, o resultado dessa realidade multitarefa “são jornalistas com excesso de trabalho, isolados do convívio familiar e dos amigos, inseguros no emprego, desrespeitados em direitos trabalhistas e enfraquecidos como categoria.” (BERTOLINI, 2017, p.214).

O profissional deve compreender e ter senso crítico em relação aos constrangimentos ocorridos na atuação profissional, como apresentado acima nas violências ocorridas com jornalistas. Por fim, mas inerente a todo processo, o jornalista deve atuar com discernimento ético, o que implica uma soma de valores pessoais e conhecimento acerca da legislação e código de ética do jornalismo.

Para atender a esse perfil estabelecido, as diretrizes estabelecem seis eixos de formação, seguindo uma fundamentação humanística; fundamentação específica; fundamentação contextual; formação profissional; aplicação processual; e prática laboratorial. Compreendendo as necessidades teóricas, práticas, tecnológicas, culturais, sociais, políticas, econômicas e profissionais, esses eixos determinam de que modo os cursos devem adaptar seus Projetos Pedagógicos de Curso.

5.4 Assessoria de imprensa e o jornalismo

Diante das demandas do mercado de trabalho e a expansão das assessorias de imprensa, segundo a Fenaj (2007), o jornalista passou a ter amplas possibilidades no campo organizacional e funções estratégicas. Surgiu um novo formato de assessoria que possibilita a integração das áreas e permite um trabalho estratégico em organizações.

Margarida Kunsch (2003) define como composto da comunicação organizacional integrada a formação conjunta de todas as áreas da comunicação para o desenvolvimento de ações que se complementem no processo comunicacional. Desse modo, para que essa integração exista e alcance a comunicação interna, comunicação administrativa, comunicação institucional e a comunicação mercadológica, é necessária uma equipe de comunicação formada por profissionais das relações públicas, do jornalismo, da publicidade e do *marketing*.

Figura 7 – Composto da comunicação



Fonte: (KUNSCH, 2003, p. 151).

Duarte (2003, p. 123) considera que “a integração não pode ser descartada e abandonada. Ao contrário, precisa ser perseguida e viabilizada”. Logo, a equipe de comunicação nomeada por assessoria, deve buscar continuamente trabalhar como equipe, em integração a fim de atingir os objetivos da organização ou assessorado.

Entende-se como parte da comunicação integrada de uma organização, a assessoria de imprensa. Dentro desse contexto, conforme Ferraretto (2009), esse profissional desenvolve um trabalho de relacionamento e intermediação entre o assessorado (organização ou pessoa pública) e os veículos de comunicação; produção de *releases*¹⁰, *press kits*¹¹; realização de *clipagem* ou *taxação*¹²; organização e constante atualização do *mailing list*¹³; edição de *house organs*¹⁴; “elaboração de outros produtos jornalísticos, como fotografias, vídeos, programas de rádio ou televisão e material para divulgação no site da organização” (FERRARETTO, 2009, p.15); participação do estabelecimento de estratégias para a organização.

Há uma confusão sobre o profissional responsável pelo trabalho de assessoria de imprensa. Ferraretto (2009, p.17) afirma que “as legislações que regulamentam ambas as profissões apenas tangenciam a questão, dando margem a diferentes interpretações”. Ribeiro (2014, p.71) também destaca que “o campo da assessoria de imprensa abarca competências do jornalismo e das relações públicas, sendo uma atividade totalmente impregnada de persuasão e propaganda”.

Por outro lado, conferir um adequado tratamento jornalístico aos acontecimentos divulgados pode ajudar a reduzir a desconfiança dos veículos de comunicação em relação às informações fornecidas pela assessoria de comunicação (FERRARETTO, 2009, p.19). Além disso, a capacidade de gerar informação noticiável é um dos princípios essenciais da assessoria de imprensa (RIBEIRO, 2014, p. 75).

¹⁰ É o “material de divulgação produzido pela própria assessoria, escrito de forma jornalística” (FERRARETTO, 2009, p.157).

¹¹ “Conjunto de textos, fotos, cópias de documentos e outros materiais produzidos para a divulgação de determinadas atividades ligadas ao cliente” (FERRARETTO, 2009, p.156).

¹² É o conjunto dos materiais divulgados na imprensa como forma de uma prestação de contas que mostra o resultado do trabalho do assessor. (FERRARETTO, 2009, p.157)

¹³ A relação dos contatos dos veículos de comunicação, como e-mail, telefone e outros, para que seja utilizado o contato constante e o envio dos materiais.

¹⁴ “É um veículo impresso ou eletrônico dirigido para públicos definidos (interno e/ou externo)” (FERRARETTO, 2009, p.155).

Esse profissional funciona para o jornalista de veículo como um “pré-repórter” fornecendo-lhes informações de que eles precisam para realizarem as suas atividades noticiosas. (RIBEIRO, 2014, p. 75). Para o desenvolvimento do trabalho do assessor, é necessário que ele possua o *feeling* jornalístico para que possa identificar quando a informação de interesse institucional pode se tornar notícia (CALDAS, 2003, p. 307).

Apesar de uma discussão que provavelmente ainda perdurará e não se terá uma conclusão concisa, os cursos de jornalismo no Brasil e em Portugal, possuem dentre suas disciplinas, a assessoria de imprensa. Em Portugal não se pode exercer o trabalho de jornalista em um veículo de comunicação e ao mesmo tempo em uma assessoria, no Brasil, por sua vez, é comum que o jornalista exerça as funções ao mesmo tempo ou uma seguida da outra. Entendendo essa discussão que inerente ao mercado de trabalho do jornalista, é possível começar a desvendar os autores e autores deste processo de ensino e trabalho.

Entendendo esses aspectos inerentes à formação e atuação profissional, os contextos a partir do Processo de Bolonha em Portugal e das mudanças na profissão e ensino do Brasil, com atenção para a Região Norte, será possível seguir para a aplicação prática da pesquisa. Trata-se de uma transição entre a segunda que ainda seguirá adiante e a terceira etapa propostas na metodologia.

6 DESVENDANDO OS A(U)TORES

Para entender os atores e autores envolvidos na pesquisa, que atuam no mercado de trabalho de jornalismo no Brasil e em Portugal, foram entrevistados oito egressos, sendo 50% deles na Universidade de Coimbra e 50% na Universidade Federal do Tocantins. Desse modo, é necessário entender como se dispõem os cursos nas duas universidades.

A Universidade de Coimbra foi instalada em Coimbra em 1537 e o curso de jornalismo em 1993. O curso compõe a Faculdade de Letras, diferente do Brasil, a Universidade é dividida em faculdades e cada faculdade possui inúmeras licenciaturas, o que se nomeia como graduação no Brasil, abarcando o que a formação superior brasileira chama de licenciatura para a formação de professores e o que chama de bacharelado.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra possui atualmente 13 cursos: Arqueologia; Ciência da Informação; Estudos Artísticos; Estudos Clássicos; Estudos Europeus; Filosofia; Geografia; História; História de Arte; Jornalismo e Comunicação; Línguas Modernas; Português; Turismo, Território e Patrimónios.

A Universidade de Coimbra passou por uma reforma formativa¹⁵ em 2015 em que o estudante da Faculdade de Letras segue um modelo de ensino que permite liberdade de escolha das disciplinas dos semestres iniciais, seguindo uma formação generalista dentro do grupo de cursos dentro da Faculdade. Os estudantes precisam cursar disciplinas em alguns dos 13 cursos trazendo uma visão interdisciplinar à sua formação, com a ideia de autonomia na construção do plano de estudos.

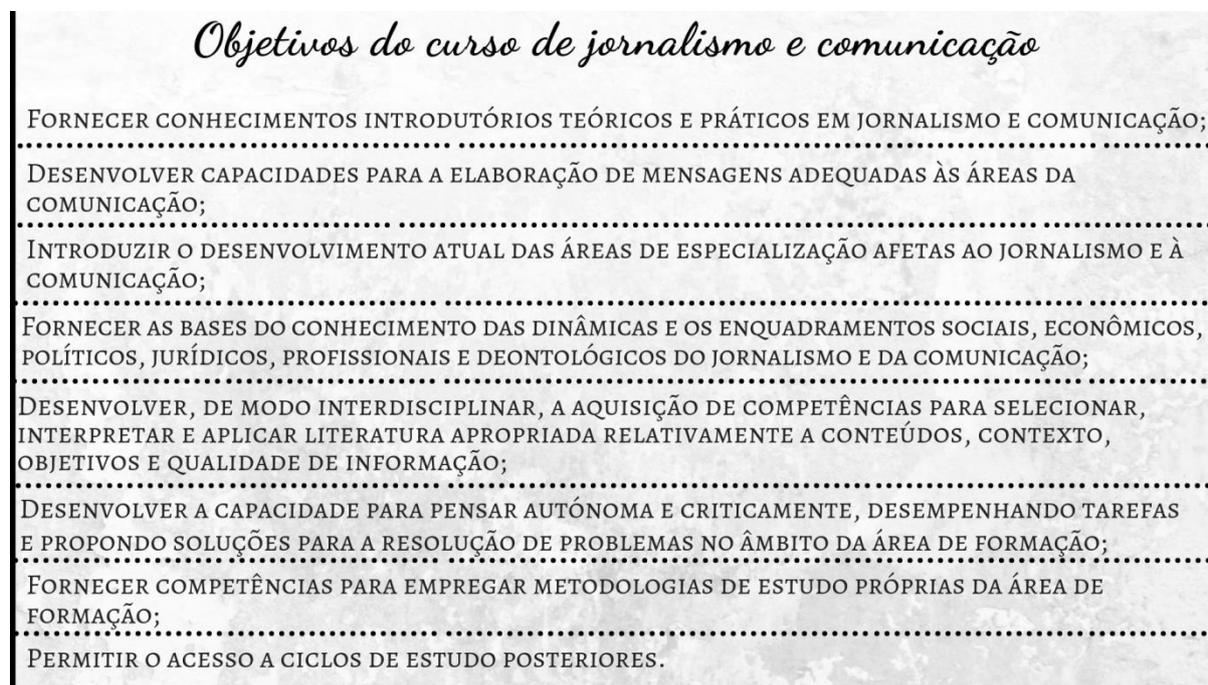
Segundo Rocha e Sousa (2008), 50,7% dos jornalistas concentravam-se em Lisboa e em Porto já na década de 90. A informação se confirmou na busca pelos entrevistados durante a pesquisa. Ocorre de alunos se formarem e irem buscar oportunidades em outros lugares.

A partir das competências formativas, o curso de jornalismo e comunicação da Universidade de Coimbra apresenta possibilidades de saídas profissionais: jornalista, repórter, assessor de imprensa, profissional de comunicação organizacional, professor,

¹⁵ Uma reforma curricular reconhecida pela Fundação *Calouste Gulbenkian* ocorreu em 2015, com a proposta de projetos inovadores em ensino.

investigador, técnico superior da administração pública, quadro superior da administração pública e demonstra como objetivos:

Figura 8 – Objetivos do curso na Universidade de Coimbra



Fonte: Elaborada pela autora

Já a Universidade Federal do Tocantins foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000 e o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo foi criado em 1996, por meio do Decreto n° 332/96, na então Universidade do Tocantins e mais tarde transferido para a Universidade Federal do Tocantins. O curso de jornalismo da Universidade é o único do município e no estado totalizam dois.

Até 2013, o curso recebia o nome de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Deixou então de estar associado à grande área da Comunicação Social e se tornou apenas Jornalismo com uma nova matriz curricular, discutida diante das necessidades da profissão.

A Universidade Federal do Tocantins define as entradas do curso no mercado de trabalho para meios de comunicação de massa como jornais, revistas, sites, emissoras de rádio e televisão, nas funções de repórter, editor, revisor, fotógrafo, assessor de imprensa e de comunicação. Possibilitando a entrada em organizações particulares, públicas ou de terceiro

setor, atuando com planejamento, implementação e avaliação do processo de comunicação dos organizadores com seus públicos.

6.1 Analisando as perspectivas sobre a profissão e o mercado

Para não identificar as participantes da pesquisa, que sem intencionalidade acabaram sendo todas do sexo feminino, serão utilizados nomes de mulheres que fazem parte da história dos dois países estudados. A escolha se deu como uma forma de homenagem e para destacar a força que a profissão exige diante de mudanças constantes. Segundo Flick (2009), para manter o anonimato e a privacidade de participantes de pesquisa qualitativa, utiliza-se de codinomes para se referir às falas, preservando os nomes reais.

Em Portugal, os nomes escolhidos foram: Inês de Castro, a plebeia que se tornou princesa contra a vontade do rei e sofreu perseguições para viver um amor, compondo uma história clássica no país; Carolina Beatriz Ângelo, militante da Liga Republicana das Mulheres, foi a primeira mulher a votar no país; Virgínia Quaresma, a primeira jornalista repórter portuguesa; Manuela Azevedo, a primeira mulher em Portugal com carteira profissional de jornalista.

A Inês de Castro desta pesquisa é solteira, tem 22 anos e trabalha na área de comunicação organizacional, no gabinete de uma faculdade. A Carolina Beatriz Ângelo também é solteira, tem 23 anos e é estagiária em um jornal impresso e online, em busca da carteira profissional de jornalista. Virgínia Quaresma é solteira, tem 25 anos, é doutoranda e trabalha como investigadora em uma universidade, o que no Brasil é parte do trabalho do professor universitário, nomeado como pesquisa. Manuela Azevedo é solteira, tem 24 anos e trabalha com comunicação organizacional em uma empresa em Coimbra.

Os nomes escolhidos do Brasil foram: Nise Silveira, médica psiquiatra que lutou contra os manicômios e as barbaridades que aconteciam nesses ambientes; Chiquinha Gonzaga, pianista e maestrina, foi a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil; Raimunda Quebradeira de Coco, trabalhadora rural, líder comunitária e ativista política do Tocantins; Narcisa Amália de Campos, a primeira jornalista profissional a atuar no Brasil.

A Nise Silveira desta pesquisa é solteira, possui 28 anos, já trabalhou com assessoria de imprensa cedida do órgão em que é concursada, mas voltou ao cargo de origem que não

tem relação com o curso. Chiquinha Gonzaga também é solteira, tem 25 anos, estuda e faz *freelancer* em áreas afins e áreas não afins com a comunicação, dentre elas, como modelo. A Raimunda Quebradeira de Côco é solteira, tem 27 anos, trabalhava com radiojornalismo, mas o local que trabalhava fechou e está à procura de emprego. Por fim, Narcisa Amália de Campos também solteira, com 26 anos é empreendedora em assessoria de imprensa.

6.1.1 A inserção no mercado de trabalho

Para contribuir com a análise da Hipótese 1 que traz a suposição de que “O levantamento das fontes permitirá que se compreenda a relação da formação com o mercado de trabalho”, foi perguntado às participantes há quanto tempo haviam se formado e se demoraram algum tempo para começar a exercer a profissão. É importante destacar que essa compreensão começou na contextualização teórica desta pesquisa e no levantamento de informações sobre o ensino e o mercado de trabalho e a pergunta conjunta a essas informações permitirá a continuação da análise.

Das oito entrevistadas, cinco haviam se formado em 2017, duas em 2016 e apenas uma em 2014. Perguntadas sobre o período que ficaram sem trabalho remunerado após a conclusão do curso, foram categorizadas por país:

Figura 9 – Trabalho após a conclusão do curso



Fonte: Elaborada pela autora.

Há uma divisão feita em Portugal entre jornalismo e comunicação, também feita no Brasil entre veículos de comunicação e assessoria de imprensa, as áreas de atuação são diversificadas em Portugal, incluindo a investigação como um trabalho específico remunerado, o que seria a pesquisa no Brasil.

Inês de Castro de Portugal, explica¹⁶ que diferente do Brasil, que se pode exercer a assessoria de imprensa e o jornalismo em veículos de imprensa simultaneamente, em Portugal, quando se escolhe a área da comunicação, é necessário entregar a carteira de jornalista, tornando incompatíveis as duas áreas. [...] *o¹⁷ nosso curso é jornalismo e comunicação. Ou seja, jornalismo é a parte de rádio, televisão, imprensa... Depois a comunicação, são as relações públicas, assessoria de comunicação, isso tudo. Eu sei que no Brasil pode se exercer ao mesmo tempo as duas áreas, pode ser jornalista no Diário de Coimbra e ser Relações Públicas em outro lugar qualquer. Em Portugal não, é incompatível. Eu tive que entregar a minha carteira profissional de jornalista para estar no gabinete.*

¹⁶ As falas das entrevistadas serão usadas em seu modo original, preservando a linguagem e especificidade de cada país ou pessoa.

¹⁷ Neste capítulo, optou-se por utilizar todas as falas das participantes em modo itálico.

Carolina Beatriz Ângelo de Portugal não estava trabalhando quando terminou a licenciatura, mas havia a promessa de transição do estágio extracurricular, que se faz durante o curso, para o estágio profissional, que se faz após a formação para ser considerada, posterior ao término, jornalista profissional. [...] *Um caso curioso, porque logo que eu acabei o estágio extracurricular, eles tinham interesse em que eu fizesse um estágio profissional para a obtenção da carteira profissional que aqui em Portugal é obrigatória. Então a organização daquela empresa demorou muito tempo, eu efetivamente só comecei a estagiar em março deste ano (2018), fazer o estágio profissional que é já com remuneração, como se fosse um outro colaborador daquela empresa. [...] estou à espera de saber se vou ficar com o contrato ou se não me querem lá. Eu sinto que não estou lá a experiência, que estou a trabalhar como os outros porque me é exigido mais ou menos como é exigido a todos [...]*

Além dessas questões, todas as entrevistadas de Portugal estão fazendo ou já concluíram o mestrado e uma está no doutorado. Já no Brasil, nenhuma entrevistada mencionou mestrado. Virgínia Quaresma de Portugal, ao falar sobre a formação e as competências, destacou que [...] *Nós aqui, hoje em dia, só com a licenciatura e muito devido a questão do Processo de Bolonha, já não pensamos só em fazer uma licenciatura e ir para o mercado de trabalho, ou seja, o mestrado está sempre no nosso horizonte. O mestrado ou alguma coisa depois da licenciatura porque é muito difícil alguém só com a licenciatura entrar no mercado de trabalho, até porque a nossa licenciatura e a maioria das licenciaturas de Bolonha não têm estágio incluído [...]*.

Entende-se que o Processo Bolonha influi na cultura de formação além do primeiro ciclo, permitindo que os estudantes de Portugal deem continuidade na formação de modo imediato ou próximo do término do ciclo anterior. [...] *Uma coisa boa do mestrado foi ter proporcionado um estágio curricular, ou seja, nós escolhíamos qualquer empresa, a Universidade iria entrar em contato e dizia: ‘temos um aluno interessado em estagiar aí, vocês aceitam ou não?’, pronto. Eu escolhi trabalhar numa empresa de comunicação, de relações públicas em Lisboa [...]*. Manuela Azevedo (Portugal).

Ao introduzir o contexto do ensino superior na União Europeia nesta pesquisa, ressaltou-se a importância do pensamento crítico para um conhecimento útil às necessidades profissionais do indivíduo, observando a exigência do mercado de trabalho quanto à capacidade de resolução de conflitos e às funções que, de modo geral não são meramente operacionais. Nesse contexto do conhecimento útil, considera-se possível a contribuição

efetiva para o desenvolvimento social e uma solução para questões econômicas a partir da educação.

O mestrado profissional se tornou um mediador do jornalista com o mercado de trabalho e o mestrado acadêmico possibilitou as vivências necessárias para seguir a carreira de investigador/pesquisador e/ou de professor universitário. No tempo em que se estaria concluindo uma graduação de quatro anos no Brasil, encerra-se o primeiro ano do mestrado, caso feito consecutivamente, como constatado pelas falas, que normalmente acontece. Sendo assim, considera-se que a universidade proposta pelo Processo de Bolonha se preocupa em formar um profissional qualificado e se considera parte do processo de inserção no mercado de trabalho, possibilitando um diálogo entre os meios.

A inserção no mercado de trabalho foi diferente em cada caso estudado com as egressas da Universidade Federal do Tocantins. Nise Silveira já era concursada quando estava cursando jornalismo, conseguiu ter a experiência na área mas logo voltou para o cargo de origem que não tem relação com o jornalismo. *[...] Eu já tive uma experiência na área que foi na assessoria de comunicação do Detran. Foi uma experiência, primeiramente de estágio porque eu estagiei dois períodos lá e depois disso eu fui contratada para trabalhar na comunicação, só que assim, eu trabalhei pouco tempo, no máximo um ano mais ou menos, e eu acho que uma coisa com a outra a teoria com a prática eu acho que elas têm que andar juntas. Ao mesmo tempo que eu entrei na faculdade, foi quando eu passei no concurso. Enquanto eu estudava, eu sempre trabalhei como servidora pública [...].*

Raimunda Quebradeira de Côco estagiava durante o curso e foi contratada pela rádio que fechou. *[...] No início de 2017. Eu trabalhava na rádio. Agora eu tô desempregada, procurando[...].* O ano de 2019 iniciou com transições no mercado de jornalismo tocantinense. Um jornal local voltado para questões rurais encerrou as atividades na mesma época em que o de esportes também encerrou. O Governo do Estado exonerou inúmeros cargos comissionados, dentre eles, cargos de jornalistas. A fundação de televisão e rádio pública estadual deixou de existir, os canais e os equipamentos foram transferidos para a Universidade Estadual que não possui curso de jornalismo.

Como dito anteriormente quando se falava em inovação, o jornalismo passa por um momento precário. Conforme as mudanças tecnológicas avançam, há o enxugamento das redações e também a desvalorização da notícia em seu formato jornalístico, porém, há novos campos de trabalho pela frente que exigem reinvenção. A crise no impresso, como afirma

Fígaro e Nonato (2017), ocorre simultânea ao aumento de vendas e assinaturas das edições digitais.

A Narcisa Amália de Campos observou o cenário e criou novas possibilidades de trabalho após a formação, tendo utilizado desse período para adquirir experiência nas diversas áreas. [...] *Quando chegou no quarto, no quinto período, eu comecei a estagiar, aí eu fiz estágio na CBN e trabalhei em Regime CLT numa agência de publicidade que era ao mesmo tempo. De manhã era na CBN à tarde na agência de publicidade e à noite na faculdade. Aí depois eu também trabalhei em um portal de notícia chamado pauta gospel, enquanto tava na universidade e trabalhei também na assessoria de comunicação do Ministério da Pesca, mas lá eu entrei com outro cargo, mas acabei desenvolvendo a parte de assessoria. Isso enquanto eu estava na faculdade né, aí depois que eu saí da universidade que eu abri a minha assessoria. Eu me formei em maio, meu primeiro cliente em abril, contrato assinado [...]*

Entende-se que, nesta pesquisa, as falas da maior parte das egressas brasileiras demonstra desânimo ou insatisfação com a situação do mercado de trabalho diante das atuais condições. A necessidade de se renovar surgiu seguindo da formação em apenas 25% dos casos. Há de se questionar: a academia estimula a formação de novos campos de trabalho e de inovação no jornalismo? Pelas respostas obtidas, há de se entender que essa cultura não foi criada e que os egressos aguardam se encaixar no mercado, não construir um. Os dois papéis devem ser repensados, do egresso e de quem contribui para a sua formação profissional.

6.1.2 Perspectivas profissionais

Para entender as perspectivas em relação ao mercado de trabalho contribuir para a resposta da Hipótese 4 que supõe que “Os profissionais formados pela academia não possuem preparo para ingressar no mercado de trabalho”; e da Hipótese 3 que supões que “Os egressos têm enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela alta exigência de prática e insegurança no desenvolvimento do trabalho”, foi perguntado o que se pretende fazer para o desenvolvimento profissional próprio.

Figura 10 – Planos para desenvolvimento profissional



Fonte: Elaborada pela autora.

Em Portugal, as buscas futuras se baseiam em novas experiências, seja no mercado de trabalho ou na investigação/pesquisa (que também é uma área de atuação) para que se adquira um currículo mais atrativo e segurança para a atividade laboral. Tendo em vista o costume da continuidade da formação advindo do incentivo dado pelo formado do Processo de Bolonha, entende-se que o passo complementar é a experiência, confirmando a análise feita da pergunta anterior que conclui a existência da cultura da continuidade do ensino como propõe Bolonha.

Inês de Castro de Portugal explica que tem como objetivo ser professora universitária de jornalismo e redação, mas para isso, deve buscar experiências. [...] *Agora possivelmente terei que passar pelas experiências novamente, ou ter que trabalhar em gabinete de comunicação ou ser jornalista. Jornalista eu duvido, mas é por causa do estado em que se encontra o país, não é muito favorável ao jornalismo [...].* A precarização do jornalismo também é apontada como um desânimo para ingressar em veículos de comunicação, como conhecido no Brasil ou organismos de comunicação, como nomeado em Portugal. A área da comunicação organizacional demonstra ser mais atrativa do que as tradicionais redações em Portugal, não diferente do que tem se observado nesta pesquisa sobre o Brasil. Há de se entender que existe uma constante mudança a nível mundial.

Inês de Castro ainda complementa, [...] *o jornalismo está em um momento difícil, basicamente tens precariedade laboral, seja pessoas que não têm contrato com as empresas, pessoas que trabalham com recibos verdes, outras que trabalham horas a fim e não recebem*

pelas horas, tanta coisa... As redações não têm quase jornalista nenhum, então tens que fazer o dobro do trabalho. É muito estressante. Para além de conseguir vaga numa redação é super complicado porque a maioria das empresas, sejam grandes grupos ou grupos mais pequenos estão a despedir jornalistas, muitos jornalistas[...].

Carolina Beatriz Ângelo de Portugal reafirma, [...] agora as rendas estão muito altas das casas e não é fácil de arranjar trabalho também, não há muitos lugares e eu estou a fazer este mestrado em marketing de comunicação para abrir os meus horizontes para poder fazer outras coisas também e por isso também, se eu não arranjar trabalho em jornalismo, espero também fazer as Relações Públicas, essa área de assessoria. Não posso exercer simultaneamente o jornalismo e a área de comunicação [...].

Diferente dos outros casos, Virgínia Quaresma tem como perspectiva o trabalho de seguir pesquisando na academia, como definem em Portugal, na função de investigadora. [...] *Eu nunca fui jornalista, a experiência profissional mais próxima que tenho é na área da comunicação. Foi uma escolha própria porque eu gostava de estudar, haviam temas que fui tendo contato na universidade e fui gostando e fui também incentivada por alguns professores a continuar nos estudos e achei que gostaria de fazer e, portanto, nesse momento, exclui a possibilidade de ir procurar alguma coisa no mercado de trabalho, nem nunca sequer tentei procurar. Eu tenho um contrato com a fundação da ciência e tecnologia para fazer a minha tese de doutoramento [...].*

Outra questão identificada foi a falta de interesse em seguir ao terceiro ciclo, o doutoramento, para quem deseja seguir um caminho fora da academia. A pessoa que possui o doutoramento em Portugal tem uma média salarial maior do que quem tem mestrado ou apenas a licenciatura. Ocorre que muitas empresas deixam de contratar doutores pelo alto custo, ou seja, o mercado valoriza a formação até certo nível, desde que não o prejudique financeiramente.

Figura 11 – Média de salário por formação em Portugal**...POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Fonte: INE *apud* Reis e Esteves (2017, p.1).

Para Manuela Azevedo, [...] *em Portugal o doutoramento não é uma coisa tão comum. Há cerca de dez anos, o mestrado não era comum, ou é para pessoas que são tidas como da investigação, depois a outra questão é, quem tem doutoramento, por lei, tem que receber mais do que as pessoas que têm licenciatura ou a pessoa que tem mestrado. Poucas empresas estão dispostas a pagar um salário base do doutorado. Há licenciados neste momento que estão a receber um salário mínimo, então essa é outra questão, o doutoramento é bom para conhecimento pessoal e para formação académica, mas, ou se encontra uma área que é específica e que necessita de pessoas que tenham esses conhecimentos, ou torna-se um contra para as pessoas porque eu vou procurar emprego, a pessoa vê que eu tenho doutoramento e pensa que não pode pagar a mesma coisa que paga ao colega licenciado ou com mestrado, ou seja, vai exigir mais custo, portanto, o doutoramento é para pessoas que sabem que vão subir na carreira do que propriamente algo que vai lhe ajudar a ter emprego [...].*

Segundo Reis e Esteves (2017), a desvalorização da formação académica no mercado, se deu pela concentração dos cursos em grandes cidades, mantendo a maioria dos profissionais nesses meios. Além disso, o Processo de Bolonha acessibilizou os ciclos à sociedade, quando há muitos doutores, o doutorado não é mais um diferencial. Apesar disso,

o mercado deveria interpretar como o básico a se ter e não como desnecessário pela grande demanda de pessoas qualificadas em busca de emprego. Entende-se que há uma banalização do meio acadêmico no mercado profissional como um todo em Portugal.

No Brasil, por sua vez, é possível observar o oposto em relação às perspectivas, as entrevistadas afirmaram a necessidade de um ensino continuado previsto futuramente, sem estarem inseridas nele. Nise Silveira ressalta a necessidade de estudo, seja para a formação continuada ou para a garantia de um posto de trabalho. *Eu penso em fazer uma pós-graduação em mídias sociais que desde que eu terminei minha faculdade eu sempre quis eu só não encontrei a ideal ainda para fazer. [...] Concurso também, eu assim, desde quando eu entrei na faculdade, eu nunca me vi trabalhando em veículo eu não sei por quê. Talvez até por falta de conhecimento de desenvolver algum trabalho, alguma coisa em veículos. Talvez eu não tenha experimentado esse lado também, igual eu experimentei o dia assessoria. Adorei trabalhar em assessoria e eu sempre fico focada em concurso mesmo [...].*

Ainda no campo das ideias, a complementação do que seria o primeiro ciclo em Portugal e do que se chama de graduação no Brasil, é vista como uma necessidade para um currículo atrativo. Ou seja, há de se entender que há uma valorização de cursos para a área de comunicação e jornalismo, sejam eles complementares, de especialização, mestrado ou doutorado, apesar de não ter sido demonstrado interesse em caminhos acadêmicos. Se existe essa valorização, entende-se que o mercado, acaba valorizando a formação ao contratar.

Chiquinha Gonzaga confirma a afirmação sobre buscar mais formações e o reflexo do que considera importante a nível acadêmico. [...] *Eu já pensei, assim que eu tenho que fazer mais cursos, me especializar em alguma área específica, porque eu acho que o que a gente aprende, a gente aprende muito com a experiência, pelo menos eu, eu aprendi mais estágio, em outras experiências que eu tive do que de fato na faculdade. Para mim não foi uma coisa que foi decisiva, assim para falar que eu aprendi a fazer alguma coisa na faculdade, até porque eu acho que não é bem o sentido, mas talvez fazer cursos, alguma especialização. Porque assim, pelas matérias que a gente tem, por exemplo, teorias de jornalismo foi uma das coisas que mais me fez aprender, que a gente tinha que escrever, que a gente levava gente, a gente tem que fazer alguma coisa. Aquela matéria de Comunicação Organizacional também foi outra que tinha que fazer, ir na empresa, trabalhar de fato, pra mim foram pouquíssimas matérias que de fato ensinaram a gente a fazer alguma coisa, a você encarar de frente o mercado de trabalho como é [...].*

Essa questão do que é ensinado na primeira formação superior entra no conceito de formação generalista estudado nesta pesquisa, como feito no primeiro ciclo em Portugal, como discutido nas falas sobre o papel da universidade. Como minoria, também foi citada uma disciplina que dialoga com o mercado de trabalho que trouxeram boas perspectivas para a egressa.

Raimunda Quebradeira de Côco reafirma as falas anteriores, mas se diferencia por não ficar apenas no campo das ideias. [...] *Realmente pra gente aqui tá difícil, mas eu tenho buscado fazer alguns cursos estudar mais, procurar formas de me destacar. Porque esse meio pra a gente aqui em Palmas é muito difícil, então é através de capacitação. Eu tô buscando agora alguns cursos online, vendo o que dá para fazer. A questão de mídias sociais, ter um pouco mais de experiência que é o que está sendo mais pedido hoje em dia [...].*

Nise Silveira também considera o papel das tecnologias na necessidade constante de aperfeiçoamento. [...] *É até clichê a gente falar que tem que estar sempre se aperfeiçoando, mas assim, eu acho que mais do que isso, a profissão do jornalista exige muito da gente. Porque as tecnologias... por exemplo, se você olha há dez anos atrás, há 15 anos atrás, não existia, por exemplo, o telefone celular como existe hoje. Se muito, há 15 anos atrás, existia aquele tijolinho que você mal recebia informações do dólar e mandava um torpedo. Hoje você tem acesso absolutamente tudo pelo smartphone, então assim, eu acredito que hoje uma das ferramentas mais importantes, pelo menos para a gente aqui, acaba sendo telefone celular. E aí a internet cada vez mais rápida, as informações cada vez mais rápidas, as informações tanto de informações boas que são informações verdadeiras, como também as fake news, então eu acho que mais ou menos nesse sentido [...].*

Outra questão é a insegurança quando há falta de diálogo da universidade com o mercado e há falta de exposição demonstrando o vínculo com o ensino teórico que é a base para o desenvolvimento prático. Esses apontamentos demonstram um enfraquecimento da valorização do ensino e a necessidade de se discutir e repensar de que modo esse diálogo pode existir a partir dos modelos de ensino superior aplicados no Brasil.

6.1.3 A exigência do diploma e o sentimento de preparo no mercado

Analisando os reflexos da inexigibilidade do diploma nos dois países, perguntou-se o diploma é uma exigência e o que mais é cobrado do mercado e se há um sentimento de preparação para atuar em todas as áreas propostas pela graduação/licenciatura. Essa etapa dos questionamentos também contribui para responder à Hipótese 1 que supõe que “O levantamento das fontes permitirá que se compreenda a relação da formação com o mercado de trabalho”; à Hipótese 3 que supões que “Os egressos têm enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela alta exigência de prática e insegurança no desenvolvimento do trabalho”; e à Hipótese 4 que supõe que “Os profissionais formados pela academia não possuem preparo para ingressar no mercado de trabalho”.

Figura 12 – Exigência do diploma



Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se que há um equilíbrio nas perspectivas sobre o diploma ser exigido ou não no mercado de trabalho, mas a experiência é sempre tida como necessária. O fato é que o diploma não é obrigatório para o exercício da profissão nos dois países. Há mais do que formação na sobrevivência para um profissional de qualquer área. É preciso construir um *network*, a rede de contatos com profissionais da área, além disso, buscar se inteirar sobre o

mercado e essa responsabilidade não pode recair apenas sobre a academia, o profissional precisa buscar mais, a formação é a base.

Mas é preciso questionar até que ponto essa base possui uma visão holística do processo de ensino e objetivos da busca desse ensino. Como ressaltado anteriormente, é necessário um diálogo entre a academia e o mercado para que a formação tenha seu espaço e uma finalidade útil para a sociedade. Como propõe o Processo de Bolonha, é preciso repensar em até que ponto isso ocorre. Para Meditsch (1999, p. 6) “o desconhecimento das escolas sobre o mercado de trabalho que vai absorver seus estudantes e sobre as suas necessidades provoca um desprezo recíproco”.

Inês de Castro considera que em Portugal [...] *buscam mais competências. [...] Pedem o currículo, eventualmente, uma carta de indicação, outros pedem entrevistas. Já tive em uma empresa que me pediu tudo e mais alguma coisa, desde certificados, se tinha sido licenciada, conteúdos que eu já tive publicados, não é produzido, é publicado, vídeos, áudios, textos... Se tiver uma experiência é uma mais valia, nem que seja experiência como trabalho voluntário. O trabalho voluntário é muito valorizado. E a partir daí constróis o portfólio. Em uma das empresas que trabalhei, exigiram o diploma, mas depende muito [...].*

A discussão sobre a inexigibilidade do diploma veio de modo a abrir esse mercado para mais áreas no Brasil. Em Portugal não é diferente. Há os que não possuem formação ocupando esse espaço e os que possuem formação acabam dispondo de uma prioridade, mas continuam disputando esse espaço. “No jornal que estou a trabalhar tem uma pessoa da física, história, mas a maioria é do jornalismo, quando contratam preferem os que possuem formação.” Carolina Beatriz Ângelo (Portugal).

Virgínia Quaresma considera a formação um diferencial e acredita que com a base teórica, o desenvolvimento prático ocorre naturalmente. Por não ter ido ao mercado profissional, apenas o acadêmico, não foi cobrada neste sentido, mas demonstrou sua opinião sobre a importância da formação na área. [...] *Penso que essa vertente teórica nos faz desenvolver questões relacionadas com o raciocínio, a resolução de problemas, ou seja, a tônica é sempre muito mais em como pensar [...]. Considero que durante o meu percurso aqui, aquilo que fui desenvolvendo mais são capacidades intelectuais e acho que se neste momento eu fosse para o mercado, acho que isso poderia ser uma mais valia [...].*

Manuela Azevedo relata que apesar de cobrarem o diploma, as possibilidades de atuação que o curso dá, de acordo com suas competências, não são compreendidas pelo mercado de trabalho português. Na necessidade de lucro, exigem um profissional que atenda a todas as áreas. [...] *Neste momento tudo pede experiência, tudo pede que já saibam fazer mil e uma coisas e depois outro problema, este é um bocadinho mais na área da comunicação do que do propriamente do jornalismo, é a tal confusão entre comunicação e marketing. A mim foi me pedido, às entrevistas que eu fui, foi me pedido que eu soubesse coisas como Photoshop, Illustrator, Premier [...]. Eles dizem: “não, mas nós queremos uma pessoa que faça tudo, uma pessoa que pense, que crie, que depois ainda vá para a rua vender de porta em porta e que no final ainda venha a cá fazer um relatório financeiro de como é que ocorreu. O diploma também é uma exigência [...].*

Perguntadas quanto à segurança para o desenvolvimento do trabalho nas áreas propostas pela graduação, a resposta foi oposta nos dois países. Em Portugal, três dizem se sentem preparadas e apenas uma não sente esse preparo. No Brasil, três não se sentem preparadas e apenas uma diz se sentir preparada para a atuação profissional nas áreas propostas.

Nise Silveira argumenta que o curso deu a base teórica suficiente, mas não sente segurança para desenvolver a prática. [...] *Eu acho que sim, mas eu acho que assim, a falta de experiência dá um certo medo, uma certa insegurança, mas eu acho que o conhecimento eu tenho, a teoria eu tenho falta mesmo praticar [...].*

Chiquinha Gonzaga afirma que após escolher áreas específicas da comunicação, desenvolve com segurança, mas isso não reflete em todas as áreas estudadas. [...] *eu não me sinto pronta pra mexer em muita coisa, acho que uma base eu tenho, acho que você sabe o caminho por onde começar, mas é uma coisa muito grande, você tem muito a aprender [...].*

Figura 13 – Preparo para atuar nas áreas propostas

 Portugal	
<i>Sente preparo</i>	75%
<i>Não sente preparo</i>	25%
 Brasil	
<i>Sente preparo</i>	25%
<i>Não sente preparo</i>	75%

Fonte: Elaborada pela autora.

Portanto, o sentimento de segurança para a atuação profissional no Brasil é falho, apesar da experiência prevalecer à continuidade do ensino, diferente de Portugal. Outra questão a se entender é para quem é a base proposta pela graduação, se é para a continuidade do ensino não direcionada no Brasil ou para o fomento do mercado de trabalho ou o fomento da academia. Pelas respostas, não parece atender integralmente nenhuma dessas finalidades.

Raimunda Quebradeira de Coco do Brasil demonstra segurança para atuar nas áreas propostas. [...] *Não, mas eu acho que a faculdade me deu um embasamento para não ter medo de fazer. Eu sei fazer, eu vou ter uma dificuldade até pegar o jeito, mas eu acho que a faculdade me deu uma base boa[...].*

Narcisa Amália de Campos confirma a interpretação acima sobre um sentimento de segurança falho. [...] *Não, claramente não me sinto preparada. Eu acredito o seguinte que ela, a universidade, te dá uma base uma base e a partir daí você se aperfeiçoa. Eu trabalhei um tempo na produção da TV, foi um período muito curto. Foram duas, no máximo três semanas, então assim eu não entrei lá sabendo, eu passei adquirir o que eles faziam lá, a aprender estando lá porque eu não tive aquele conhecimento na universidade eu tive o contexto geral. Da mesma forma eu, no decorrer da universidade, eu vi aquilo que eu tinha aptidão. Que é o quê? Assessoria de imprensa, mídias sociais, comunicação interna, mas se você for me colocar, por exemplo, em um jornal diário, possivelmente eu não tenha dom para exercer aquilo, eu posso desenvolver porque eu acredito que o dom do ser humano é desenvolvido, sabe? [...].*

Inês de Castro considera como necessário para o desenvolvimento do trabalho do jornalista a [...] *capacidade de escrita, comunicação, capacidade crítica, questionar, ter curiosidade, basicamente, isso é muito importante, interação. Acho que a universidade contribui, agora já está, se for só a universidade... Tem de haver interesse do aluno em fazer mais, do que eu estava a dizer das atividades extracurriculares e mais.*

Carolina Beatriz Ângelo levanta a questão do valor-notícia estudado na graduação, que ensina os critérios de relevância da notícia para ser publicada. Ela destaca que [...] *uma das principais competências é saber selecionar a informação e saber hierarquizar a informação. Eu acho que há muitas pessoas que primeiro aprendem e depois, se calhar, demoram a perceber efetivamente isso, mas é mesmo isso, é o essencial. Hierarquizar é pensar o que tem mais valor notícia, saber identificar o que tem mais valor noticioso, o que é novidade, o que é mais relevante dada a atualidade, dado o contexto, tudo isso [...].*

Virgínia Quaresma complementa com uma compreensão do que considera relevante para o jornalista e critica o que considera excesso de teoria desvinculada à prática na formação. [...] *uma cultura geral, forte, portanto, perceber onde é que está a atuar, o contexto em que está a atuar, portanto, ter o mínimo de preparação e quando não tem essas competências, conseguir ter o discernimento de procurar saber o que vai fazer, antes de fazer uma pergunta, estar ele próprio informado, pensar o que o meu público precisa saber, saber fazer a pergunta certa, o jornalista já deve saber mais ou menos a resposta, o meu público precisa saber isto, eu sei que é assim, mas precisa que seja aquela pessoa a dizer. Saber bem o limite entre o que deve ser dito pelo próprio jornalista e o que deve ser procurado numa fonte e, claro, saber ter competências que aqui desenvolvemos muito, não fosse isso uma faculdade de letras, escrita, a própria comunicação, que também é uma vertente bastante forte da licenciatura aqui, a questão do domínio da língua e claro, algumas competências técnicas que são imprescindíveis, ainda mais porque hoje em dia um jornalista de imprensa já não escreve só, é exigido que, e muito por conta do online, multimídia, que tenha outras competências, mas também deve ter competências técnicas para conseguir responder às exigências do jornalismo atual. Eu penso que a Universidade contribui para essas competências, mas também há uma outra coisa, as licenciaturas são muito criticadas por serem muito teóricas, pode falar com outras pessoas que vai ouvir isso, é muito teórica, mas o fato é que às vezes, as próprias pessoas têm de ter, por si próprias, iniciativas com as bases que a universidade dá e irem explorar um pouco por autocriação, não podemos querer*

que na sala de aula nos ensinam todos os programas de uma edição técnica, por exemplo, temos as bases muitas vezes e depois se as pessoas não sabem é porque não pegam nessas bases e as exploram. Outra coisa muito boa que sempre notei é a disponibilidade dos próprios professores mesmo fora da sala de aula para atenderem os alunos, para tirarem dúvidas, portanto, acho que sim, que a licenciatura é uma boa base para a formação [...].

A consciência da atual situação do jornalismo foi considerada uma competência neste contexto por Manuela Azevedo. [...] *Noção de precariedade, ou seja, ter noção de que vamos começar com um salário mínimo, temos que fazer uma ginástica brutal e penso honestamente, quem faz jornalismo é porque tem paixão à profissão, não penso que alguém faça jornalismo porque acha que aquilo vai lhe trazer muito dinheiro [...].*

Alguns conceitos foram citados diversas vezes pelas entrevistadas com palavras diferentes: o domínio da língua com leitura e escrita, a necessidade de estar sempre informado, se saber se comunicar, interagir, selecionar a informação de acordo com os valores notícia, conhecer a estrutura e técnica do texto jornalístico e atuar com ética. Portanto, a pesquisa buscou as competências em que esses termos se encaixam.

Figura 15 – Competências relacionadas às palavras



Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre as palavras que não se encaixaram em nenhuma competência exposta pelo Projeto Pedagógico de Jornalismo, foram citadas resiliência, flexibilidade, saber lidar com o “inquietismo” e vontade. Capacidades universais em termos de profissão e de cunho

psicológico. Entende-se que essas questões foram citadas pelas dificuldades encontradas no contexto profissional e consideraram como uma forma de superar.

Uma competência não citada e inerente às mudanças do jornalismo foi o saber lidar com as novas tecnologias. Acredita-se que pela familiaridade com os meios, não foi algo considerado a ser aprendido, mas de ter consigo. Como em toda evolução tecnológica, as máquinas tomam espaço e preenchem, em alguns casos, o lugar das pessoas. No caso do jornalismo, preenche principalmente o lugar do modo tradicional do jornalismo, causando um desconforto e a necessidade de estar informado de cada mudança, como essa mudança afeta o jornalismo e como pode ser utilizada para a sobrevivência do jornalismo. A ligação com as tecnologias permite a generalização da informação real ou irreal, o jornalista vive um cenário que traz a necessidade, mais do que nunca, de construir credibilidade.

No campo das assessorias de imprensa, que se utilizam em conjunto com as técnicas jornalísticas, questões outras áreas da comunicação, foram apontadas questões negativas nos dois países em meio às competências.

Manuela Azevedo, de Portugal, afirma que *[...] não há empresas que só tenham prós, elas possuem prós e contras, mas eu tenho que mostrar mais os prós do que os contras. Posso até dizer os contras, mas vou relativizar completamente, eu acho que essa hipocrisia é necessária para uma pessoa que está na área de comunicação porque para ter resultados é impossível dizer as coisas como elas são [...]*.

Nise Silveira, do Brasil, pensa do mesmo modo. *[...] Em assessoria que a gente faz um trabalho inverso do que o que a gente tem que fazer nos veículos, que é noticiar, é denunciar, isso tudo. Na assessoria, muitas vezes a gente encuba tudo isso. Era até uma das coisas que eu menos gostava, na assessoria era isso. Que muitas vezes a gente tinha que omitir informações, eu odiava isso e isso era a única parte que eu não gostava [...]*.

Conforme o código de ética da Fenaj (2007, p. 27), o jornalista deve “informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções”. Outra questão que contém no código de ética é sobre a omissão de informações. Tendo o assessor de imprensa como o porta voz de seu assessorado no relacionamento com a imprensa, não se deve negar ou omitir informações. “A prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma

obrigação social” (FENAJ, 2007, p. 24). Portanto, a prática das informações dadas viola a ética do profissional.

Essa questão faz com que haja a divergência sobre o trabalho do assessor ser ocupado por um jornalista. Ainda assim, a disciplina sobre assessoria de imprensa é parte dos cursos nos dois países. Entende-se que é entre ser jornalismo ou não, há diversas interpretações. Mas no contexto atual, o profissional que se forma no curso de jornalismo ocupa a atividade de assessor.

Narcisa Amália de Campos ilustrou a situação. [...] *Quando eu tava apresentando um trabalho da disciplina de ética e eu apresentei falando sobre o trabalho da assessoria de imprensa, né? A professora virou e falou assim: assessoria de imprensa não é jornalismo. Eu peguei e falei assim: então tira da grade, minha filha, porque tá aí [...].*

Sobre a universidade contribuir com essas competências, três de cada país afirmaram que sim, e uma de cada país afirmou que em alguns momentos. Um apontamento feito por Narcisa Amália de Campos foi a falta de incentivo ao empreendedorismo, o que traria fomento para a economia e contribuiria para o desenvolvimento social. [...] *Eu não acredito que a universidade incentiva a pessoa a empreender, que seja no mercado de trabalho onde ela tá atuando ali mesmo, porque empreendedorismo não é só do ramo privado né. Por exemplo, dentro do setor público você pode sim empreender, pode inovar, pode fazer coisas diferentes. Nesse quesito eu não acredito que ela incentiva muito, mas agora dessas competências específicas que está na grade curricular dela, ela cumpre [...].*

Chiquinha Gonzaga pondera que a universidade contribuiu para o desenvolvimento das competências no seu caso e cita um exemplo. [...] *Acho que a universidade contribui sim, acho que para desenvolver o trabalho, para desenvolver um bom trabalho que a gente aprende muita coisa sobre como conversar, como chegar nas pessoas. Eu era uma pessoa muito tímida, eu aprendi a conversar, chegar, não ter vergonha de pedir uma entrevista, de poder falar [...].*

Raimunda quebradeira de Côco complementa sobre o papel do jornalista e a contribuição da universidade. *Eu acho que o nosso papel é levar a informação. Eu tava até comentando esses dias, nós somos a voz do povo. A gente é a forma que eles têm de cobrar, de reclamar, de mostrar o que está acontecendo. [...] Eu creio que sim, a universidade não*

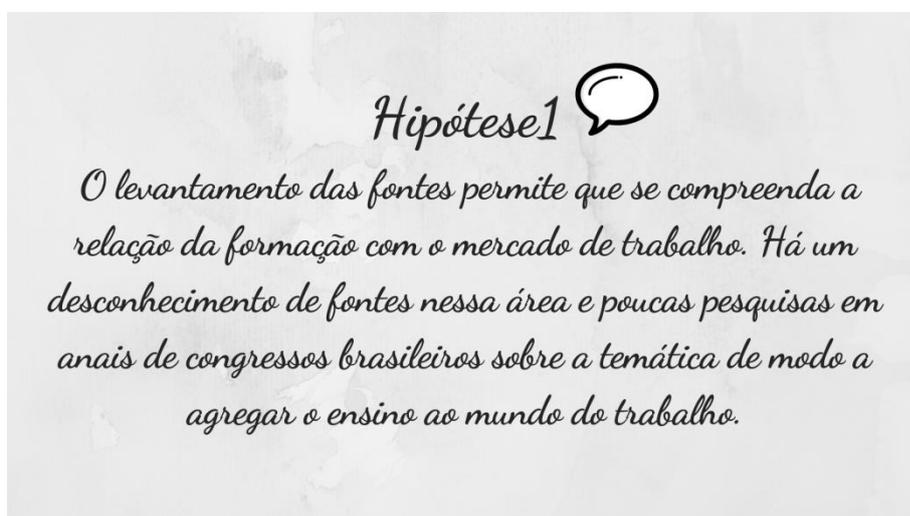
faz nada sozinha, depende da gente, então eu acho que para mim ajudou bastante porque eu sempre busquei ir atrás, conversar, tirar as dúvidas que eu tinha né, os medos que eu tinha. Sempre busquei conversar com algum professor, mas acho que a faculdade não faz isso sozinha [...].

Entende-se que a universidade contribui com a formação das competências propostas, porém, demonstra não dialogar com o mercado de trabalho e não se atenta ao formar para o que o mercado oferece aos egressos no sentido econômico. Portanto, é necessário repensar de que modo o ensino de jornalismo tem contribuído para o desenvolvimento social e adequar após o diálogo entre instituições buscando o acesso por meio de projetos de extensão, chamando para o debate, além de observar as demandas e tendências.

6.1.5 Sintetizando as análises

Entendendo que uma pergunta respondeu a uma ou mais hipóteses, é necessário sintetizar as análises em confronto com as hipóteses de modo a confirmar ou não o que foi instigado no início desta pesquisa. Para compreender melhor segue o entendimento deste confronto científico.

Figura 16 – Hipótese 1



Fonte: Elaborado pela autora.

A relação do trabalho com a formação, de modo geral, foi compreendida com suas peculiaridades no Brasil e em Portugal, respeitando e considerando a individualidade das entrevistadas egressas envolvidas neste processo. Foi possível encontrar falhas a serem discutidas nos dois países e acertos a serem observados por outros. Algumas questões descobertas, confirmadas ou negadas, precisam ser destacadas neste trajeto.

Em Portugal há um período de estágio extracurricular realizado durante o curso de Comunicação e jornalismo. Pode ser realizado também um estágio profissional remunerado ou não para a preparação para um trabalho formal, como uma carreira inicial e depois de um tempo, receber a carteira profissional. No Brasil há o estágio realizado durante o curso e após o término, há de se enfrentar com autonomia o mercado de trabalho.

Essa questão possui seus apontamentos negativos e positivos. Por uma perspectiva, possuir um modo ameno e formalizado para entrar no mercado de trabalho, indica uma oportunidade de inserção, por outra, indica um trabalho desenvolvido igualmente ao dos outros profissionais, mas desvalorizado pelo status que reflete no social e financeiro. Já no Brasil, o profissional passa por estágios durante o curso e ao formar, precisa encarar o mercado como um profissional, possibilitando a contratação desvalorizada para que adquira a experiência necessária. Em um dos casos estudados, a egressa iniciou a carreira de modo voluntário para adquirir a segurança necessária.

Questiona-se quanto à perspectiva prática se há diferença entre os dois modelos. O que se pode aprender com Portugal em meio ao Processo de Bolonha, é a acessibilidade ao ensino continuado e o diálogo com o mercado de trabalho a partir do mestrado que se tornou um mediador do jornalista com o mercado de trabalho e o mestrado acadêmico possibilitou as vivências necessárias para seguir a carreira de investigador/pesquisador e/ou de professor universitário. Outra questão é que nenhuma das entrevistadas de Portugal parou de estudar no primeiro ciclo, o que possibilita o amadurecimento das escolhas profissionais com o apoio da universidade.

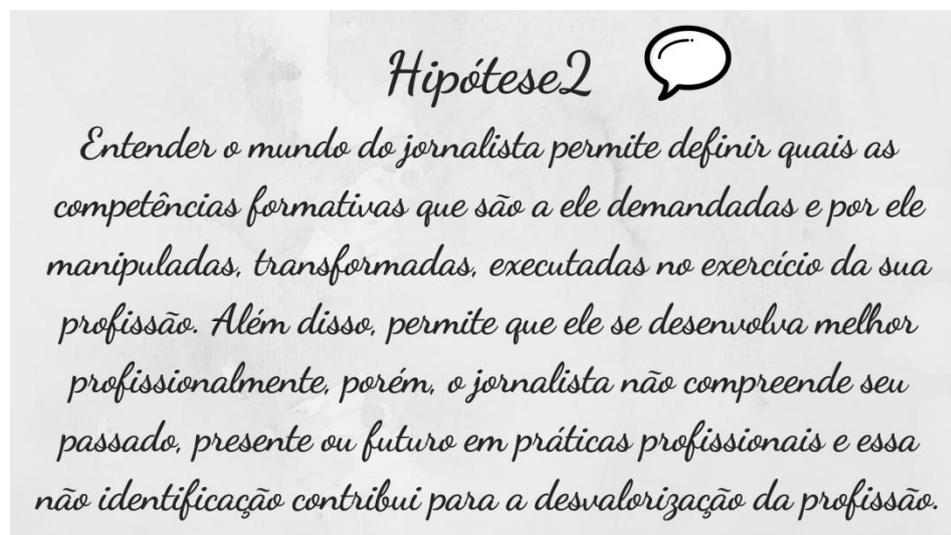
Além desses aspectos, há uma desvalorização do ensino pelo mercado de trabalho em Portugal, o que reforça a necessidade de diálogo e parcerias desses meios. Observou-se um medo de realizar o terceiro ciclo enquanto não há fixação no mercado de trabalho pela desvalorização do ensino advinda do fácil acesso à educação continuada. Essa descoberta encurrala as perspectivas de resoluções. Afinal, o ensino acessível é positivo ou não em Portugal em relação ao Brasil?

Ainda com as dificuldades e aspectos negativos do Processo de Bolonha, um caminho foi possibilitado para diversas áreas, perspectivas de futuro e melhorias econômicas sociais e individuais. No Brasil, os problemas são outros, para ter acesso a esse caminho, outros caminhos são percorridos e nem sempre finalizado e o doutorado também não incentiva o mercado de trabalho a pagar mais, tendo em vista o lucro e a necessidade de mão de obra barata, buscando profissionais multitarefa assim como em Portugal, que atendam a diversas áreas da comunicação, fugindo em alguns momentos das competências do jornalismo.

Outra questão pontuada no Brasil e nem sequer mencionada em Portugal, é a falta de incentivo da universidade ao empreendedorismo, à abertura autônoma de novos campos de trabalho. Segundo uma das entrevistadas, não há incentivo ao empreendedorismo a à inovação no jornalismo. Entende-se que essa cultura não foi criada e que os egressos aguardam se encaixar no mercado, não construir um. Portanto, é preciso rever a responsabilidade do indivíduo e, principalmente, a contribuição de quem o forma neste processo.

Sintetizada a análise referente à H1, confirmando a compreensão desse processo e a necessidade de se rever esse diálogo entre os meios para uma valorização econômica, profissional, social e individual, a pesquisa segue com a síntese e a confirmação ou não da H2.

Figura 17 – Hipótese 2



Fonte: Elaborada pela autora.

O processo de definição das competências formativas será respondido na H4, mas a compreensão que esta pesquisa trouxe sobre o mundo do jornalista permitiu entender melhor suas funções e posições. As entrevistadas demonstraram conhecimento do cenário do jornalismo de modo geral, das mudanças que esse cenário implica e do que elas trouxeram do passado. A desvalorização e a precarização do jornalismo não existe por falta de conhecimento do cenário, mas por um jogo de interesses, a iniciar pela discussão da inexigibilidade do diploma, somado ao avanço constante da tecnologia, à existência de notícias falsas e à democratização da informação pelas redes sociais, que apesar de positiva, confunde os papéis em determinados momentos. Outra perspectiva é a de que há novos campos de trabalho pela frente com a demanda tecnológica, mas exige reinvenção, inovação e atualização constante.

Logo, a H2 não foi confirmada por inteiro e o conjunto da bibliografia com a análise das entrevistas permitiu entender esse cenário de precarização do jornalismo com seus atores. Além disso, foi identificado que a maior parte das entrevistadas brasileiras possui desânimo ou insatisfação com a situação atual do mercado de trabalho diante das atuais condições.

Sobre as perspectivas, admitindo o cenário profissional, as buscas futuras em Portugal se baseiam em novas experiências, seja no mercado de trabalho ou na investigação/pesquisa (que também é uma área de atuação) para que se adquira um currículo mais atrativo e segurança para a atividade laboral. Tendo em vista o costume da continuidade da formação advindo do incentivo dado pelo formado do Processo de Bolonha, entende-se que o passo complementar é a experiência. Já no Brasil, a preocupação é em seguir com cursos complementares.

Figura 18 – Hipótese 3

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o primeiro ciclo em Portugal e a graduação no Brasil, compreende-se que o objetivo nos dois países é uma formação generalista possibilitando uma base para o desenvolvimento da profissão. Conhecimentos específicos são adquiridos em cursos complementares de curta duração ou uma pós-graduação, por exemplo.

Apesar de ser confirmado que cumpre essa função, é necessário entender até que ponto essa base possui uma visão holística do processo de ensino e objetivos da busca desse ensino e até que ponto o ensino forma pessoas para a pesquisa ou para o mercado, pensando em um conhecimento útil. Esta pesquisa concluiu que não cumpre a função por inteiro nem para o mercado, nem para a pesquisa, diferente de Portugal, que pela sequência do segundo ciclo permite a experiência com intermediação e possibilitando maior segurança na prática.

O sentimento de segurança para a atuação profissional no Brasil é falho, apesar da experiência prevalecer à continuidade do ensino, diferente de Portugal. Além disso, quando falaram em competências, acrescentaram termos sentimentais como flexibilidade, saber lidar com o “inquietismo” e vontade. Entende-se que essas questões foram citadas pelas dificuldades encontradas no contexto profissional e consideraram como uma forma de superar.

Figura 19 – Hipótese 4

Fonte: Elaborado pela autora.

Há um equilíbrio nas perspectivas sobre a exigência do diploma no mercado de trabalho, mas a experiência é sempre tida como necessária. Não há obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão nos dois países. Mas quando esta pesquisa se referiu às perspectivas, a formação continuada foi algo pensado a complementar o currículo como um diferencial, porém a experiência é mais presente, confirmando parcialmente a H4.

Quanto a formar profissionais com preparo, a pesquisa considera que essa parte da hipótese não se sustenta, tendo em vista o conhecimento sobre as competências formativas e as afirmações de que a universidade contribui para a construção dessas competências. Apesar dessa contribuição foi possível compreender que no Brasil não há um diálogo com o mercado de trabalho e não se atenta ao que o mercado espera dos egressos no sentido econômico. Portanto, é necessário repensar de que modo o ensino de jornalismo tem contribuído para o desenvolvimento social e adequar após o diálogo entre instituições.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando as inquietações que suscitaram esta pesquisa, buscou-se compreender qual é a relação da universidade com o mundo do trabalho, considerando o caminho percorrido pelo indivíduo da graduação à atuação profissional e seus atores sociais e entendendo a responsabilidade dos inclusos nesse processo de formação.

A partir dessa indagação, formularam-se dois objetivos gerais, cada um correspondente a dois específicos, são eles: conhecer a relação do ensino em jornalismo com o mercado de trabalho, objetivo correspondente ao de levantar fontes, documentos e referências que permitam a compreensão da relação do ensino com o mercado de trabalho e descrever a construção do mercado de trabalho do jornalista, por meio da formação preceituada nas novas diretrizes curriculares para o jornalismo praticadas pelas universidades estudadas no Brasil, e pelo processo de Bolonha em Portugal; como segundo objetivo geral, buscou-se compreender como a formação do jornalista corresponde ou não às competências profissionais exigidas dos egressos no mercado de trabalho, objetivo correspondente ao de investigar como os jornalistas egressos têm se adaptado às mudanças advindas do mundo do trabalho na construção de suas competências profissionais, e de entender como o mercado valoriza ou não a formação acadêmica para o desenvolvimento das competências profissionais exigidas pelas funções laborais.

Compreendendo que os objetivos foram cumpridos ao longo da pesquisa e que cada objetivo específico corresponde a uma hipótese, foi realizada a análise das hipóteses para entender se foram corroboradas, parcialmente corroboradas ou negadas.

A primeira hipótese teórica, H1, sugeriu que levantamento das fontes primárias e secundárias permitiria que se compreendesse a relação da formação com o mercado de trabalho. Essa hipótese foi corroborada confirmando a compreensão desse processo e a necessidade de se rever esse diálogo entre os meios para uma valorização econômica, profissional, social e individual.

Dentre as questões em destaque, concluiu-se que o que se pode aprender com Portugal em meio ao Processo de Bolonha, é a acessibilidade ao ensino continuado e o diálogo com o mercado de trabalho a partir do mestrado que se tornou um mediador do jornalista com o meio profissional e o mestrado acadêmico possibilita as vivências necessárias para seguir a carreira de investigador/pesquisador e/ou de professor universitário. Outra questão é que

nenhuma das entrevistadas de Portugal parou de estudar no primeiro ciclo, o que possibilita o amadurecimento das escolhas profissionais com o apoio da universidade.

Ainda com as dificuldades e aspectos negativos do Processo de Bolonha pelo fácil acesso aos ciclos, um caminho foi possibilitado para diversas áreas, perspectivas de futuro e melhorias econômicas sociais e individuais. No Brasil, os problemas são outros, para ter acesso a esse caminho de formação, outros caminhos são percorridos e nem sempre finalizados para alcançar o ensino superior. Além disso, o doutorado no Brasil também não incentiva o mercado de trabalho a pagar mais, tendo em vista o lucro e a necessidade de mão de obra barata, buscando profissionais multitarefa assim como em Portugal, que atendam a diversas áreas da comunicação, fugindo em alguns momentos das competências do jornalismo.

Outra questão pontuada na Região Norte¹⁸ do Brasil e nem sequer mencionada em Portugal, é a falta de incentivo da universidade ao empreendedorismo, à abertura autônoma de novos campos de trabalho. Entende-se que essa cultura do empreendedorismo não foi criada na formação do jornalista no Brasil e os egressos aguardam se encaixar no mercado, não construir um novo. Portanto, é preciso rever a responsabilidade do indivíduo e, principalmente, a contribuição de quem o forma neste processo.

A segunda hipótese teórica, H2, sugeriu que entender o mundo do jornalista permitiria definir quais as competências formativas que são a ele demandadas e por ele manipuladas, transformadas, executadas no exercício da sua profissão. Permitiria que ele se desenvolvesse melhor profissionalmente, porém, o jornalista não compreenderia seu passado, presente ou futuro em práticas profissionais e essa não identificação contribuiria para a desvalorização da profissão. Essa afirmação foi parcialmente corroborada, a primeira parte corresponde com a realidade, pois as competências foram identificadas em meio a esse processo, porém, diferente do que supõe a hipótese, as entrevistadas demonstraram ciência do processo profissional, suas funções, e posições, das mudanças que esse cenário implica e do que elas trouxeram do passado, a desvalorização não seria consequência de um possível desconhecimento.

A desvalorização e a precarização do jornalismo não existe por falta de conhecimento do cenário, mas por um jogo de interesses, a iniciar pela discussão da inexigibilidade do

¹⁸ É preciso lembrar que a pesquisa não foi realizada no país inteiro, nem mesmo em toda a Região Norte, porém, há uma similaridade entre os cursos de jornalismo na Região Norte, conforme comprovado por Silva (2018).

diploma, somado ao avanço constante da tecnologia, à banalização da informação com a frequência de notícias falsas e à democratização da informação pelas redes sociais, que apesar de positiva, confunde os papéis em determinados momentos. Trata-se de um movimento a nível global, seja no Brasil, em Portugal ou em outro país, o cenário do jornalista é constantemente mutável, exigindo uma perspectiva voltada para inovação.

A terceira hipótese, H3, sendo hermenêutica, sugeriu os egressos têm enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela alta exigência de prática e insegurança no desenvolvimento do trabalho. Essa hipótese foi corroborada, apesar de ser confirmado que a graduação cumpre sua função de formação generalista como base, é necessário entender até que ponto essa base possui uma visão holística do processo de ensino e objetivos da busca desse ensino, até que ponto o ensino forma pessoas para a pesquisa ou para o mercado, pensando em um conhecimento útil.

Esta pesquisa concluiu que não se cumpre a função por inteiro, nem para o mercado, nem mesmo para a pesquisa, intermediando-se entre os dois e não atendendo a nenhum. Diferente de Portugal, que pela sequência do segundo ciclo permite a experiência com intermediação e possibilitando maior segurança na prática.

A quarta hipótese, H4, sendo hermenêutica, sugeriu que os profissionais formados pela academia não possuiriam preparo para ingressar no mercado de trabalho. Apesar da inexigibilidade do diploma, o mercado de trabalho valoriza a formação, mas valoriza ainda mais a experiência, o trato com a prática, dificilmente adquirido até o final da graduação.

Há um equilíbrio nas perspectivas sobre a exigência do diploma no mercado de trabalho, mas a experiência é sempre tida como necessária. Não há obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão nos dois países. Mas quando esta pesquisa se referiu às perspectivas, a formação continuada foi algo pensado a complementar o currículo como um diferencial, porém a experiência é mais presente.

Quanto a formar profissionais com preparo, a pesquisa considera que essa parte da hipótese não se sustenta, existe um conhecimento das competências formativas e as afirmações de que a universidade contribui para a construção dessas competências. Apesar dessa contribuição, foi possível compreender novamente, que no Brasil, não há um diálogo com o mercado de trabalho e não se atenta ao que o mercado espera dos egressos no sentido econômico. Portanto, é necessário repensar de que modo o ensino de jornalismo tem contribuído para o desenvolvimento social e adequar após o diálogo entre instituições. Por

fim, quanto às hipóteses, neste sentido de academia e mundo do trabalho, destacou-se a necessidade de um diálogo e de um incentivo para a construção de novos espaços.

Além do que foi mencionado, correspondendo às hipóteses formuladas, esta pesquisa trouxe à tona, de modo não intencional, a relação do jornalismo com o trabalho de assessoria de imprensa, uma lacuna que despertou a necessidade do início de uma discussão teórica, mas não abarca a análise desse assunto, ou seja, deixa o questionamento de como o profissional de assessoria de imprensa se identifica profissionalmente, como é visto e qual a relação com o jornalismo, tendo em vista que é uma função ocupada por jornalistas e o curso tem disciplinas nesse sentido. Essa indagação deixa o caminho para uma próxima pesquisa de doutorado e produções científicas.

A presente pesquisadora pretende publicar este trabalho em uma revista científica que corresponda ao tema. Espera-se que esta pesquisa contribua para outras pessoas como contribuiu para quem a realizou, sendo um ponto de partida para outras pesquisas e possibilitando uma visão do cenário formativo e profissional do jornalismo no Brasil, com as inspirações dos acertos e aprendizados com erros a partir de outros modelos.

Ainda há muito que explorar neste campo, é necessário entender qual é a perspectiva do mercado e da própria universidade diante deste contexto; o que o empregador em sua própria perspectiva espera desses novos profissionais; aprofundar na relação definida pelas egressas como desgastante, diante da precarização, com o mercado de trabalho de jornalismo; indagar sobre os novos modos de se fazer jornalismo, o que é preciso ser feito para mantê-lo vivo e não precário; é necessário entender como está a saúde mental desses jornalistas que atuam no campo e sua perspectiva individual e coletiva diante da profissão; qual é o perfil desse profissional, considerando os diversos campos de atuação; quais as tendências causadas pela precarização e a relação da ética jornalística com as diferentes atuações.

Pesquisas como essas podem contribuir para que o jornalismo continue dando voz ao mundo de modo a inovar e não esperar se encaixar a modelos já existentes. Como as mudanças tecnológicas afetam constantemente a profissão, tornando-a mutável, exige um profissional pronto para se renovar a cada dia, fugindo do tradicional e contribuindo socialmente com a transparência, o entretenimento, a comunicação social e a democracia.

REFERÊNCIAS

ANTONIOLI, M. E. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 04, n. 15, p.182-197, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/368/229>>. Acesso em: 25 jul 2018.

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, L. R. **Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**. Doutrina, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123> >. Acesso em: 22 nov. 2018.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNHEIM, C. T.; CHAÚÍ, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: Unesco, 2008.

BERTOLINI, J. **Jornalista multimídia e jornalista multitarefa: o perfil contemporâneo do trabalho precário no jornalismo**. Santa Maria: Animus, v. 16, n. 31, p. 213-228. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/16897/pdf>>. Acesso em 15 Jul. 2018.

BLANCO, Patricia. **Liberdade de expressão e democracia**. [on-line]. Edição 1: São Paulo/SP, Instituto Palavra Aberta, 2014. Disponível em: < http://www.palavraaberta.org.br/docs/Revista_Liberdade_IPA_WEB.pdf> . Acesso em 15 dez. 2018.

BRASIL. **DECRETO nº 5.480, de 30 de junho de 2005**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5480.htm>. Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. **DECRETO nº 83.284, de 13 de março de 1979**. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI nº 421, de 11 de maio de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI nº 910, de 30 de novembro de 1938**. Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI nº 972, de 17 de outubro de 1969**. Dispõe sobre exercício da profissão de jornalista. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm> . Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Lei de Liberdade de Imprensa**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2083.htm>. Acesso em 10 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6612.htm>. Acesso em 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo**. Relatório da Comissão de especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, de 2009**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 511.961/SP** – São Paulo. Relator: Gilmar Mendes. portal do Supremo Tribunal Federal (STF), 17 Junho 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>> . Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 511.961/SP** – São Paulo. Relator: Gilmar Mendes. portal do Supremo Tribunal Federal (STF), 17 Junho 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>> . Acesso em: 10 dez. 2018.

CALDAS, G. **Relacionamento assessor de imprensa/jornalista – somos todos jornalistas!** In: Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. DUARTE, J. (org.). São Paulo: Atlas, 2003. p. 306-313.

CAMPONEZ, J. C. C. S. **Fundamentos da deontologia do jornalismo: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses, 1974-2007**. Coimbra: Almedina, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12614/3/Tese_Carlos%20Camponez.pdf> . Acesso em: 11 jul. 2018.

CANAVILHAS, J. M. M. **O ensino do jornalismo em Portugal**. Estudos em Comunicação. University of Beira Interior, Portugal. nº 6, p. 55-67, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/canavilhas-ensino-webjornalismo.pdf>> . Acesso em: 2 jul. 2018.

- CANAVILHAS, J. M. M. **Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade**. In: jornalismo: mudanças na profissão, mudanças na formação, 2009, Braga, Portugal. Atas. Braga: Ceccs, 2008. p. 49 - 56. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/717/1/ensino%20do%20jornalismo_2009.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- CASCAIS, F. **Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas**. Media & Jornalismo, n.º 13, Outono/Inverno 2008. Disponível em: <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/13artigo5.pdf>> . Acesso em: 12 jul.2018.
- CATANI, A. M. **Educação formal e mercado de trabalho**. In: BRUNO, L. Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHAPARRO, C. **Jornalismo na Fonte**. In: DINES, A.; MALIN, M. (orgs.), Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações, Brasília, Banco do Brasil, 1996, pp. 132-154.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Quadro Europeu de Qualificações para aprendizagem ao longo da vida**. Luxemburgo, s.d. Disponível em: <https://ec.europa.eu/ploteus/sites/eac-eqf/files/leaflet_pt.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- DAHER, N. S. D.; PORTO JUNIOR, F. G. R. **Jornalismo no Brasil: notas sobre as competências formativas a partir das novas diretrizes curriculares**. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 1, n. 1, p. 137-155, jan-abr. 2017.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DOGRUEL, L. **O que há de tão especial nas Inovações Midiáticas? Uma caracterização do campo**. Intexto: Bahia, V. 15, N. 1 (2017): Dossiê temático inovação no jornalismo: escopo e percursos. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom>>.
- DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- DUARTE, J.; FONSECA JÚNIOR, W. C. **Relacionamento fonte/jornalista**. Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. Jorge Duarte (organizador). – 2. Ed.- São Paulo:Atlas, 2003.
- DUARTE, N. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 18, p. 35-40, 2001.
- DRUCKER, P. F. **A administração na próxima Sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas (org.). **Formação superior em jornalismo – uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 2002.
- FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual de assessoria de comunicação/imprensa**. 4. Ed. revisada atual. Brasília-DF, 2007.
- FERRARETTO, E. K.; FERRARETTO, L. A. **Assessoria de imprensa – Teoria e prática**.7.ed. São Paulo: Summus, 2009.

FIDALGO, J. **Jornalistas e saberes profissionais**. Trabalho apresentado no I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2008. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0452-1.pdf> > Acesso em 20 jul. 2018.

FIGARO, R.; NONATO, C. **Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística**. In texto: Bahia, V. 15, N. 1 (2017): Dossiê temático inovação no jornalismo: escopo e percursos. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom>>. Acesso em: 06 out. 2018.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA. **Ranking Universitário Folha 2017**. Disponível em: < <http://m.ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-cursos/comunicacao/> >. Acesso em 10 jul. 2018.

GADINI, S. L. **Alguns desafios para a formação profissional em jornalismo**. Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional, ano 13, n. 13, p. 29-38, jan./dez. 2009.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. [livro impresso]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

GONÇALVES, H. A. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, Avercamp, 2005.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2011.

ITO, L.; VENTURA, M. **Inovação no webjornalismo: dinâmica empresarial, arranjos produtivos e novos formatos**. In texto: Bahia, V. 15, N. 1 (2017): Dossiê temático inovação no jornalismo: escopo e percursos. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom>>.

LAGE, N. **O jornalismo perdeu sua cidadania**. Observatório da Imprensa n. 207, 15 Jan. 2003. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-jornalismo-perdeu-sua-cidadania> >. Acesso em: 22 nov. 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LOPES, F. L. **Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

MAGALHÃES, M. L. **Gustavo de Lacerda e a fundação da ABI**. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1954.

MARINHO, Sandra C. S. M. **Formação em jornalismo numa sociedade em mudança: modelos, percepções e práticas na análise do caso português**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2011.

MARINHO, S. **Reflexão sobre a necessidade de um novo paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia**. In: Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia, 2. – Jornalismo e Actos de Democracia, 13 nov. 2006, Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em: <

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6102/1/MarinhoS_universidadcolumbia_06.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEDITSCH, E. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico no campo acadêmico do jornalismo, comunicação.** XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro, 1999. Disponível em: <www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html>. Acesso em: 5 mai. 2019.

MELO, A. S. **Enquadramento histórico legal do processo de Bolonha e o seu impacto no sistema de ensino superior português.** In: PÔRTO JR., Francisco Gilson Rebouças (Org.). *Processo de Bolonha e Formação: estudos e ensaios.* [recurso eletrônico] / Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017. P.17 a 81.

MELO, J. M. **Os primórdios do ensino de jornalismo.** Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v.1, n°2, 2° sem., 2004, pp.73-83.

MELLO, M. A. M. F. **Liberdade de expressão e democracia.** [on-line]. Edição 1: São Paulo/SP, Instituto Palavra Aberta, 2014. Disponível em: <http://www.palavraaberta.org.br/docs/Revista_Liberdade_IPA_WEB.pdf> . Acesso em 15 de dez. de 2016.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: o caminho das pedras.** São Paulo: Gente, 1995.

MICK, J. **A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010).** In: Perfil do jornalista páginas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2012/04/JMick_CongIntPeriodismo3.docx > . Acesso em: 7 jul. 2018.

MORAES, A. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2012.

MOTA, L. C. M. A.; FERREIRA, A. G. **A formação de professores em Portugal no quadro do espaço europeu de ensino superior.** Revista Observatório, v. 3, n. 6, p. 38-74, 2017.

PINTO, M. **O ensino e a formação na área do Jornalismo em Portugal: ‘crise de crescimento’ e notas programáticas.** In: Comunicação e Sociedade. Portugal, Revista 5, p. 49-62, 2004. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1245/1188>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

PONTES, F. S.; MICK, J. **Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017).** In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação- XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2018.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. **Anísio Teixeira e a universidade brasileira: a vida em um percurso.** Revista Participação DEX-UnB, Ano 12, n°. 22, dezembro de 2012..

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R.; SILVA, S. S. C. **Formação em Comunicação/Jornalismo no Brasil: uma visão sobre as alterações nos PPC's de quatro universidades federais da Região Norte.** Jornada Interdisciplinar do PPGCOM/UFT- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Palmas, To, 8 a 11 de novembro de 2016.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R.; SILVA, R. B. **Notas sobre as políticas de formação Pós-Bolonha: o caso da implementação do sistema ETCS.** Conexão- Comunicação e Cultura, v. 14, n. 28, 2016.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. **O que podemos aprender com Bolonha: notas sobre a formação em comunicação e jornalismo na união europeia.** In: PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. (Org.). *Processo de Bolonha e Formação: estudos e ensaios.* [recurso eletrônico] / Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017. P.83 a 96.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. **Processo de Bolonha: história, formação e ensino na União Européia.** Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

REIS, C.; ESTEVES, C. **Diz-me quanto ganhas, dir-te-ei onde trabalhas.** *Jornal Expresso*, Portugal, 2017. Disponível em: < <https://expresso.pt/sociedade/2017-08-19-Diz-me-quanto-ganhas-dir-te-ei-onde-trabalhas#gs.fm2jxc> > Acesso em: 01 jun. 2019.

REIS, E. G. **O ensino superior em cabo verde e os desafios do processo de Bolonha.** In: *Revista Observatório*, v. 3 n. 6 (2017): V. 3 N. 6 (2017) *Processos formativos, comunicação e educação pós-Bolonha Out-Dez 2017.* Palmas (TO), 2017. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/181> >. Acesso em: 4 dez. 2018.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. **A atual formação dos jornalistas e o mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Portugal.** In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.* XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal (RN), 2008, 2 a 6 de setembro. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0110-2.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2019.

ROGGERO, G. **A autonomia do saber vivo: relação e ruptura entre instituições do comum e comunismo do capital.** In: *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global.* COCCO, Giuseppe e ALBAGLI, Sarita (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012

SÁ, A. **O jornalista brasileiro: Federação Nacional dos jornalistas profissionais, de 1946 a 1999.** 2 ed. ver., ampl. e atual. – Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SEGISMUNDO, F. **Comunicação, do tijolo ao lêiser.** Rio de Janeiro: Unigraf, 1988.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo.** 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, S. S. C. **Formação em comunicação social/jornalismo na Região Norte: um estudo sobre alterações nas universidades federais a partir de 2013.** 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Tocantins.

SOARES, A. R. N.; CASTRO, F. G. **Políticas de acreditação no Processo de Bolonha.** In: PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. (Org.). *Processo de Bolonha e Formação: estudos e ensaios.* [recurso eletrônico] / Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017. P.219 a 232.

SOBREIRA, R. M. **O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974).** Portugal: Leiria. Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, 2003. Disponível em: < <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-05-Rosa-Sobreira.pdf> >. Acesso em 12 Jul. 2018.

SOUSA, E. A.; BERTI, O. M. C. **O ensino de jornalismo nas universidades brasileiras. Reflexões em tempos de crises e evoluções da área.** In: *Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM .* 2013. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1646-1.pdf> > Acesso em 11 Jul. 2018

STURZA, C. M. **Avaliação do ensino de jornalismo na região Centro-Oeste sob o impacto do fim da obrigatoriedade do diploma.** 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://mestradocomunicacao.sites.ufms.br/files/2016/01/Avalia%C3%A7%C3%A3o-do-ensino-de-jornalismo-na-regi%C3%A3o-centro-oeste-sob-o-impacto-do-fim-da-obrigatoriedade-do-diploma.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

TRAQUINA, N. **Traquina defende diploma de jornalismo.** Goiás, Universidade Federal de Goiás: 2007. Entrevista concedida Por Mozahir Salomão, de Lisboa- Intercom, 2007. Disponível em: <<https://www.fic.ufg.br/n/8515-traquina-defende-diploma-de-jornalismo>>. Acesso em: 12. Jul. 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo; Pioneira Thompson Learning, 2004.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

WIELEWICKI, H. G.; OLIVEIRA, M. R. Internacionalização da educação superior: a Europa no centro da questão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 18, n. 67, p.215-234, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362010010700001>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S0104-40362010010700001>. Acesso em: 10 jul. 2018.

APÊNDICE I – PERGUNTAS AOS EGRESSOS**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
(PPCOM)**

Prezado(a) colaborador(a),

Peço a sua colaboração em responder a pesquisa a seguir. Ela faz parte da pesquisa empírica que subsidiará o estudo que tem como foco a formação dos jornalistas: ensino e atuação na Região Norte do Brasil e em Portugal.

- 1. Você se formou há quanto tempo na licenciatura/graduação? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?**
- 2. O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparado(a) para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?**
- 3. O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?**
- 4. Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?**

APÊNDICE II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

(nome por extenso)

abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa “A formação dos jornalistas: ensino e atuação na Região Norte do Brasil e em Portugal” e que tem como objetivo levantar as percepções dos egressos sobre o ensino em jornalismo na universidade em que se formou.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações, assegurando meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, além de me dar permissão de desistir, em qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo ou ônus.

A Pesquisa é coordenada pela mestrandia Gabriela Pereira Melo do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.

Fui informado(a) que posso indagar à pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone (63) 992026118. E-mail: gabrielamelogpm@gmail.com e, que, se me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando forem publicados.

Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas indicadas na Resolução CNS 510/16 que contém diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (“I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados”, dispensando registro no sistema CEP/CONEP).

Este termo de consentimento será guardado pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, será dado a conhecer a outra pessoa.

Palmas(TO), _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Participante

Gabriela Pereira Melo
Coordenadora da Pesquisa

APÊNDICE III ENTREVISTAS EM PORTUGAL

Inês de Castro

Você se formou há quanto tempo na licenciatura? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Um ano e meio. (2017) Agora estou no mestrado. Já trabalho há muito tempo, mas para o gabinete só estou desde o mestrado, quando comecei o mestrado. Mas o trabalho não tem nada a ver com o mestrado. Simplesmente surgiu a oportunidade. É no gabinete de comunicação. Portanto, o nosso curso é jornalismo e comunicação. Ou seja, jornalismo é a parte de rádio, televisão, imprensa... Depois a comunicação, são as relações públicas, assessoria de comunicação, isso tudo. Eu sei que no Brasil pode se exercer ao mesmo tempo as duas áreas, pode ser jornalista no Diário de Coimbra e ser Relações Públicas em outro lugar qualquer. Em Portugal não, é incompatível. Eu tive que entregar a minha carteira profissional de jornalista para estar no gabinete.

Estás a dizer trabalho remunerado? Porque remunerado eu não estava a trabalhar. Só comecei a trabalhar remuneradamente a partir do mestrado, no gabinete de comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Eu trabalhava sem remuneração em jornais. Trabalho voluntário e estágio eu também fiz. Já faço trabalho voluntário há muito tempo. No jornalismo, trabalho como voluntária a licenciatura toda basicamente.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

O meu objetivo profissional sempre foi ser professora. Neste caso, seria professora Universitária de jornalismo e comunicação. Agora possivelmente terei que passar pelas experiências novamente, ou ter que trabalhar em gabinete de comunicação ou ser jornalista. Jornalista eu duvido, mas é por causa do estado em que se encontra o país, não é muito favorável ao jornalismo. O jornalismo está em um momento difícil, basicamente tens precariedade laboral, seja pessoas que não têm contrato com as empresas, pessoas que trabalham com recibos verdes, outras que trabalham horas a fim e não recebem pelas horas, tanta coisa... As redações não têm quase jornalista nenhum, então tens que fazer o dobro do

trabalho. É muito estressante. Para além de conseguir vaga numa redação é super complicado porque a maioria das empresas, sejam grandes grupos ou grupos mais pequenos estão a despedir jornalistas, muitos jornalistas.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? E você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

No geral, não é exigido. Não é obrigatório ter a graduação ou algum curso superior no jornalismo para poder ser jornalista, portanto, para conseguires a carta profissional do jornalista basta que estejas em um órgão de comunicação durante um ano, penso eu, estar na comissão da carteira profissional dos jornalistas para depois ter a CCPJ. Eles buscam mais competências. Escrevermos bem, depois capacidade de comunicação, depois também depende do órgão, mas normalmente capacidade de comunicação, sobretudo se for vídeo, televisão... Também pedem muito a capacidade de gravar vídeos, gravar áudios, escrever textos...Tudo. Pedem o currículo, eventualmente, uma carta de indicação, outros pedem entrevistas. Já tive em uma empresa que me pediu tudo e mais alguma coisa, desde certificados, se tinha sido licenciada, conteúdos que eu já tive publicados, não é produzido, é publicado, vídeos, áudios, textos... Se tiver uma experiência é uma mais valia, nem que seja experiência como trabalho voluntário. O trabalho voluntário é muito valorizado. E a partir daí constróis o portfólio.

Em uma das empresas que trabalhei, exigiram o diploma, mas depende muito.

Como durante a licenciatura, fiz muitas atividades extracurriculares, trabalhei para a divisão, imprensa, sobretudo e depois fiz estágio em duas rádios, portanto, aquilo que o nosso curso oferece é similar a termos essas atividades extracurriculares e o curso complementar com isso faz todo sentido. Vais às aulas e aprendes a teoria e dão-te alguma prática como é óbvio como uma licenciatura de três anos não dá para te dar todas ferramentas práticas, a prática demora muito tempo para ensinar e tudo mais, é muito difícil, mas como o curso dá essa possibilidade de aliar a teoria e ter as atividades extracurriculares, tens muito tempo livre. Então, sim, eu posso considerar que sim, tive tudo, tinha todas as ferramentas quando cheguei ao final da licenciatura, mas foi por isso. E pois também fiz um semestre em Lisboa e pronto, fiz todas as cadeiras práticas nesse semestre. Mas os currículos de Lisboa, Porto e Coimbra ao nível do jornalismo são basicamente todos iguais.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Acredito que sim, mas acredito que adquiri mais essa capacidade crítica com o mestrado. Nas cadeiras de comunicação organizacional, tanto na área da comunicação, o professor já nos diz, faz a diferença com o jornalismo. Nós como temos as cadeiras de comunicação, conseguimos compreender melhor aquilo que o jornalista não deve fazer. Por exemplo, atividades publicitárias, se nós tivéssemos só cadeiras de jornalismo, não íamos perceber quando é que nós pisamos na publicidade.

Capacidade de escrita, comunicação, capacidade crítica, questionar, ter curiosidade, basicamente, isso é muito importante, interação. Acho que a universidade contribui, agora já está, se for só a universidade... Tem de haver interesse do aluno em fazer mais, do que eu estava a dizer das atividades extracurriculares e mais.

Carolina Beatriz Ângelo

Você se formou há quanto tempo na licenciatura? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

O meu diploma diz abril de 2017, é isso. Mesmo se eu terminei todas as cadeiras em junho de 2016, mas pronto, atrasou tudo muito, mas tá, não tive aulas depois disso. Atrasei pelo estágio, eu tinha ainda até dezembro de 2016 para fazer um estágio se eu quisesse, ainda podia utilizar o extracurricular, então fiz esse ano de pausa, em setembro comecei a estagiar até outubro, depois fiz o relatório, que me atrasei um bocado e tal e depois houve um problema porque o meu curso tinha mudado, havia mudança curricular, pela reforma da oferta formativa porque toda a faculdade mudou os seus cursos, alterou o plano curricular para adaptar às novas exigências para tornar mais atrativo e para se diferenciar porque agora as pessoas têm muito mais liberdade para escolher as cadeiras que querem ou por exemplo, podem, têm algumas cadeiras de base que são transversais às humanidades, ou seja, não

precisam só estudar arqueologia, por exemplo, podem fazer uma cadeira de história, pronto, essas são transversais, e as cadeiras obrigatórias do curso têm x créditos de cadeiras do curso que se têm de fazer e tens de fazer cinco cadeiras de outra área, pode ser fora da faculdade de letras. Isso tem organizações com créditos e foi por causa disso.

Não estava trabalhando. Um caso curioso, porque logo que eu acabei o estágio extracurricular, eles tinham interesse em que eu fizesse um estágio profissional para a obtenção da carteira profissional que aqui em Portugal é obrigatória. Então a organização daquela empresa demorou muito tempo, eu efetivamente só comecei a estagiar em março deste ano (2018), fazer o estágio profissional que é já com remuneração, como se fosse um outro colaborador daquela empresa. A data do final da formação até começar a estagiar foram 11 meses. Estou a terminar na quarta feira e estou a espera de saber se vou ficar com o contrato ou se não me querem lá. Eu sinto que não estou lá a experiência, que estou a trabalhar como os outros porque me é exigido mais ou menos como é exigido a todos.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Adquirir alguma experiência, mas não tenho muita esperança de me manter no jornalismo porque não está muito fácil. Não estou a pensar muito até porque aqui em Portugal a maior parte das pessoas vão pra Lisboa trabalhar no jornalismo e não é fácil viver em Lisboa e ganhar pouco. Agora as rendas estão muito altas das casas e não é fácil de arranjar trabalho também, não há muitos lugares e eu estou a fazer este mestrado em marketing de comunicação para abrir os meus horizontes para poder fazer outras coisas também e por isso também, se eu não arranjar trabalho em jornalismo, espero também fazer as Relações Públicas, essa área de assessoria. Não posso exercer simultaneamente o jornalismo e a área de comunicação.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Não é uma exigência. No jornal que estou a trabalhar tem uma pessoa da física, história, mas a maioria é do jornalismo, quando contratam preferem os que possuem formação.

Eu acho que me sinto preparada sim. Agora que já passou algum tempo, se calhar, algumas áreas já estão mais enferrujadas, mas eu penso que sim porque quando eu estava a ter o curso, havia uma grande ênfase no jornalismo radiofônico, no jornalismo televisivo, pronto, eu claramente, aprendi o essencial para fazer isso, agora, se calhar, as coisas já estão mais misturadas porque o multimídia também mistura tudo, mas eu acho que sim, acho que aprendi o essencial. Agora depois quando uma pessoa vai para o mercado de trabalho, dá aquela estaleca que a gente diz de ter aquele despertar de estar pronto para fazer qualquer coisa, pronto, isso só se ganha a trabalhar na área, mas eu acho que sim.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Sim, acho que nós somos confrontados com instituições pelas quais teoricamente nós falamos como questões que são pouco éticas, nós geralmente falamos das coisas, discutimos as vezes nas aulas, discutimos os quadros deontológicos, mas pois é preciso uma pessoa também ter a postura e também ter a confiança de saber o que deve fazer e o que não deve fazer, mas é difícil, às vezes as coisas misturam-se muito na realidade, mas acho que sim. Acho que a formação que tive me deu uma boa base para saber o que se deve pensar sobre o que está a fazer.

Acho que uma das principais competências é saber selecionar a informação e saber hierarquizar a informação. Eu acho que há muitas pessoas que primeiro aprendem e depois, se calhar, demoram a perceber efetivamente isso, mas é mesmo isso, é o essencial.

Hierarquizar é pensar o que tem mais valor notícia, saber identificar o que tem mais valor noticioso, o que é novidade, o que é mais relevante dada a atualidade, dado o contexto, tudo isso.

Virgínia Quaresma

Você se formou há quanto tempo na licenciatura? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Eu terminei em 2014 a licenciatura, entrei em 2011 e terminei em 2014, em 2014 iniciei o mestrado até 2016 e depois tenho feito o doutoramento em seguida.

Nós aqui, hoje em dia, só com a licenciatura e muito devido a questão do Processo de Bolonha, já não pensamos só em fazer uma licenciatura e ir para o mercado de trabalho, ou seja, o mestrado está sempre no nosso horizonte. O mestrado ou alguma coisa depois da licenciatura porque é muito difícil alguém só com a licenciatura entrar no mercado de trabalho, até porque a nossa licenciatura e a maioria das licenciaturas de Bolonha não têm estágio incluído. E, portanto, o estágio aqui na Universidade é uma possibilidade do mestrado, então fazer alguma coisa para complementar a minha formação em licenciatura depois ter sempre no meu horizonte, na altura pensava em fazer uma pós-graduação não aqui em Coimbra, em Lisboa, que é uma pós-graduação em colaboração com um dos grandes grupos midiáticos português, mas depois surgiu também essa ideia de seguir a via da investigação, fazer um mestrado não com estágio, mas sim com uma tese e, portanto, fui ficando e tem sido a minha opção. Eu nunca fui jornalista, a experiência profissional mais próxima que tenho é na área da comunicação. Foi uma escolha própria porque eu gostava de estudar, haviam temas que fui tendo contato na universidade e fui gostando e fui também incentivada por alguns professores a continuar nos estudos e achei que gostaria de fazer e, portanto, nesse momento, exclui a possibilidade de ir procurar alguma coisa no mercado de trabalho, nem nunca sequer tentei procurar. Eu tenho um contrato com a fundação da ciência e tecnologia para fazer a minha tese de doutoramento.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

No caminho da investigação e da academia.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Não sei, nunca procurei nada. Eu acho que estou preparada sim porque a licenciatura agora tem um caminho um tanto diferente, já saíram mais licenciados com uma grelha diferente daquela que eu fiz, mas a proposta aqui, não podemos esquecer que isto é uma Universidade, uma faculdade de letras e humanidades, portanto, o curso tem uma vertente prática, mas tem uma vertente teórica muito sólida. Aquilo que eu considere sempre uma mais valia foi que, eu penso que essa vertente teórica nos faz desenvolver questões relacionadas com o raciocínio, a resolução de problemas, ou seja, a tônica é sempre muito mais em como pensar, por exemplo, se tivermos que fazer uma reportagem, por assim dizer, como pensar propriamente como é que focamos numa câmera ou num microfone e fazemos, portanto, considero que durante o meu percurso aqui, aquilo que fui desenvolvendo mais são capacidades intelectuais e acho que se neste momento eu fosse para o mercado, acho que isso poderia ser uma mais valia, portanto, também, claro, também temos a vertente prática, portanto, conseguiria articular na prática, mas somos muito incitados a desenvolver questões mais de raciocínio, mais teóricas que eu acho que são de mais valia porque mexer numa câmera ou num microfone sem saber, pois, como desenvolver o trabalho prático, acho que não é uma boa função então eu acho que sim, se eu fosse para o mercado de trabalho, sim, eu me sentiria preparada.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Penso que sim, pois são questões muito abordadas um forte ensino de ética, direito e socioeconomia que nos permitem perceber até onde é que o trabalho do jornalista e a exigência do jornalista é colocado no mercado.

Sobretudo, acho que uma cultura geral, forte, portanto, perceber onde é que está a atuar, o contexto em que está a atuar, portanto, ter o mínimo de preparação e quando não tem essas competências, conseguir ter o discernimento de procurar saber o que vai fazer, antes de fazer uma pergunta, estar ele próprio informado, pensar o que o meu público precisa saber, saber fazer a pergunta certa, o jornalista já deve saber mais ou menos a resposta, o meu público precisa saber isto, eu sei que é assim, mas precisa que seja aquela pessoa a dizer. Saber bem o limite entre o que deve ser dito pelo próprio jornalista e o que deve ser procurado numa fonte e, claro, saber ter competências que aqui desenvolvemos muito, não fosse isso uma faculdade

de letras, escrita, a própria comunicação, que também é uma vertente bastante forte da licenciatura aqui, a questão do domínio da língua e claro, algumas competências técnicas que são imprescindíveis, ainda mais porque hoje em dia um jornalista de imprensa já não escreve só, é exigido que, e muito por conta do online, multimídia, que tenha outras competências, mas também deve ter competências técnicas para conseguir responder às exigências do jornalismo atual. Eu penso que a Universidade contribui para essas competências, mas também há uma outra coisa, as licenciaturas são muito criticadas por serem muito teóricas, pode falar com outras pessoas que vai ouvir isso, é muito teórica, mas o fato é que às vezes, as próprias pessoas têm de ter, por si próprias, iniciativas com as bases que a universidade dá e irem explorar um pouco por autocriação, não podemos querer que na sala de aula nos ensinem todos os programas de uma edição técnica, por exemplo, temos as bases muitas vezes e depois se as pessoas não sabem é porque não pegam nessas bases e as exploram. Outra coisa muito boa que sempre notei é a disponibilidade dos próprios professores mesmo fora da sala de aula para atenderem os alunos, para tirarem dúvidas, portanto, acho que sim, que a licenciatura é uma boa base para a formação.

Manuela Azevedo

Você se formou há quanto tempo na licenciatura? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Eu me formei na licenciatura em 2016 e terminei o mestrado em 2018, foi em junho deste ano. Por acaso, enquanto estava a fazer mestrado, eu sempre trabalhei. No primeiro ano eu trabalhava fora da área, como lojista e, no segundo ano, depois do meu estágio curricular que foi em Lisboa, consegui um emprego na área e fiz o meu relatório de estágio porque é uma espécie de tese um bocadinho mais pequenina até apresentar, ou seja, eu já estava a trabalhar quando defendi minha tese, quando terminei o mestrado.

Não estava trabalhando, eu penso que, nós temos a oportunidade, no nosso curso em específico, precisamos de ser pragmáticos, ou seja, ninguém no curso diz, ah é bom que vocês trabalhem na área ou que vocês vão fazendo coisas que envolva jornalismo ou comunicação, nós próprios é que temos que ter essa consciência. Eu pessoalmente, quando, como não estava tão interessada em seguir jornalismo, nunca procurei trabalhos na área. Mas

muitos dos meus colegas faziam trabalhos não remunerados, ou seja, trabalhavam na Cabra, na RUC, na TV, ou seja, organismos da Universidade de Coimbra que permitem a todos alunos, pode ser um curso qualquer, pode inscrever-se nesses organismos. Mas dá um bocadinho mais de jeito às pessoas que são do jornalismo porque estão praticando aquilo que aprendem nas aulas, porque as aulas são acima de tudo teóricas e temos muito pouco de prática, ou seja, nós tivemos rádio, nós íamos efetivamente para um estúdio, falávamos muito, mas pouco era o trabalho que ia do princípio ao fim, ou seja, nós gravávamos, tínhamos que editar, tivemos trabalhos dessa natureza, mas eram a parte das aulas, não eram coisas que nós praticássemos dentro da sala de aula. Portanto, eu quando tirei a licenciatura, não estava a trabalhar, mas como no meu terceiro ano foi quando se deu a reforma, eu já sabia que era em comunicação que eu queria trabalhar. Só que aqui em Coimbra é uma cidade muito pequena e os trabalhos de comunicação são muito poucos, ou seja, são trabalhos que as pessoas pensam que são de comunicação, mas que na verdade são de marketing. Não têm grande coisa a ver, ou então, são trabalhos muito precários, ou seja, dizem que é comunicação, mas nós vamos acabar por fazer trabalho de secretariado, ou seja, telefonar pra'qui e pra'li. Então eu decidi que até mesmo para me ajudar em nível econômico, fui trabalhar para uma loja e tive na loja durante um ano e um mês, penso eu e depois, uma coisa boa do mestrado foi ter proporcionado um estágio curricular, ou seja, nós escolhíamos qualquer empresa, a Universidade iria entrar em contato e dizia: “temos um aluno interessado em estagiar aí, vocês aceitam ou não?”, pronto. Eu escolhi trabalhar numa empresa de comunicação, de relações públicas em Lisboa e o estágio era de três meses, eu comecei em setembro e fiz todo estágio e foi aí que eu adquiri todas as ferramentas, não todas, mas as mais importantes no mundo da comunicação, ou seja, eu fui pra lá e não sabia quase nada, porque tudo que eu tinha aprendido da comunicação, como é uma área que foi introduzida a pouco tempo, era a parte teórica, as teorias da comunicação, isso eu dominava, agora a prática eu não sabia nada e fui lá, nesse estágio que eu ganhei ferramentas que me permitissem depois trabalhar na área e eu acho que a UC, neste caso, a faculdade de letras pode não estar preparada ou pode não preparar os alunos para a parte prática, mas dá essa oportunidade no mestrado, ou seja, dá essa oportunidade de nós estagiarmos e termos aquilo que está um bocadinho em falta nas aulas, e pronto, foi isso que aconteceu. Eu fiz três meses, me convidaram para ficar em Lisboa, só que Lisboa é uma cidade um bocadinho cara, então eu não consegui ficar e voltei e consegui logo uma empresa que me aceitasse na área da comunicação. Com essa empresa, pois, não ocorreu muito bem, porque a noção de comunicação era feita por, naquele caso, um engenheiro, ou seja, engenheiros que pensam

que como falam, sabem comunicar, era muito difícil o diálogo e pronto. Mudei outra vez de empresa e agora sim estou numa empresa que compreende que eu sou de comunicação e que eu serei a pessoa que, posso não saber tudo porque estou no início da carreira, mas sei um bocadinho mais do que alguém que apenas estudou engenharia, portanto, acho que nesse fato acho que estou bem orientada.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Eu tirei exatamente o mesmo mestrado pelo nome da licenciatura que também tem o mesmo nome que é jornalismo e comunicação, no mestrado, existe a particularidade de cada pessoa escolher entre dois ramos específicos que é a investigação e o profissional e eu escolhi a parte profissional porque os que escolhiam tinham direito a um estágio curricular. E dentro dos estágios profissionais existe a área de jornalismo e a área de comunicação, eu escolhi a de comunicação porque eu precisava de experiência no campo e ver se era efetivamente aquilo que eu gostava porque fui na esperança de gostar, mas sabia que como nunca tinha praticado nada na área da comunicação, podia chegar, apanhar uma desilusão e não ser aquilo que eu gostava, mas efetivamente eu gostei, senti que era a área que eu queria seguir e pensei logo, estava a fazer o estágio e sabia que mesmo que me convidassem não teria a possibilidade de ficar em Lisboa, então comecei logo a procurar outro emprego na área. Por acaso consegui, fiz um estágio profissional que em Portugal é solucionado por um organismo que se chama IFP - instituto do emprego, como nós chamamos. Em um último mês, vai fazer agora um mês, eu não estava bem onde estava e procurei mais oportunidades, foi um bocadinho mais difícil porque Coimbra é uma cidade muito pequena e existe lugares de comunicação, mas que já estão ocupados por outras pessoas. Procurei por três meses, e na empresa que estou agora, assumiram que tinha possibilidade e me consideraram agora como junior, ou seja, com pouca experiência, estou a gostar bastante da empresa onde estou e o meu plano é, tenho um contrato de um ano, crescer na empresa, aprender, mas eu sou muito consumidora de informação no sentido em que se eu tiver a aprender, estou bem num sítio, no momento que eu sinto que não estou, que estou bloqueada, ou sempre na mesma posição, perco o interesse e tento procurar novas oportunidades. Estou a trabalhar para ganhar experiência e depois voltar para fazer o doutoramento porque em Portugal o doutoramento não é uma coisa tão comum. Há cerca de dez anos, o mestrado não era comum, era uma coisa que só quem queria mesmo ser investigador é que seguia mestrado, fazia uma licenciatura e já eram considerados pessoas muito instruídas. Agora a licenciatura já é uma coisa básica para qualquer pessoa e o

mestrado já é alguém que já tem uma formação completa, o doutoramento normalmente, ou é para pessoas que são tidas como da investigação, depois a outra questão é, quem tem doutoramento, por lei, tem que receber mais do que as pessoas que têm licenciatura ou a pessoa que tem mestrado. Poucas empresas estão dispostas a pagar um salário base do doutorado. Há licenciados neste momento que estão a receber um salário mínimo, então essa é outra questão, o doutoramento é bom para conhecimento pessoal e para formação académica, mas, ou se encontra uma área que é específica e que necessita de pessoas que tenham esses conhecimentos, ou torna-se um contra para as pessoas porque eu vou procurar emprego, a pessoa vê que eu tenho doutoramento e pensa que não pode pagar a mesma coisa que paga ao colega licenciado ou com mestrado, ou seja, vai exigir mais custo, portanto, o doutoramento é para pessoas que sabem que vão subir na carreira do que propriamente algo que vai lhe ajudar a ter emprego.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Sim, essa é outra questão que é, atualmente, quer seja jornalismo, quer seja comunicação, toda gente pede anos de experiência, mas como é que é possível a pessoa sair da faculdade que podem ter ocupação ou fazer outras coisas, mas não conta como experiência a partir do momento que não é remunerado, ou seja, trabalhei, participei do jornal da faculdade, pois, mas não é remunerado então não conta bem como experiência e todas as vagas que eu vi pediam pelo menos dois anos de experiência. Eu acabei agora o meu mestrado e pensei, como é que eu vou arranjar ou como é que eu vou conseguir alguma coisa na área se eu não tenho experiência? Não estão a dar oportunidade às pessoas que estão agora a sair, não estão a dar oportunidade para se mostrarem porque querem pessoas que já saibam fazer coisas, não têm tempo nem práticas, nem instrumentos para formar uma pessoa. Pra mim é extremamente errado porque uma pessoa vem da faculdade como se fosse uma página em branco em termos de mercado de trabalho. Eu enquanto empresa, eu gostaria de contratar essa pessoa, eu não vejo como perda de tempo, vejo como investimento, investir na pessoa formá-la, mostrar como as coisas fazem e sim, ter um trabalhador para além, lealdade por ter sido formado lá vai ter muito mais competências para mostrar trabalho, mas não, neste momento tudo pede experiência, tudo pede que já saibam fazer mil e uma coisas e depois outro problema, este é um bocadinho mais na área da comunicação do que do propriamente do jornalismo, é a tal

confusão entre comunicação e marketing. A mim foi me pedido, às entrevistas que eu fui, foi me pedido que eu soubesse coisas como *Photoshop*, *Illustrator*, *Premier* e eu disse: “não, eu não sei, na minha formação não é necessário porque a comunicação pensa uma estratégia para depois pôr em prática e aí sim, entra o marketing que cria esses instrumentos”, eles dizem: “não, mas nós queremos uma pessoa que faça tudo, uma pessoa que pense, que crie, que depois ainda vá para a rua vender de porta em porta e que no final ainda venha a cá fazer um relatório financeiro de como é que ocorreu. Tudo bem que com a crise que Portugal sofreu, foi impossível as pessoas estarem a contratar várias pessoas para o mesmo posto de trabalho. Só que neste momento, Portugal melhorou da crise, mas continua a vir o pensamento de que uma pessoa consegue fazer tudo. Há pessoas que conseguem, há pessoas que são disponíveis a fazerem tudo, mas primeiro a pessoa vai ficar desgastada e segundo não há oportunidades para as que estão no mercado e provavelmente são boas para fazer a parte da comunicação, são excelentes até e aquela pessoa que está a fazer tudo não é tão boa nessa parte e é melhor em outra. Não estão a saber aproveitar os recursos que têm neste momento. Mas penso que assim, ao mesmo tempo já se nota uma mudança em empresas mais novas, uma mudança de paradigma, onde eles já entendem que uma pessoa não é capaz de fazer tudo e se, efetivamente, querem que uma pessoa faça tudo, têm que ensinar e têm que formar a pessoa para ela conseguir fazer tudo e tem que ter esse tempo pra formar. Acho que nas empresas mais novas que são geridas pelas pessoas nas chamadas geração à rasca que nós temos em Portugal, uma geração que saiu para o mercado de trabalho em plena crise, têm essa consciência de que precisa ter tempo para formar as pessoas.

O diploma também é uma exigência, em jornalismo não conta tanto a nota, em comunicação conta um bocadinho mais, mas sim, é importante ser formado em jornalismo. Antes, numa geração um pouco mais antiga porque o jornalismo, em especial em Coimbra, o curso, tem poucos anos, tem 22/23 anos. Comparado com outros cursos, é relativamente recente e antes dessa geração, antes dessa criação de vários cursos pelo país, o que constava para se ter uma carteira de jornalista era efetivamente a experiência, mais de seis meses de experiência a trabalhar em um meio de comunicação era contratado como se a pessoa fosse jornalista, ainda atualmente ainda isso é possível, eu penso que são seis meses de experiência, você pode ser de um curso qualquer que continua a ter direito à carteira de jornalista, mas atualmente as empresas estão a contratar pessoas que tenham a formação na área porque se já é difícil estar a ensinar uma pessoa que tem formação na área, mas que não está preparada, é muito mais complicado ensinar jornalismo a alguém que apenas envia umas notícias para um jornal ou

para uma revista especializada em qualquer coisa, acho que já nem exigem, pensam que é inerente às pessoas.

Não me sentia preparada para atuar em todas as áreas. Nada mesmo, eu saí da licenciatura, mas isso por culpa minha porque quando lá estava não procurei os outros organismos, mas eu senti que não estava nada preparada, aliás, eu tenho primos que são da área de medicina dentária, acabaram a licenciatura e conseguiam identificar perfeitamente que o problema era este, tu tens isto, é uma coisa chamada aquilo e não sei o que, eu pensava, eu refletia: o que que eu sei, o que eu posso identificar que sei? Não aprendi nada específico, eu sei escrever, eu sei produzir uma notícia, sei, mas não é isso que as pessoas vão querer saber, eu não sabia nada específico que era muita coisa teórica, pois no mestrado é que nós temos mais oportunidades de desenvolver as nossas competências, um pouco daquilo que aprendemos na teoria, temos a oportunidade de colocar em prática. O curso de jornalismo é muito teórico, eu sinto que quase ninguém sai de lá preparado, a não ser que por autocriação procure autoridade na área para desenvolver a parte prática. Foi nesse momento que percebi que precisava ir para o mestrado, ninguém quer uma pessoa que não tenha nenhuma experiência ou conhecimento prático da área que queira trabalhar.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Normalmente as empresas nisso, são bastante transparentes, ou seja, dizem em uma palavra muito elaborada que é gestão administrativa, ou seja, marcar hotéis, marcar comboios, ligar pra aqui pra ver se está tudo bem, mas a pessoa quer tanto ter um emprego, isso é uma pequena parte de todo o resto que eu faço, mas a verdade é que eu podia perfeitamente me recusar a fazer aquilo porque não é da minha área, não é aquilo que eu tive quatro ou cinco anos a estudar pra fazer, mas a empresas são muito claras e dizem logo: "nós vamos te dar um emprego, mas uma parte que vais ter que fazer é a parte administrativa, não te importas, pois não?", e a pessoa está tão agradecida que diz que não.

O jornalista, flexibilidade de horário, flexibilidade de pensamento porque num momento tem que estar a cobrir uma coisa e num outro momento tem que estar a cobrir uma área completamente diferente, portanto, penso que uma competência essencial é a escrita, mesmo

que se trabalhe na televisão, a pessoa tem que saber escrever, no jornalismo também tem que haver a noção de precariedade, ou seja, ter noção de que vamos começar com um salário mínimo, temos que fazer uma ginástica brutal e penso honestamente, quem faz jornalismo é porque tem paixão a profissão, não penso que alguém faça jornalismo porque acha que aquilo vai lhe trazer muito dinheiro.

Na comunicação, o que é importante, neste momento é a escrita também, a pessoa que vai para a comunicação tem que saber escrever, tem que ter conhecimento do que as pessoas querem ouvir e acho que isso é mais importante, ter um pouco de hipocrisia dentro de nós, sei que a mensagem que eu vou passar não é totalmente transparente, mas é o que as pessoas querem ouvir, ou seja, ter que tirar um pouco da transparência que existe, por exemplo, não há empresas que só tenham prós, elas possuem prós e contras, mas eu tenho que mostrar mais os prós do que os contras, posso até dizer os contras, mas vou relativizar completamente, eu acho que essa hipocrisia é necessária para uma pessoa que está na área de comunicação porque para ter resultados é impossível dizer as coisas como elas são. Entra também a parte da flexibilidade, perceber as pessoas, perceber o que as pessoas gostam de ouvir. Há pessoas que estão a trabalhar que não têm uma grande paixão por comunicação, mas que estão porque traz, neste momento, mais regalias do que o jornalismo, eu sinto, têm mais oportunidades em termos salariais do que o jornalismo, saber lidar com o inquietismo.

A universidade contribui possivelmente para as competências porque a formação, o sítio onde nós fizemos a nossa formação. Em termos jornalísticos, sim. A faculdade de letras, penso que serve muito para nos alertar para a realidade ou para um panorama dos dias atuais. Em termos de comunicação, como é uma coisa, muito recente, foi em 2016 que decidiram que haveria jornalismo e comunicação, não alertam para grande coisa, não nos dão essas competências, mas formam-nos muito em termos de escrita e dão outras competências como saber comunicar.

APÊNDICE IV ENTREVISTAS NO BRASIL

Nise Silveira

Você se formou há quanto tempo na graduação? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Eu me formei em Julho de 2017. Sim, estava trabalhando. Eu já tive uma experiência na área que foi na assessoria de comunicação do Detran. Foi uma experiência, primeiramente de estágio porque eu estagiei dois períodos lá e depois disso eu fui contratada para trabalhar na comunicação, só que assim, eu trabalhei pouco tempo, no máximo um ano mais ou menos. e eu acho que uma coisa com a outra a Teoria com a prática eu acho que elas têm que andar juntas. Ao mesmo tempo que eu entrei na faculdade, foi quando eu passei no concurso. Enquanto eu estudava, eu sempre trabalhei como servidora pública.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Eu penso em fazer uma pós-graduação em mídias sociais que desde que eu terminei minha faculdade eu sempre quis eu só não encontrei a ideal ainda para fazer. E justamente meu minha monografia foi sobre redes sociais e eu quero, eu tenho um desejo muito grande de fazer pós em mídias sociais. Concurso também, eu assim, desde quando eu entrei na faculdade, eu nunca me vi trabalhando em veículo eu não sei porquê. Talvez até por falta de conhecimento de desenvolver algum trabalho, alguma coisa em veículos. Talvez eu não tenha experimentado esse lado também, igual eu experimentei o dia assessoria. Adorei trabalhar em assessoria e eu sempre fico focada em concurso mesmo.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Eu tive propostas em agências depois que eu formei, mas elas nunca concretizaram. Eu acho que ele não é uma cobrança, mas ele é um algo a mais muito importante. E eu acho que assim, que uma coisa complementa a outra, a teoria com a prática. Eu acho que elas têm que andar juntas.

Eu acho que sim, mas eu acho que assim, a falta de experiência dá um certo medo, uma certa insegurança, mas eu acho que o conhecimento eu tenho, a teoria eu tenho falta mesmo praticar.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Quando com a experiência que eu já tive, porque foi bem assim, como foi só em assessoria que a gente faz um trabalho inverso do que o que a gente tem que fazer nos veículos, que é noticiar, é denunciar, isso tudo. Na assessoria, muitas vezes a gente incubia tudo isso. Era até uma das coisas que eu menos gostava, na assessoria era isso. Que muitas vezes a gente tinha que omitir informações, eu odiava isso e isso era a única parte que eu não gostava. Eu sabia identificar isso, mas quanto a veículo de comunicação eu não sei muito porque eu não tive experiência.

Sim, a universidade tem sim o seu peso, mas eu acho que às vezes a universidade não te dá uma preparação suficiente, eu senti isso mesmo. Em aulas de telejornalismo, por exemplo, foi uma experiência muito pequena, muito mesmo. Rádio acho que foi a experiência melhor e que mais eu pude me aprofundar. Em relação a internet, webjornalismo, eu acho que isso foi mais ou menos estudado não da minha parte mas eu acho que, não sei se pelo professor também, depende, eu acho que é muito relativo. E a nossa universidade ainda precisa melhorar um pouco, tanto porque assim, eu tive algumas dificuldades quando eu fui para assessoria porque tinha muita coisa que eu não sabia na teoria porque a faculdade não me dava e eu tive dificuldade e aprendi com a experiência mesmo.

Quanto às competências, acho que as pessoas estão muito centradas só naquela coisa, não sei se é só na universidade, não sei se no mercado acontece assim. Eu assim, primeiramente, ela tem que ter muita responsabilidade em qualquer trabalho não só de jornalista, responsabilidade, credibilidade no trabalho que a gente faz, e conforme o tempo vai passando, a gente vai trabalhando, vai ganhando um nome e uma personalidade também. Palmas é uma cidade pequena, muitas pessoas na hora que você falar fulano de tal que trabalha para em tal lugar, estudou em tal lugar, todo mundo conhece. E assim vai a sua imagem também. Então acho que o jornalista tem que ser, primeiramente tem que ser

responsável, tem que dar credibilidade naquilo que ele faz, ele tem que buscar sempre conhecimento porque na nossa área a gente sabe que tem que ter muito conhecimento em tudo, tem que saber de tudo um pouco, não saber de tudo porque ninguém sabe né, mas de tudo um pouco, e é isso. Ninguém nasce sabendo de nada então ele correr atrás. A gente tem muitas críticas no mercado de trabalho né, o jornalista é muito cobrado, então levar o melhor das críticas né para crescer.

Chiquinha Gonzaga

Você se formou há quanto tempo na graduação? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Eu me formei em 2016. Não estava trabalhando. Eu só trabalhei em *freela*, assim, mas na área mesmo eu não trabalhei, trabalhei em outras coisas, mas nada na área não. Eu não procuro muito, depende, em veículo eu nunca quis, nessa parte, mas, por exemplo, se fosse um contrato, em assessoria que eu acho que é mais tranquilo, não tem tanta loucura igual veículo, alguma coisa assim, dependendo do lugar, talvez sim.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Eu já pensei, assim que eu tenho que fazer mais cursos, me especializar em alguma área específica, porque eu acho que o que a gente aprende, a gente aprende muito com a experiência, pelo menos eu, eu aprendi mais estágio, em outras experiências do que eu tive do que de fato na faculdade. Para mim não foi uma coisa que foi decisiva, assim para falar que eu aprendi a fazer alguma coisa na faculdade, até porque eu acho que não é bem o sentido, mas talvez fazer cursos alguma especialização. Porque assim, pelas matérias que a gente tem, por exemplo, teorias de jornalismo foi uma das coisas que mais me fez aprender, que a gente tinha que escrever, que a gente levava gente a gente tem que fazer alguma coisa. Aquela matéria de Comunicação Organizacional também foi outra que tinha que fazer, ir na empresa, trabalhar de fato, pra mim foram pouquíssimas matérias que de fato ensinaram a gente a fazer alguma coisa, a você encarar de frente o mercado de trabalho como é. O resto era muita coisa teórica que você aprendia, mas no final das coisas, não se aplicavam muito. Mais para

aprender assim, não que não seja uma coisa porque é, claro que faz parte, mas na minha opinião, acho que tem outras coisas que ensina mais que você aprende mais.

Eu também não sei mexer na parte de Corel, Photoshop, essas coisas, era uma coisa que eu queria saber mais porque eu achei um trabalho muito legal mexer com redes sociais, esse tipo de mídia e faz falta tipo de coisa que a gente não aprendeu muito, por exemplo. Diagramação é coisa que eu senti muita falta, que não usei porque, tinha na oficina de jornalismo, só que ela era muitos dias à tarde e eu fazia estágio, eu sempre estagiei, então para mim não tinha jeito nenhum porque era três vezes por semana, eu trabalhava cinco vezes por semana. não tinha nem como fazer.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Não, mas às vezes, acho que o lugar que eu mais trabalhei, por exemplo, trabalhei na campanha, mas ninguém nem perguntou se eu tinha diploma. Perguntou se eu tinha experiência, se eu mexia com redes sociais, é isso.

Não é aquela coisa que eu falei, quando eu fui mexer com redes sociais, o que eu sabia? Eu sabia do que eu tinha mexido, eu sabia que precisava, mas eu aprendi mais com as outras pessoas, com pessoas que já trabalhavam, que davam um toque aqui, um ali, mas muita coisa eu não sabia. Mas eu não me sinto pronta pra mexer em muita coisa, acho que uma base eu tenho, acho que você sabe o caminho por onde começar, mas é uma coisa muito grande, você tem muito a aprender.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

A gente faz muita coisa, acho que sempre foge do foco principal, que no final das contas você começa a mexer com muita coisa. Por exemplo, quando eu fiz o estágio no TCE não era tranquilo, nunca foi tranquilo, mas quando comecei a trabalhar lá pessoal falou: “olha aqui você não vai ser só uma estagiária, você vai trabalhar de verdade, você está disposta?”. E assim, além de tudo, porque a gente trabalhava de verdade, a gente fazia muito e mesmo

assim a gente fazia, por exemplo, fazia o informativo dobrava o informativo, colocava no papel, colava a etiqueta, que eu sei que isso não é parte da gente, não é muito bem o trabalho da gente, mas sempre acaba fazendo uma coisa aqui e outra coisa ali, sempre passa. Não só isso, várias outras coisas, mas eu acho que sempre passa um pouco.

Acho que a universidade contribui sim, acho que para desenvolver o trabalho, para desenvolver um bom trabalho que a gente aprende muita coisa sobre como conversar, como chegar nas pessoas. Eu era uma pessoa muito tímida, eu aprendi a conversar, chegar, não ter vergonha de pedir uma entrevista, de poder falar. Muita gente hoje em dia ainda não gosta de falar, é igual esse negócio de gravar, as pessoas têm muito medo. “Ah, mas o que você vai fazer com o que que eu vou gravar aqui, meu Deus não escreve isso, não fala isso”. Então acho que isso é uma coisa que a gente fica preparado para você poder conversar com a pessoa, explicar para ela, para ela entender. Isso eu aprendi na faculdade porque é uma coisa muito legal que a gente aprende a conversar, chegar nas pessoas, a ter contato porque sempre tem isso de trabalho, de você ter que apresentar, de perder a vergonha, isso foi uma coisa muito legal. Acho que é importante você saber conversar, você saber se expressar quanto às coisas, quanto ao trabalho. Isso é uma das partes que faz, que é bom né, que é importante que eu aprendi na faculdade mesmo. E com certeza, a universidade me ajudou com a expansão dos horizontes, aprender a pensar de forma mais crítica, de olhar as coisas e entender que uma coisa não é só um lado, que tudo tem vários lados e você nunca pode se fechar a uma visão, que eles sempre falam de você recorrer a várias fontes, de ter muito o pensamento que o mundo é muito grande do que só achismo, do que a gente acha que tem várias coisas, acho que foi bem legal. Porque se você não aprende a entender sobre o que você tá passando, como que você vai conseguir explicar para as pessoas, como que você vai conseguir fazer uma boa matéria, como você vai conseguir falar sobre um assunto, se você sequer sabe para você sobre aquilo.

Raimunda Quebradeira de Coco

Você se formou há quanto tempo na graduação? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

No início de 2017. Já. Eu trabalhava na rádio. Agora eu tô desempregada, procurando.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Realmente pra gente aqui tá difícil, mas eu tenho buscado fazer alguns cursos estudar mais, procurar formas de me destacar. Porque esse meio pra a gente aqui em Palmas é muito difícil, então é através de capacitação. Eu tô buscando agora alguns cursos online, vendo o que dá para fazer. A questão de mídias sociais, ter um pouco mais de experiência que é o que está sendo mais pedido hoje em dia.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Eu acho que a experiência ainda tá pesando mais do que o diploma.

As pessoas perguntam: “você é formada?”, “sou”, “mas você tem experiência?”. Infelizmente pra gente ainda a experiência pesa mais do que a formação.

100% eu confesso que não me sinto preparada, que algumas áreas ainda tenho um pouco de insegurança né, será que vai ser fácil? Não, mas eu acho que a faculdade me deu um embasamento para não ter medo de fazer. Eu sei fazer, eu vou ter uma dificuldade até pegar o jeito, mas eu acho que a faculdade me deu uma base boa.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Eu acho que o nosso papel é levar a informação. Eu tava até comentando esses dias, nós somos a voz do povo. A gente é a forma que eles têm de cobrar, de reclamar, de mostrar o que está acontecendo. Então eu acho que o nosso papel é esse, é mostrar a notícia de uma forma que seja funcional para a sociedade que eu nosso principal foco. E eu acho que a gente de desvia disso quando o pessoal vai muito para o sensacionalismo, quando eles buscam, através da notícia, chamar atenção ou seu autopromover e é o que eu acho que acaba deixando um pouco da nossa função de lado. A nossa função é noticiar e a gente acaba deixando um pouco de lado pelo bem próprio, pelo benefício próprio.

Eu acho que conhecimento, curiosidade de ir atrás, vontade, a gente não pode ter preguiça de fazer. Eu vejo muita gente aí com preguiça de escrever, preguiça de ler. Uma coisa que a gente não pode ter, a gente tem que estar bem informado para a gente... Lá em casa mesmo acaba que eu sou uma referência. Meu pai vê alguma coisa e pergunta: “você viu? O que você acha?”. Eu acho que o jornalista tem que estar por dentro de tudo e se a universidade contribuiu? Eu creio que sim, a universidade não faz nada sozinha, depende da gente, então eu acho que para mim ajudou bastante porque eu sempre busquei ir atrás, conversar, tirar as dúvidas que eu tinha né, os medos que eu tinha. Sempre busquei conversar com algum professor, mas acho que a faculdade não faz isso sozinha. Se o aluno não tiver vontade... Eu da minha parte, sempre fui atrás, tentei conhecer um pouco mais, mas acho que se o aluno não for, eu acho que a faculdade, ele passa por ela sem levar muita coisa, eu acho que pessoa tem que se dedicar.

Narcisa Amália de Campos

Você se formou há quanto tempo na graduação? Quando se formou, já estava trabalhando? Se a resposta for não, por quanto tempo ficou sem trabalhar?

Eu formei em maio de 2017. Na verdade, eu sempre trabalhei né, desde quando eu tava na faculdade, por isso que eu optei por fazer o curso noturno, porque eu tinha que trabalhar durante todo o dia. Eu morava em Palmas sozinha, então tinha que me manter aqui. Aí eu fiz o curso técnico de secretariado executivo no IFTO e durante a faculdade até mais ou menos o quinto período eu fiquei exercendo a parte do curso técnico. Aí quando chegou no quarto, no quinto período, eu comecei a estagiar, aí eu fiz estágio na CBN e trabalhei em Regime CLT numa agência de publicidade que era ao mesmo tempo. De manhã era na CBN à tarde na agência de publicidade e à noite na faculdade. Aí depois eu também trabalhei em um portal de notícia chamado pauta gospel, enquanto tava na universidade e trabalhei também na assessoria de comunicação do Ministério da Pesca, mas lá eu entrei com outro cargo, mas acabei desenvolvendo a parte de assessoria. Isso enquanto eu estava na faculdade né, aí depois que eu sair da universidade que eu abri a minha assessoria. Eu me formei em maio, meu primeiro cliente em abril, contrato assinado.

O que você pensa em fazer para se desenvolver enquanto profissional?

Eu acho que assim, o aprendizado é contínuo. É até clichê a gente falar que tem que estar sempre se aperfeiçoando, mas assim, eu acho que mais do que isso, a profissão do jornalista exige muito da gente. Porque as tecnologias... por exemplo, se você olha há dez anos atrás, há 15 anos atrás, não existia, por exemplo, o telefone celular como existe hoje. Se muito, há 15 anos atrás, existia aquele tijolinho que você mal recebia informações do dólar e mandava um torpedo. Hoje você tem acesso absolutamente tudo pelo smartphone, então assim, eu acredito que hoje uma das ferramentas mais importantes, pelo menos para a gente aqui, acaba sendo telefone celular. E aí a internet cada vez mais rápida, as informações cada vez mais rápidas, as informações tanto de informações boas que são informações verdadeiras, como também as fake news, então eu acho que mais ou menos nesse sentido.

O diploma é uma cobrança na busca por uma vaga de jornalista ou só a experiência? Você se sente preparada para atuar em todas as áreas do jornalismo propostas na graduação?

Pra mim sempre vai ser o diploma que vai prevalecer porque se você não passa por uma qualificação e se você aprendeu na prática.. Você aprende? Aprende, mas você aprende na prática, você não aprende a teoria. Agora na universidade você aprende a teoria e depois você desenvolve a prática. Então eu sempre vou valorizar ter o diploma e com diploma posteriormente se você decidir seguir carreira na área você vai se aperfeiçoar e ter a prática. Se você não quiser, você segue em outra também, mas assim, sempre com o diploma.

Agora eu acho que se o mercado de trabalho vai valorizar, depende muito porque vai muito da formação da pessoa, por exemplo, eu tive uma informação, sei o quanto foi difícil para poder me informar, então assim, eu quero valorizar as pessoas que têm a certificação. Mas, por exemplo, vou citar aqui um cara que é dono de uma rede de televisão, ele visa o quê? Ele visa o lucro e um jornalista vai custar para ele x, um cara que narra ou que tem habilidades na área vai custar y, ele vai preferir o y porque para ele vai compensar muito mais. Então assim, para te falar hoje como tá o mercado, eu não sei, eu sei que tem muitas pessoas que exercem sem ter o diploma e tem outras pessoas que exercem tendo diploma e vejo também muitas pessoas se formando e não querendo atuar na área e pessoas que não são da área, que não tem formação na área e estão atuando na área, então aí você vê um negócio muito bagunçado né.

Não, claramente não me sinto preparada. Eu acredito o seguinte que ela, a universidade, te dá uma base uma base e a partir daí você se aperfeiçoa. Eu trabalhei um tempo na produção da TV, foi um período muito curto. Foram duas, no máximo três semanas, então assim eu não entrei lá sabendo, eu passei adquirir o que eles faziam lá, a aprender estando lá porque eu não tive aquele conhecimento na universidade eu tive o contexto geral. Da mesma forma eu, no decorrer da universidade, eu vi aquilo que eu tinha aptidão. Que é o quê? Assessoria de imprensa, mídias sociais, comunicação interna, mas se você for me colocar, por exemplo, em um jornal diário, possivelmente eu não tenha dom para exercer aquilo, eu posso desenvolver porque eu acredito que o dom do ser humano é desenvolvido, sabe? Mas assim, que eu tenha aptidão e que o jornalista sai preparado para todas as áreas, assim como todos os profissionais, acho que por isso que a medicina exige que depois que você forme, você faça uma especialização né. Acredito que da mesma forma é no jornalismo e acredito também que os jornalistas assim que eles saem da graduação, deveriam ou poderiam pensar nessa possibilidade de fazer uma especialização também, uma pós-graduação na área de interesse dele.

Dentro da sua área de atuação, você entende qual é o papel do jornalista? Sabe identificar quando a atuação foge das competências formativas? Quais são essas competências que você acredita que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho? A universidade contribui com elas?

Com certeza e todos os dias foge. Por exemplo, eu faço a parte de assessoria de imprensa, isso já começou dentro da universidade quando eu tava apresentando um trabalho da disciplina de ética e eu apresentei falando sobre o trabalho da assessoria de imprensa, né? A professora virou e falou assim: “assessoria de imprensa não é jornalismo”. Eu peguei e falei assim: “então tira da grade, minha filha, porque tá aí”. Mas voltando à pergunta, por exemplo, eu faço assessoria de imprensa, o assessorado muitas vezes não compreende até onde vai o serviço do assessor de imprensa e ele confunde o seu trabalho com o trabalho de uma secretária. Então assim, eu tenho formação nas duas áreas, eu sou técnica em secretariado, eu sei exatamente o que faz uma secretária e sei exatamente o que faz o jornalista, mais especificamente, o assessor de imprensa. Então ele quer que eu faça telefonemas para ele, ele quer que eu organize a agenda dele, ele quer que eu lembre data de aniversário pra ele... Então assim, são coisas pequenas que eu tô colocando para você que é onde dá o embate, aí como você vai dizer com essa frase: “não, então, isso daí na verdade não é bem da minha

competência, eu poderia pedir para sua para sua secretária”? Por que queira ou não, eu tô num mercado, um mercado competitivo, onde as pessoas não acreditam muito no poder da assessoria de imprensa e da comunicação. Então assim, muitas vezes, eu acabo fazendo coisas que não são da minha competência e eu também não tenho vontade de fazer porque eu preciso do meu cliente, porque eu tenho uma estrutura para poder manter, eu tenho funcionário pra pagar, eu tenho imposto a pagar, então assim, acaba que eu às vezes me corrompo com relação a isso também, pra não dizer não. E da mesma forma, acredito que seja a pessoa que seja contratado, ou CLT ou contrato do Governo Estado por que o cara fala pra ela: “você tem que fazer isso, isso e isso”, então não acaba fazendo.

O jornalista precisa ter resiliência. Sabe aquele bambu que emborca para um lado, que vai para o outro, mas não quebra? Eu acho que o jornalista é mais ou menos isso daí. Mas eu acho que de tudo, de tudo mesmo, a gente tem que vigiar todos os dias é com relação à ética porque é muito fácil de você se pegar numa situação e você falar assim: “ah não, vou fazer, coisa pequena, vou fazer coisa pequena”, então assim, eu acho que o primordial mesmo é a questão da ética, a ética no jornalismo, ética do profissional de comunicação em todas as pontas desde o profissional que tá aqui na assessoria de imprensa ao profissional que tá na redação, porque assim, a gente tem um contato direto, eu sei que eu preciso dele, da mesma forma que eles precisam de mim, então assim, a gente tem essa relação. Mas em determinado momento onde falta a ética ou que seja com relação à imprensa ou que seja com relação ao cliente, eu acho que aí que tá um grande problema do jornalista. E também porque eu sou um elo né, do cliente ao veículo, do veículo vai no público e como esse conteúdo tá chegando até o público? Como é que tá a ética do veículo com relação a esse conteúdo que tá sendo veiculado? Então assim, eu acho que o primordial mesmo, eu acho que o mais difícil que a gente tem que tentar todos os dias é com relação à ética na profissão.

Além da ética, claro que você tem que saber escrever, você tem que ser coerente com aquilo que você diz, tem que ter postura profissional, enfim, são aquelas coisas técnicas que você aprende. Então quando você chega no mercado, logo eu compreendo que você já sabe disso tudo. E se a universidade oferece? Sim ela oferece porque eu acredito que a universidade forma excelentes profissionais, talvez o meio tá chegando a corrompê-los, mas que forma excelentes profissionais, sim. Eu não acredito que a universidade incentiva a pessoa a empreender, que seja no mercado de trabalho onde ela tá atuando ali mesmo, porque empreendedorismo não é só do ramo privado né. Por exemplo, dentro do setor público você

pode sim empreender, pode inovar, pode fazer coisas diferentes. Nesse quesito eu não acredito que ela incentiva muito, mas agora dessas competências específicas que está na grade curricular dela, ela cumpre.